

OLHARES SENSÍVEIS AO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

VIVÊNCIAS E TEMPORALIDADES



**Luiz de Jesus Dias da Silva
Cybelle Salvador Miranda**
Organizadores

 **NAEA**
EDITORA

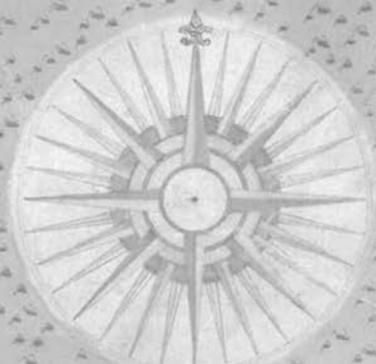




OLHARES SENSÍVEIS AO

CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

VIVÊNCIAS E TEMPORALIDADES





Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

Editora

Editor-Chefe: Durbens Martins Nascimento

Diretor Executivo: Lairson Costa

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Durbens M. Nascimento – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente - Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodríguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

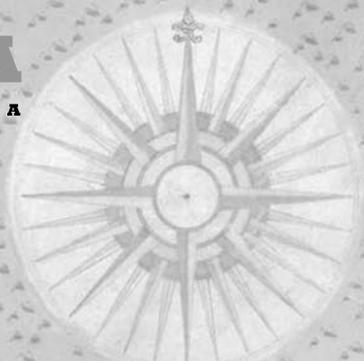
Durbens Martins Nascimento (interino)

OLHARES SENSÍVEIS AO
CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM
VIVÊNCIAS E TEMPORALIDADES

Luiz de Jesus Dias da Silva
Cybelle Salvador Miranda
Organizadores

 **NAEA**
EDITORA

Belém - Pará
2019



Direitos Reservados à Editora NAEA.
Texto revisado conforme as regras do
novo Acordo Ortográfico da
Língua Portuguesa.

Projeto gráfico e Desktop publishing
Ubaldino Scardino

Criação da capa
Haroldo Baleixe da Costa

Revisão
Lairson Costa

Imagem da capa
Recorte da xilogravura *Chuva* (1957), de Oswaldo Goeldi sobre
Planta Geométrica da Cidade de Belém do Gram Pará (1753)

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA**

O45 Olhares sensíveis ao Centro Histórico de Belém : vivências e
temporalidades / Organizadores: Luiz de Jesus Dias Silva,
Cybelle Salvador Miranda. — Belém : NAEA, 2019.
208 p. : il. ; 21 cm

Inclui bibliografias
ISBN 978-85-7143-186-7

1. Centro Histórico de Belém (CHB). 2. Espaços públicos –
Belém (PA). 3. Arquitetura e sociedade. I. Silva, Luiz de Jesus
Dias, org. II. Miranda, Cybelle Salvador, org.

CDD 23. ed. – 720.103

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

NAEA
Av. Perimetral, nº 1 - Campus Universitário do Guamá
Belém - PA - CEP: 66.075-750 - (91)3201-7231
editora_nea@ufpa.br

SUMÁRIO

Prefácio	07
Apresentação	12
1. Centro Histórico de Belém do Pará: múltiplos olhares sobre paisagens, dinâmicas sociais e história em uma metrópole da Amazônia no século XXI <i>Luiz de Jesus Dias da Silva</i>	15
2. O Mercado Bolonha como ponto de resistência no Centro Histórico de Belém-PA <i>Luiz Henrique Rabelo da Silva</i> <i>Cybelle Salvador Miranda</i>	31
3. A memória no cotidiano do Mercado Bolonha em Belém <i>Simone Cravo da Silva</i> <i>Cybelle Salvador Miranda</i> <i>Ronaldo N. F. Marques de Carvalho</i>	42
4. Entre o passado e o futuro: o lugar dos mercados no Centro Histórico de Belém <i>Celma Chaves</i> <i>Francianny Moraes</i>	57
5. O Centro Histórico de Belém-PA: uma política da estética? <i>Juliano Ximenes Ponte</i> <i>Emanuella Piani Godinho</i>	69
6. Rua Dr. Assis: uma incursão etnográfica pelo bairro da Cidade Velha em Belém - PA <i>Dinah Reiko Tutyia</i> <i>Cybelle Salvador Miranda</i>	86

7. **Fórum Landi 2003 a 2018: imaginando o Centro Histórico de Belém**
Flávio Augusto Sidrim Nassar
Marina Fonseca Ramos
Mateus Carvalho Nunes 98
-
8. **A residência e administração dos governadores da Capitania do Grão-Pará: características italianas e portuguesas nos desenhos originais de Landi**
Elna Maria Andersen Trindade 107
-
9. **O cais que se transformou em *Boulevard***
Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes 124
-
10. **Patrimônio e turismo no Centro Histórico de Belém em disputa**
Silvio Lima Figueiredo 137
-
11. **Fluxos episódicos no Centro Histórico de Belém: circuito cultural e de lazer nos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto**
Nickolas de Sousa Pinheiro
Lícia Maria Nascimento Santiago
Rebeca Barbosa Dias Rodrigues
Ana Carolina Miranda Tavares
Luiz de Jesus Dias da Silva 153
-
12. **Pedra do peixe no Ver-o-Peso: Etnografia em um lugar simbólico no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará**
Suelen do Nascimento Vieira
Luiz de Jesus Dias da Silva 166
-
13. **A atividade imobiliária rentista no Centro Histórico de Belém**
Samia Saady Morhy
José Júlio Ferreira Lima 188
-

PREFÁCIO

Maria Goretti da Costa Tavares (Faculdade e Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFPA)

A leitura do livro “Olhares Sensíveis ao Centro Histórico de Belém – Vivências e temporalidades” permite um mergulho e percurso por processos atuantes no Centro Histórico de Belém e que são fruto de pesquisas desenvolvidas pelos coordenadores da coletânea e de outros pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA.

O primeiro artigo, de Luiz de Jesus Dias da Silva, intitulado “Centro Histórico de Belém do Pará: Múltiplos olhares sobre paisagens, dinâmicas sociais e história em uma metrópole da Amazônia no século XXI”, apresenta as especificidades do Centro Histórico de Belém no contexto de suas paisagens, dinâmicas sociais, memória, historicidade.

O segundo artigo, de Luiz Henrique Rabelo da Silva em parceria com Cybelle Salvador Miranda, intitulado “O Mercado Bolonha como ponto de resistência no Centro Histórico de Belém-PA”, indica que no Mercado Bolonha se mesclam práticas culturais tradicionais e contemporâneas, em que a persistência da venda da carne fresca garante a identidade do local, que sobrevive no meio termo entre o local e o global.

O terceiro artigo, intitulado “A Memória no Cotidiano do Mercado Bolonha em Belém”, escrito por Simone Cravo, Cybelle Salvador Miranda e Ronaldo Nonato Ferreira Marques de Carvalho, objetiva, a partir da etnografia abordada no âmbito interno do Mercado, desenvolver elementos construtivos da memória

coletiva produzida pelos estímulos cognitivos e afetivos no referido monumento histórico.

O quarto artigo, intitulado “Entre o Passado e o Futuro: o Lugar dos Mercados no Centro Histórico de Belém”, de Celma Chaves em coautoria com Francianny Moraes, discute as concepções de mercado público subjacentes às propostas de reformas realizadas nos dois principais mercados (o Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha) e na feira, e as potencialidades do mercado do Sal e sua área de influência como equipamento urbano.

O quinto artigo, intitulado “O Centro Histórico de Belém - PA: uma política da estética?”, de Juliano Ximenes Ponte em coautoria com Emanuella Godinho, apresenta como o Centro Histórico de Belém se revela como objeto lido de modo quase convergente entre agentes sociais antagônicos, em termos de uma estética unificante, formalista e destituída de historicidade, mas também como espaço de conflito social entre grupos e atividades econômicas e suas expectativas e projetos para o local.

O sexto artigo, intitulado “Rua Dr. Assis: uma incursão etnográfica pelo bairro da Cidade Velha em Belém - PA”, de Dinah Reiko Tutyia em parceria com Cybelle Salvador Miranda, apresenta a experiência da aplicação da etnografia na rua como um método capaz de lançar um novo olhar e posicionamento técnico para a (re)interpretação dos valores materiais-imateriais submersos nos conjuntos/centros históricos tombados pelas instituições públicas, tomando como exemplo a rua Dr. Assis pertencente ao bairro Cidade Velha.

O sétimo artigo, intitulado “Fórum Landi 2003 a 2018: imaginando o Centro Histórico de Belém”, de autoria de Flávio Sidrim Nassar, Marina Fonseca Ramos e Mateus Carvalho Nunes,

apresenta a trajetória do Fórum Landi, suas realizações, eventos e projetos inseridos no contexto de uma análise política, social e econômica. Faz-se uma análise de Belém e da sua urbanização considerando os diferentes ciclos da formação do Capital: mercantil, industrial e financeiro.

O oitavo artigo, intitulado “A Residência e Administração dos Governadores da Capitania do Grão-Pará – características italianas e portuguesas nos desenhos originais de Landi”, de autoria de Elna Maria Andersen Trindade, objetiva apresentar a pesquisa sobre os desenhos executados pelo arquiteto italiano Antônio José Landi, na segunda metade do século XVIII, para a construção da Administração e Residência dos Governadores da Capitania, hoje Museu do Estado do Pará.

O nono artigo, intitulado “O Cais que se transformou em Boulevard”, de autoria de Marcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes, apresenta a rua Boulevard Castilho França, rua que ficava na beira de um rio, local de atracação de canoas vindas do interior do estado e de grandes navios de bandeira estrangeira que se transformaria num boulevard-cais.

O décimo artigo, intitulado “Patrimônio e turismo no Centro Histórico de Belém em disputa”, de autoria de Silvio Lima Figueiredo, apresenta a relação dos bairros da Cidade Velha e Campina com o fenômeno do turismo e do lazer, a partir das suas intervenções históricas e de pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018. Os resultados mostram a disputa de agentes na definição dos usos dessas áreas e a possibilidade de o turismo ser usado como fator de gentrificação do centro histórico.

O décimo primeiro artigo, intitulado “Fluxos Episódicos no Centro Histórico de Belém: Circuito cultural e de lazer nos bairros da

Cidade Velha, Campina e Reduto”, de autoria de Nickolas de Sousa Pinheiro, Lícia Maria Nascimento Santiago, Rebeca Barbosa Dias Rodrigues, Ana Carolina Miranda Tavares e Luiz de Jesus Dias da Silva, busca relacionar a importância e a viabilidade de manutenção das atividades que fazem parte do circuito cultural e de lazer do Centro Histórico de Belém, frente aos impactos, de ordens diversas, subsequentes a esses eventos. A partir de uma metodologia etnográfica, foram traçadas análises acerca das alterações das dinâmicas espaciais e da paisagem urbana, suscitadas por atividades realizadas nos Bairros da Campina, da Cidade Velha e do Reduto, tais como o Projeto Circular, o tradicional Pré-Carnaval e os novos bares inaugurados na região. Por fim questiona: a cidade é permeável a todos?

O décimo segundo artigo, intitulado “Pedra do peixe no Ver-o-Peso: Etnografia em um lugar simbólico no Centro Histórico da cidade de Belém do Pará”, cujos autores são Suelen Vieira e Luiz de Jesus Silva, trata os sujeitos envolvidos na cadeia produtiva do pescado, sua organização e a rede de distribuição do pescado na cidade de Belém do Pará e demais localidades, adotando a etnografia como método de leitura do social. Desta investigação surge uma percepção da dinâmica e vitalidade do Ver-o-Peso para além de sua ambiência histórica.

O décimo terceiro artigo, intitulado “A atividade imobiliária rentista no Centro Histórico de Belém”, dos autores Samia Morhy e José Julio Lima, analisa o mercado imobiliário rentista no Bairro da Campina, componente do Centro Histórico de Belém, a partir de dados coletados em campo entre 2017 e 2019, que abrangem informações sobre o número de imóveis e o estado de degradação. Tendo em conta a centralidade urbana da Campina, busca

PREFÁCIO

demonstrar como se configura o estágio atual deste submercado imobiliário rentista de imóveis degradados no CHB.

Trata-se, portanto, de uma leitura aprazível que passeia com competência pelo tempo e espaço do Centro Histórico de Belém, revelando paisagens, história, lugares, prédios, identidades, conflitos, riquezas patrimoniais, particularidade, vivências, interações socioculturais; enfim, olhares sensíveis e atentos às transformações socioespaciais e arquitetônicas do CHB.

Belém, 22 de fevereiro de 2019.

APRESENTAÇÃO

Luiz de Jesus Dias da Silva (FAU/UFPA)

Cybelle Salvador Miranda (FAU/PPGAU/UFPA)

O ambiente do Centro Histórico de Belém (CHB) é um recorte eleito para que possamos observar a passagem do tempo ancorada no traçado urbano, nos telhados ocres, nas fachadas profusamente decoradas por relevos e azulejos. Substrato para políticas públicas de diversas vertentes, este espaço cheio de contradições espelha de modo especial a diversidade da cultura amazônica, em que tradição e modernidade coexistem. Instigados por suas pesquisas doutorais empreendidas na Cidade Velha e na Pedra do peixe do Ver-o-Peso, os organizadores desta coletânea se propõem a aglutinar reflexões em que pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo e do Turismo lançam mão de repertórios e referências teóricas ancoradas nas ciências sociais, com ênfase na Etnografia e na História, a fim de lançar novos olhares que permitam entender as paisagens do CHB a partir de seus usuários.

Os autores que integram esta coletânea são professores pesquisadores e discentes da Universidade Federal do Pará, vinculados a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, bem como ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. A estes se integram professores do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA, da Universidade da Amazônia e da Universidade Federal do Amapá, contribuindo para a integração regional das instituições de ensino e pesquisa.

A produção deste amplo diálogo integra as ações empreendidas pelo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural

(LAMEMO) e Laboratório de Tecnologia (LABTEC), ambos situados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia da Universidade Federal do Pará, bem como dá visibilidade às investigações desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU). Os temas apresentados vêm contribuir para discussões diversificadas que abordam as dinâmicas contemporâneas, ao mesmo tempo que valorizam seu passado enriquecido pela história, de modo que os resultados servirão de base para políticas públicas em várias escalas, uma vez que trazem, direta e indiretamente, diretrizes confiáveis para a gestão do CHB.

Os capítulos resultam fundamentalmente de duas pesquisas coordenadas pelos organizadores: Pedra do Peixe no Ver-o-Peso: Etnografia em um Lugar Simbólico no Centro Histórico da Cidade de Belém do Pará, apoiada pela Edital PRODOUTOR 2016 da UFPA e finalizada em 2018, a qual teve por meta produzir conhecimento acerca do papel do Ver-o-Peso na caracterização de seu complexo paisagístico, com recurso da etnografia. Esta pesquisa, coordenada pelo Professor Luiz de Jesus Silva visou contribuir para o conhecimento multidimensional do Ver-o-Peso como lugar, a fim de subsidiar a formulação de políticas mais efetivas de salvaguarda do bem e do seu entorno, o Centro Histórico de Belém.

A outra pesquisa, Belém dos Ecléticos: Arquitetura na cultura da metrópole amazônica, liderada pela Professora Cybelle Miranda, buscou entender a cultura eclética como fonte dominante na identidade cultural local, sendo estudada no seio da Arquitetura assistencial e nas investigações sobre transferência de tecnologia, em que a percepção multidisciplinar do fenômeno é trazida para consolidar e justificar ações de preservação do patrimônio arquitetônico. O *locus* da pesquisa abrange o Centro Histórico

assim definido pelo IPHAN como o conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros Cidade Velha e Campina, tombado em 2012 (Portaria MinC nº 54, de 8 de maio de 2012), atingindo sua extensão no bairro de Nazaré, no qual destacam-se influências várias do ecletismo desde a metade do século XIX até as primeiras décadas do século XX.

Essa coletânea de artigos vem marcar um momento em que o Centro Histórico de Belém vem sendo tema de inúmeras discussões institucionais, políticas e populares, onde há interesse de toda a sociedade belenense quanto aos possíveis desdobramentos e de modo mais específico aos seus usuários, moradores, comerciantes, frequentadores e admiradores, os quais estão sentindo de perto e de dentro, as transformações diárias que ocorrem nesse segmento urbano encravado na Amazônia, banhado por dois caudalosos rios da sua rica bacia hidrográfica. Onde ao tempo em que se quer maior visibilidade para o CHB, clama-se também por maior zelo patrimonial, maior atenção nas políticas públicas ali empreendidas, que venham conjugar harmonia e bem-estar a todos os atores sociais envolvidos e seus diversificados interesses e usos.

Seu lançamento vem marcar, ainda, as comemorações dos 55 anos de fundação do curso de arquitetura no âmbito da Universidade Federal do Pará, hoje curso de arquitetura e urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/ITEC/UFGPA).

São artigos destinados a estudantes de Graduação, de Pós-Graduação, pesquisadores, arquitetos urbanistas, sociólogos, antropólogos, historiadores, geógrafos, turismólogos, técnicos e gestores patrimoniais e do urbanismo, políticos e à sociedade em geral. Portanto, esta coletânea visa servir, sobretudo, como referência atualizada para a compreensão do sítio histórico de Belém em suas múltiplas dimensões.



CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM DO PARÁ: múltiplos olhares sobre paisagens, dinâmicas sociais e história em uma metrópole da Amazônia no século XXI

Luiz de Jesus Dias da Silva¹



1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo geral de observar especificidades do Centro Histórico de Belém - CHB, capital do Pará, no contexto de suas paisagens, dinâmicas sociais, historicidade e, de modo mais específico, quanto à percepção que atores sociais têm sobre esses aspectos na atualidade da cidade que cresceu e chegou ao patamar de primeira metrópole amazônica, atualmente considerada uma Região Geográfica Imediata do Pará.

Belém, uma das poucas cidades grandes da Amazônia brasileira, contabilizando pouco mais de quatro séculos de fundação, vê seu centro histórico sendo pressionado para eventos episódicos e quanto ao uso e ocupação, nesse particular para instalações de

¹ Arquiteto e Urbanista (UFPA), Doutor em Antropologia Urbana (PPGSA/IFCH/UFPA), Mestrado em Arquitetura (PROArq/UFRJ), Professor Associado da FAU/ITEC/UFPA. Diretor da FAU/ITEC/UFPA no biênio 2019-2020.

bares e restaurantes, fato que se alia à recente tendência midiática em função da sua rica gastronomia, a qual cada vez mais está ligada simbolicamente ao local. Isso vem se somar às demais pressões inerentes às cidades de grande porte, podendo isso tudo vir potencializar impactos sobre suas sensíveis paisagens características de um núcleo histórico, intenso de riquezas patrimoniais, tanto em habitação, com representativos casarões históricos, quanto em igrejas seculares, cultura, musealização, lazer, turismo e trabalho, portanto riquezas materiais e imateriais que fazem parte do lugar.

Esse oportuno debate, amplo e interdisciplinar, vem se somar a diversos eventos científicos, populares e artigos publicados ao final da segunda década do século XXI, o qual acontece no momento em que o Plano Diretor Municipal de Belém passa por revisão na sua Câmara dos Vereadores, permitindo uma reflexão amadurecida, que pode vir a contribuir para tomadas de decisões quanto às reformulações a serem firmadas na referida Lei a entrar em vigor brevemente, visando dar diretrizes de crescimento e desenvolvimento municipal de Belém, no caso em questão, pertinentes ao CHB e seu entorno, podendo assim contribuir para provocar novos olhares e atitudes quanto ao lugar.

Desse modo, será abordada inicialmente a formação embrionária de Belém no período colonial brasileiro, remetendo à sua fundação no século XVII, ocasião em que os colonizadores portugueses, a ordem da Coroa, visavam ocupar o território recém-conquistado e muito concorrido pelas suas possíveis abastanças, por exploradores franceses e holandeses. O debate prossegue com a consolidação desse núcleo de partida do crescimento urbano, que veio a se tornar

o CHB, o qual, no século XX, foi contemplado por lei municipal² de proteção patrimonial específica e necessária. Mas, seguindo uma rotina dentro da cidade grande veio evoluindo em suas dinâmicas, modificando continuamente suas paisagens, abrigando ao longo da história habitações, instituições, trânsito intenso, problemas e conflitos de várias ordens e todo um contingente de atores sociais, com diversificados interesses, que o ocupam.

Nessa abordagem cronológica, é possível perceber a cidade atual, através de uma amostragem mais específica refletida no centro histórico que essa abriga, como um segmento mais sensível, e, nessa linha de pensamento, é possível promover uma reflexão a partir de olhares sobre o seu passado, presente e, nas considerações finais, especular quanto a uma projeção do futuro. Sendo inerentemente perspectivista, por sua natureza, a percepção é temporal (SANTELLA, 2012, p.37), mas pode ser ainda influenciada por outras variáveis como a cultural, a econômica e de outras ordens e interesses.

Assim, olhares, neste texto, traz um fundamento que se confunde com percepção dos atores sociais de vários segmentos, que veem a história, a memória, as paisagens, as dinâmicas sociais e sensibilidades do CHB de seus pontos de vista e interesses. Isso leva ao questionamento que o texto pretende responder: como os usuários do CHB o percebem? Para Tuan (2012, p.18), “percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos exteriores como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados enquanto outros [...] são bloqueados”. O autor utiliza a percepção, juntamente com a visão de mundo e a atitude para

² A Lei Municipal de número 7.709, de 1994, dispõe sobre a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências.

discutir e conceituar topofilia, como o “elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico” (id., ibid., p.19). Portanto, o olhar sobre o CHB provoca, de algum modo, uma percepção que flerta com um valor afetivo nele depositado, seja qual for o interesse do perceptor.

2. O PRIMEIRO NÚCLEO URBANO: PERCEPÇÃO DO EMBRIÃO DE UMA GRANDE CIDADE

Sendo uma das primeiras cidades brasileiras fundadas no período colonial, Santa Maria de Belém do Grão-Pará nasce a partir de uma precária construção militar, denominada Forte do Presépio, seguida da implantação de vilarejo no seu entorno sul, o qual foi o embrião da urbanização dos dois primeiros bairros, depois denominados respectivamente Cidade Velha e Campina, que vieram a embasar a formação do seu centro histórico e de sua paisagem urbana refletida na dinâmica específica empreendida no tempo. A partir da formação desse núcleo básico, iniciou-se o desenvolvimento urbano local, passando por diversas fases de evolução cidadina, incluindo aí as influências de altos e baixos econômicos, desde seu nascedouro até os tempos atuais, quando é vista como a Grande Belém, metrópole, também considerada uma Região Geográfica Imediata³, uma cidade referência dentro da nova divisão regional do IBGE (2017).

Toda cidade do planeta é um recanto de produção e reprodução social, histórica e cultural, que faz com que ao tempo em

³ Em 2017 o IBGE realizou nova divisão Regional do Brasil, em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias, em função da referência dentro das redes de cidades e Belém é referencial para várias cidades do seu entorno, por isso considerada uma das sete Regiões Geográficas Imediatas do Pará (<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/redes-geograficas>)

que haja tantos elementos comuns, a partir de cada gênese, existam as especificidades locais e conseqüentemente as dinâmicas físicas ou espaciais movidas pelo meio social em constante evolução, o qual faz, ao longo desse interstício, o arranjo das particularidades de cada urbe. Nesse sentido, toda cidade tem seu centro histórico elementar que dá partida ao crescimento evolutivo físico, com sua dinâmica social e paisagística, a qual vai resultar no seu conjunto característico.

Belém, logo após sua primeira instalação militar em 1616, teve ao redor dessa o nascente vilarejo, que “[...] antes de 1640 já era uma cidade. Ao longo da primeira metade desse século já havia as primeiras ruas (do Norte, do Espírito Santo, dos Cavaleiros, e de São João), todas saídas da área denominada Forte [...]” (LOBATO, 2005, p.19).

Em 1698, o núcleo urbano de Belém expandiu-se em termos de espaço, com abertura de novas ruas na cidade. Houve também um movimento humano para a campina, rumo às terras *além-Piry*, fixando religiosos e colonos em áreas planas conquistadas da floresta. Abriram-se, por conta desse movimento, trilhas e caminhos que nos séculos seguintes seriam vias de circulação e de afirmação da campina. No final do século XVII a cidade se expande margeando o rio, única via de transporte dos mercados, em direção a ilhas e florestas (LOBATO, 2005, p. 20).

De tal modo se forma o Centro Histórico de Belém, que, além dos casarões centenários de habitação familiar, veio a abrigar o centro comercial da cidade, também seu centro do poder⁴ e na

⁴ O Centro Histórico de Belém possui o primeiro centro de poder institucional local, do qual há ainda muitos resquícios de prédios de instituições das três esferas administrativas em uso original ou com outros usos diferenciados dos que foram inicialmente planejados, como museus.

atualidade é muito pressionado para acolher bares, restaurantes e outros ambientes de atividades mais efetivadas no período noturno, com forte apelo para consumo da culinária regional, que está em alta na cidade, ou ainda com apelo musical e eventos culturais e religiosos.

O senso comum percebe que o centro histórico, por muito tempo, veio ditando a paisagem urbana da cidade, mas também perdendo fôlego quanto à sua infraestrutura e quanto à atenção devida. Foram muitas perdas de prédios com potencial ou efetiva importância para a preservação patrimonial, que ruíram pela falta de vontade política do poder público responsável pela específica gestão ou de seus proprietários em função da cultura local, da percepção de muitos dos seus atores sociais que lançam olhares especulativos, em detrimento da preservação patrimonial. Assim, pouco a pouco, o CHB vem se tornando um segmento da cidade de Belém onde são muitos os olhares e interesses que vão do uso habitacional, com muito potencial de preservação patrimonial, institucional, aos interesses especulativos por empreendimentos imobiliários, comerciais, eventos culturais e até de entretenimentos noturnos.

O olhar sobre a história é a interseção ou ponto comum entre os atores sociais locais, mas, em se tratando de outras visões, aí começa a diversidade de opiniões em busca de um senso comum que valorize o CHB, que vê sua paisagem em constante transformação. Havendo como diferencial uma iniciativa popular que faz com que tal segmento da cidade seja protagonista dos olhares da população e do poder público. Trata-se do Projeto Circular que, ao mesmo tempo que é um evento periódico, iniciado em 2013, vem crescendo ao longo do período, envolvendo a sociedade a lançar um olhar sobre o CHB, valorizando-o em todas suas dimensões. De outro modo visa trazer a topofilia ao belenense, podendo esse sentimento se alastrar

de fora para dentro dos bairros do centro histórico, até chegar aos seus moradores.

3. BELÉM E SEU CENTRO HISTÓRICO NA ATUALIDADE DE UMA METRÓPOLE NA AMAZÔNIA

Na atualidade em que Belém passa a ter *status* de Cidade Criativa da Gastronomia da Unesco⁵, calhando de ser uma referência pela autenticidade na culinária de influência europeia, com misturas africanas e indígenas, o seu centro histórico se vê envolto com o aumento do número de bares e restaurantes, que surgem nesse embalo da cidade criativa dos sabores, promovendo uma dinâmica social noturna e episódica, nem sempre bem vista pelos moradores locais, mas muito apreciada pela juventude de classe média da cidade.

Além das atividades diárias marcadas pelo grandioso comércio, serviço e o ir e vir de moradores e outros transeuntes, no CHB há muitas manifestações culturais e religiosas que o marcam de modo contundente, ou impactantes. Isso se deve muito ao caráter simbólico e patrimonial de tais bairros, que apresentam características distintas do restante da cidade. Há certa periodicidade nos eventos, que pode ser semanal, mensal e anual, na demanda de ocupação dos espaços do lugar pela população da cidade.

Para Miranda (2010, p.198), “A população moradora do bairro da Cidade Velha revela olhares múltiplos que dependem do sentido que tais espaços adquirem em sua visão de mundo”. Observo certa analogia com os demais bairros do CHB, Miranda ressalta que

⁵ Belém do Pará foi considerada pela UNESCO uma Cidade Criativa da Gastronomia e passou a integrar uma rede de cidades que buscam desenvolvimento de maneira sustentável e de modo socialmente justo (UNESCO, 2017).

Os grupos mais abastados, oriundos de famílias “de tradição”, aplaudem as reformas, pois as associa com a valorização material e simbólica de seu próprio imóvel como patrimônio. Os remanescentes de famílias da elite intelectual veem de maneira crítica as mudanças nos espaços que, para essas pessoas, fazem parte de seu usufruto permanente, assinalando conflitos entre as visões “estética” e “vivencial” dos lugares da memória. Para outros segmentos, de famílias decadentes economicamente e de comerciantes, para os quais o bairro é local de sobrevivência, ganham destaque fatores de ordem primária, como a insegurança, mais relevantes que a “consciência histórica” (Id., *ibid.*, p.198)

A pesquisadora, embora analise a percepção de moradores quanto aos “novos espaços da memória em Belém do Pará criados a partir do projeto Feliz Lusitânia”, projeto implementado na metade da primeira década do século XXI, sua pesquisa vem corroborar com a linha de pensamento empreendida neste artigo, que trata de outros olhares, os quais pude comprovar ao utilizar a técnica da etnografia e, desse modo, fui observar diretamente lugares nos bairros Cidade Velha e Campina em diversos dias dos meses de outubro e dezembro de 2018 e janeiro de 2019, tanto de dia como em noites de finais de semana, pude perceber olhares de moradores, autoridades, empreendedores e outros usuários desses bairros do CHB, dos quais selecionei aqui apenas alguma amostra, em entrevistas.

Entre as entrevistas realizadas, selecionei a fala da senhora Maria Alice (Aposentada, 64 anos, moradora da Travessa Capitão Pedro Albuquerque). Para ela, “o bairro (da Cidade Velha) é perto de tudo, tem transporte *pra* qualquer lugar e tem esse movimento noturno aí que é coisa de cidade mesmo [...] é jovem, é carro, é

porto, carnaval, Círio, é tudo; mas também é vida; o bairro tem vida, e se não fosse esse movimento aí, o bairro seria fantasma, só pouco movimento de dia e nada de noite e é quase assim dia de semana. Tem que conviver, né? Tem que viver e agradecer.” A dona Maria Alice fala da dinâmica local e da sua adequação ao ritmo que o CHB lhe impõe.

A posição do senhor José Farias (Comerciante, 69 anos), morador da Rua Dr. Malcher, é bem diferente da visão de dona Maria Alice; ele entende que a proliferação de bares no bairro da Cidade Velha tira a tranquilidade local. Para ele, “a algazarra começa na quinta-feira à noite e só acaba no domingo bem de madrugada”, referindo-se ao movimento maior nos finais de semana, que, segundo ele, modifica o ambiente da sua antiga tranquilidade. E assim complementa: “Até os anos 80 (década de 1980), isso aqui era uma tranquilidade, não tinha violência, não tinha carnaval nem boemia aqui; mas aí mudou o século, parece que mudou tudo, agora tudo vem *pra cá*”. Seu José se referia aos muitos eventos que convergem ou acontecem no CHB, que de fato aumentaram em número a partir das duas últimas décadas do século XX e continuam nos dias atuais.

Entre os eventos que acontecem no CHB, destacam-se os festejos do aniversário de Belém, no dia 12 de janeiro, acontecendo tradicionalmente no Ver-o-Peso, onde cantam parabéns à cidade; ao iniciar janeiro, há os desfiles de blocos carnavalescos, nos domingos que antecedem o período carnavalesco oficial e em alguns sábados. Na semana santa, estão presentes as procissões católicas nos circuitos das igrejas locais. Em junho, os cordões de boi-bumbá; no mês de outubro, os eventos que antecedem a principal procissão do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, como o Auto do Círio, que acontece na sexta-feira, antevéspera do Círio, nas ruas da Cidade

Velha, mas no sábado pela manhã a romaria fluvial aporta na escadinha do cais do porto e se transforma em motorromaria, que ruma para a Basílica de Nazaré, ao mesmo tempo que lá se forma o Cordão do Peixe-Boi que segue em cortejo rumo à praça do Carmo, onde há um grande *show* folclórico-musical e à noite acontece a romaria da Trasladação da imagem da Santa, que vem da Basílica de Nazaré para a igreja da Sé, de onde parte na manhã seguinte, no segundo domingo de outubro, a grande procissão do Círio de Nazaré rumo à Basílica.

Na atualidade, um recente evento de iniciativa popular que se destaca, por provocar o olhar coletivo sobre o CHB, é o Projeto Circular, que visa à sua revalorização, atentando para o “potencial da diversidade de espaços, coletivos e empreendimentos culturais sediados nos bairros da Campina, Cidade Velha e Reduto” (CIRCULAR, 2018). Ocorrendo periodicamente a cada dois meses, sempre no primeiro domingo, o Projeto se constitui de atividades culturais em estabelecimentos e praças, mobilizando a população da cidade e até turistas em circulação na cidade nesses dias, fazendo com que todos ocupem os bairros que deram origem à cidade de Belém entre atividades artísticas e educacionais, as quais cada vez mais tem o público aumentado.

Observa-se um constante aumento de novos parceiros do Projeto Circular, que no início eram somente da iniciativa privada, mas recentemente obteve a presença de instituições públicas, como o Tribunal de Justiça do Estado e, entre outras, a UFPA, por meio do Fórum Landi, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU/UFPA, que abriu suas portas ao Projeto. Isso demonstra o poder que uma iniciativa da sociedade organizada tem de mobilização a irradiar ações positivas em prol do CHB e que, embora ainda sinta a

ausência dos moradores dos bairros que o compõem, pois a maioria dos circulantes são de outros bairros e de classes média ou alta, sensíveis à causa de revalorização do CHB, pode sim provocar o sentimento de afeto e identidade com seu ambiente.

Assim como existe a visão do morador, há os olhares da autoridade gestora patrimonial. Encontrei a arquiteta Ana Valéria Barros, diretora (à época) do DPHAC/SECULT, departamento da Secretaria estadual que trata de patrimônio histórico, artístico e cultural do estado, que concedeu entrevista em outubro de 2018 sobre seu olhar ao CHB.

Entendo que o CHB é um lugar de experimentação de políticas e ações públicas pontuais que ainda não conseguiram conversar entre si, a ponto de gerar efetivamente um PDL por exemplo, apesar de haverem grupos tanto da sociedade civil quanto de diversos órgãos públicos das três esferas em constantes discussões. As instituições públicas estão constantemente ouvindo e discutindo as inúmeras demandas solicitadas pela sociedade organizada, mas ao final não conseguimos identificar ou exemplificar ações continuadas de sucesso que tenham nascido dessas discussões.

Agora, é claro que hoje, já não se toma mais decisões impositivas e sem consultar à comunidade como foi o caso do projeto Feliz Lusitânia. A sociedade também já está mais atenta e preparada e muito mais organizada. No momento há uma parceria muito interessante entre diversos órgãos das três esferas governamentais e sociedade incluindo também a academia se organizando para solucionar problemas como estacionamento e segurança por exemplo. [...] A SECULT não tem gerência sobre o CHB. [...] No momento a SECULT não tem nenhum projeto novo. Estamos trabalhando com a reforma das onze janelas e da igreja de Santo Alexandre.

Quanto aos transeuntes, é fato que o número de estabelecimentos voltados para a boemia e atividades artísticas tem aumentado bastante no Centro Histórico de Belém, o que representa uma nova configuração no uso do solo nessa área, que atrai frequentadores de classe média e alta de outros bairros da cidade, sendo a sua maioria formada de jovens.

Entre os frequentadores de bares e vida noturna, entrevistei Jô Katen, que é universitário de 23 anos e morador do bairro do Umarizal, que afirmou ser assíduo: “eu frequento bastante o Palafita, próximo à praça da Sé, onde encontro vários amigos e aproveito a noite ao som de bandas tocando todo tipo de ritmos dançantes”. Já a Ana Amélia, de 21 anos, é moradora do bairro da Cidade Velha há dois anos e estudante universitária; ela mora na rua Siqueira Mendes e afirmou que sua moradia “é estratégica e fica próximo do porto, do ponto de ônibus, do comércio, da feira e tem muita opção de diversão noturna”. Ela aproveita os finais de semana em que não vai para sua cidade natal, Abaetetuba, e disse não temer nada “no pedaço”, referindo-se à insegurança local.

Pedro Paulo, de 29 anos, é jornalista e se diz seduzido pelos bares da Cidade Velha: “vou mais no Açaí Biruta ou no meio da praça do Carmo, mas no Açaí (Biruta) tem o pagode dia de domingo e é sempre lotado de jovens de todas as idades; o ruim é que não tem onde estacionar e a gente acaba estacionando na calçada, na porta das pessoas moradoras, que ficam bravas; já tive os quatro pneus do carro esvaziados pelo morador que nem tinha garagem na sua casa”. Pedro se referiu aos incômodos conflitos citados também por moradores que veem suas entradas de carro barradas por algum veículo ou reclamam ainda mais porque os frequentadores de bares urinam nas suas portas. Leonardo, de 34 anos, advogado,

diz que, “quando eu quero um passeio simples e tranquilo, vou ver o pôr-do-sol na praça ao lado da Casa das Onze Janelas, é uma paz incrível, mesmo que tenha barulho em volta; como parte negativa eu apontaria a falta de limpeza mais forte, por ser um ponto turístico da cidade”. Outra entrevista que selecionei foi a de Cláudia Costa, de 26 anos, engenheira sanitária: “acho o CHB sempre divertido e atraente, principalmente na época do carnaval, com seus blocos de rua. Sempre escolho pelo menos um pra acompanhar no sábado antes do carnaval [...], eu só sinto pela violência que há e a falta de policiamento para evitar”. O carnaval é o evento mais polêmico que ocorre no CHB, conflitando autoridades, comunidade e brincantes.

De outro ângulo de percepção, o senhor Félix Rabelo, 49 anos, é comerciante e já foi morador do bairro; afirmou que nasceu e cresceu na Cidade Velha,

Mas ficou difícil morar aqui por vários motivos, não tinha onde os filhos estacionarem e, se deixavam o carro longe, danificavam ou tinha assalto no trajeto andando; então eu e meus irmãos resolvemos vender as casas e só ficamos com o comércio aqui e alugamos a parte de cima [...]; chega no tempo do carnaval ou do Círio, a gente fica ilhado, nem pode entrar na nossa rua de carro (Félix Rabelo, dezembro 2018)

Seu Félix é herdeiro de família de comerciantes há pelo menos quatro gerações, mas atualmente reside em outro bairro, embora mantenha seu comércio na Cidade Velha.

Todas as falas acima convergem para certo consumo no local e do local. Deixando claramente as múltiplas visões de usuários do CHB, as quais têm as suas especificidades, mas acabam tendo em comum a atração que o local provoca e uma relativa ausência do

poder público, principalmente no que tange à limpeza e à segurança, e à valorização patrimonial, histórica e arquitetônica, embora exista uma legislação municipal sobre patrimônio, muito bem elaborada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PRESSÃO SOCIAL E O FUTURO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

Embora se observe que no momento não há obra com características de gentrificação no CHB ou no seu entorno, contabiliza-se uma intervenção na área portuária, obra denominada “Belém Porto Futuro”, prometendo melhorias paisagísticas de lazer e serviços; mas continua uma expectativa para a reforma das instalações gerais e dos equipamentos da feira do Ver-o-Peso, agora com a participação e opinião popular que tem apreço identitário com o local; havendo outras necessidades de obras estruturantes, de restauros e de revalorização de suas paisagens e prédios históricos, como de outros segmentos de seu rico patrimônio, a exemplo do tratamento empregado a outros centros históricos em cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, Salvador e São Luís.

A rua João Alfredo, outrora rua dos Mercadores, e suas adjacências que formam o conhecido centro comercial da cidade, clama por uma intervenção de requalificação de modo a integrar o comércio regularizado da iniciativa privada local ao comércio informal consolidado pela espontaneidade social e a paisagem urbana revisada, com passeios públicos e as vias tratadas, pavimentadas, que garantam o posicionamento dos equipamentos ambulantes - montados e retirados diariamente - de modo que haja espaço para os pedestres circulares entre as lojas estabelecidas e boxes da informalidade, os quais poderiam ser projetados com

a aquiescência da categoria usuária e adequação paisagística em harmonia com a devida conservação das fachadas de interesse patrimonial. Nos dias atuais, após tantas experiências fracassadas, é crucial para uma exitosa intervenção urbanística, que haja previamente a pesquisa antropológica para obtenção da devida interpretação dos atores sociais envolvidos no processo a ser trabalhados, de modo a garantir a identidade e pertencimento de todos os usuários do segmento urbano tratado.

Refletindo quanto a uma projeção futura, embora redundante, é importante ficar atento para o Plano Diretor Municipal que está sendo discutido na Câmara Municipal de Belém e que traz as diretrizes futuras para o município, as quais provocarão reflexos ao meio urbano, em especial ao centro histórico local; em tempo, no fechamento desta pesquisa ainda se discute aspectos relativos aos tópicos concernentes ao CHB e seu entorno. É preciso que haja usos combinados, mas sem excessos nas permissividades, advindas da Lei repaginada. É necessário garantir a vida do Centro Histórico de Belém e do seu entorno; esse, muito mais pressionado pelo mercado imobiliário, onde se vê cada vez mais torres sendo erguidas e mesmo conflitantes com as leis de controle urbanístico local, tem seus projetos aprovados, obtendo êxitos como empreendimentos imobiliários nesse primeiro quartil do século XXI, mas pressionando o sensível Centro Histórico de Belém.

É fundamental que os moradores e demais usuários do CHB se sintam partícipes da sua dinâmica social, as quais se refletem na sua paisagem urbana, mas tal participação deve ser imbuída de topofilia, de sentimento de pertencimento e identidade com o local, para que em consenso promovam uma revalorização, através de atitudes, de respeito, educação e cidadania, como as bradadas

ou vistas através do Projeto Circular, mas com vida e harmonia entre todos seus consumidores, sejam moradores, comerciantes, visitantes, circulantes e demais categorias usuárias.

5. REFERÊNCIAS

BELÉM, Câmara Municipal. Lei Municipal de número 7.709 de 1994.

LOBATO, Célio Cláudio. O Plano Urbano de Antônio Lemos. In LOBATO (Org.) **Um Olhar Sobre Aspectos da Infraestrutura e do Planejamento Urbano em Belém do Pará**. Belém: CESUPA, 2005.

MIRANDA, Cybelle Salvador. O Imaginário nas Personagens da Cidade Velha: memória e patrimônio na Belém contemporânea. Belém, **Margens** (UFPA), v.5, p.197 - 213, 2010.

SANTELLA, Lúcia. Percepção. **Fenomenologia, ecologia e semiótica**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia. **Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

Sites consultados

www.unesco.org/new/pt/.../64_cities_join_the_unesco_creative_cities_ (7/1/2019)

www.projetocircular.com.br/institucional/o-projeto (9/12/2018)

www.ibge.gov.br › Geociências › Cartas e Mapas › Brasil: (13/01/2019)



MERCADO BOLONHA COMO PONTO DE RESISTÊNCIA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA

Luiz Henrique Rabelo da Silva¹

Cybelle Salvador Miranda²



1. INTRODUÇÃO

Durante os anos posteriores à Segunda Guerra Mundial, os mercados do mundo ocidental viveram um declínio generalizado relacionado às transformações dos estilos de vida, isto é, a introdução de formas modernas de distribuição e comercialização (GUARDIA Y OYÓN, 2010). Conforme Guardia y Oyón (2010), entre 1960 e 1980, muitos dos mercados construídos no século anterior foram desativados para darem espaço a novos usos. Em alguns casos, a partir da interferência de organismos autônomos públicos, introduziram-se critérios e estruturas empresariais que, além da dimensão econômica, contemplavam a promoção dos mercados e o desenvolvimento de seu entorno.

¹ Arquiteto e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC). E-mail: luizrabelo@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Doutora em Antropologia, Pós-doutoramento em História da Arte (Universidade de Lisboa), Professora Associada FAU/PPGAU/UFPA, Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

Nas grandes civilizações, essas entidades formam parte do passado comum dos cidadãos e moldaram cidades não apenas no aspecto comercial e urbanístico, mas também nas relações humanas. Em muitos casos, onde sobreviveram, os mercados tiveram que se adaptar, e onde foram desocupados, renasceram, mas seguiram padrões socioculturais distintos e estratégias políticas determinadas para o contexto local e contemporâneo (GUARDIA Y OYÓN, 2010).

Por certo, se essas intervenções melhoram a infraestrutura e a imagem dos mercados, elas se dão à custa da redução generalizada de postos de venda e de uma abordagem cada vez mais tematizada de práticas. Seguramente se pode relacionar essa atuação com o desenvolvimento de uma esfera do consumo que vai se enchendo de lazer e de experiências dentro de uma sociedade hiperconsumista, na qual a alimentação forma um componente essencial. Portanto, diante do contexto contemporâneo, é preciso refletir sobre o papel dos Mercados, principalmente nos conjuntos históricos das cidades.

Em suma, as metamorfoses constatadas nos mercados públicos muitas vezes revelam a adaptação às diferentes racionalidades da produção social do espaço urbano. Nem sempre, estes espaços são capazes de responder às necessidades exigidas atualmente, tampouco parecem estar alicerçados aos reais valores do passado, quando deixam de desempenhar o importante papel econômico que tiveram para as gerações ligadas a eles.

Neste capítulo, propõe-se entender o primeiro mercado coberto da cidade de Belém (Mercado Francisco Bolonha) a partir do olhar etnográfico, em que a percepção do pesquisador dialoga com as vivências dos usuários, identificando significados inscritos no presente processo, em que valores culturais e econômicos entram

em conflito na dinâmica dos espaços históricos. Para isso, o objeto foi contextualizado na lógica local e global, seguindo os indícios das alterações e dos impactos da mais recente intervenção executada nele, assim como nas práticas cotidianas de seus usuários permanentes.

2. O OLHAR ETNOGRÁFICO

Tendo em vista que esta pesquisa tratou de uma problemática no âmbito social, optou-se pelo estudo de caso etnográfico, de análise qualitativa. A partir de então, várias incursões etnográficas foram feitas, partindo de um paradigma social ao interpretar a vida cotidiana no contexto urbano onde o Mercado de Carne está inserido.

Através da experiência de campo, foi possível identificar alguns usuários e quais as suas óticas sobre o mercado. Muitas das apreensões foram feitas graças aos diálogos soltos, realizados com permissionários, fregueses e técnicos que atuaram na última intervenção. Os critérios estabelecidos para a seleção dos atores foram baseados nas suas ocupações e disponibilidade. A pesquisa durou cerca de um ano e grande parte das incursões se deram durante a manhã, no horário convencional de funcionamento do mercado (entre as oito horas da manhã até as dezesseis horas).

Dando aporte à Análise do Discurso, foi utilizado o Arquivo Mnemônico do Lugar, este desenvolvido na pesquisa de Cristiane Rose Duarte (2010) como uma técnica complementar para desenvolver a discussão dos resultados da pesquisa de campo. A ferramenta foi baseada na apreensão da relação simbólica entre o mercado e seus atores. Sentiu-se, também, a necessidade de desenvolver uma pesquisa de cunho mais abrangente e, para isso, foi elaborado um questionário, possibilitando obter um panorama

sobre as falas dos atores do mercado e as opiniões de seus frequentadores (entrevistados).

3. A LONGA INTERVENÇÃO

Em 1998, a Prefeitura de Belém lançou um edital para a reabilitação do conjunto Ver-o-Peso, visando à revalorização das potencialidades sociais, econômicas e funcionais do complexo, observando-se a peculiaridade do abastecimento dos diversos setores e os hábitos da população local.

Inserido no complexo do Ver-o-Peso, embora estivesse dentro do plano de estratégias de requalificação, foi apenas no ano de 2007 que o Mercado de Carne recebeu, de fato, uma intervenção supostamente adequada, por intermédio da Prefeitura em parceria com o Programa Monumenta e do Ministério da Cultura.



Figura 1: Tomada da fachada do Mercado Bolonha.

Fonte: Luiz Rabelo, 2017.

A reforma também incluiu a restauração completa da cobertura, dos forros de madeira, substituição dos pisos da parte superior e do térreo, das peças de alvenaria e metálicas, além da substituição total das instalações hidrossanitárias e elétricas.



Figura 2: Registro da nova pavimentação e dos frigoríficos suspensos, instalados na intervenção de 2007.

Fonte: Luiz Rabelo, 2016.

Hoje, entre os usuários do mercado, a intervenção quase sempre é usada como parâmetro para demarcar o passado e o presente. Alguns dos permissionários se mostram satisfeitos por terem sido instalados, no pavimento superior do Mercado, os mais diversos tipos de assistência à comunidade. Porém, alguns dos lojistas se dizem indignados com o percurso das ações implantadas no complexo.

Há relatos de que, durante a obra, muitos dos permissionários optaram por empreender em negócios paralelos à atividade que exerciam dentro do MCFB, abandonando assim os seus boxes em

busca de algo rentável. Houve os que não retomaram suas atividades e os que tentaram, porém não conseguiram sustentá-las devido ao baixo fluxo de fregueses. Muitos atribuem a queda no movimento à prolongada intervenção, considerando-a como um fator crucial para que a freguesia se afastasse, visto que os portões do mercado se mantiveram fechados por cinco anos.

Conforme a matéria do Jornal O Liberal³, após ser revitalizado, o mercado deixou de atrair consumidores e, por conta do fraco movimento e das dívidas acumuladas, os trabalhadores locais estariam passando por dificuldades financeiras. Desde a inauguração, em dezembro de 2011, cerca de 200 dos 300 trabalhadores abandonaram a profissão.

A matéria ainda revela que o novo espaço viria acompanhado de gastos que teriam aumentado muito mais rápido do que as vendas. Parte das dificuldades são atribuídas à má execução da obra pela Prefeitura Municipal de Belém, a qual não dotou o espaço de equipamentos específicos que haviam sido prometidos para os açougueiros. Portanto, para cobrir essas falhas, os trabalhadores teriam sido obrigados a fazer um empréstimo e assim assumir novas dívidas.

Fatores externos como a instalação de novos modelos de estabelecimentos, açougues e supermercados também seriam motivos que levam permissionários a deixarem o seu tradicional ofício. Nas redondezas do mercado, por exemplo, podem ser encontrados dois grandes açougues.

Alguns permissionários dizem que a queda no movimento poderia estar relacionada à proibição da venda de bebidas

³ Trabalhadores do Mercado de Carne acumulam dívida. O Liberal, 7 jul. 2012. Caderno Atualidades.

alcoólicas, pois muitos eram atraídos ao mercado por conta dos bares. Para os vendedores de carne, há outros interesses à frente de aspectos básicos como os de higiene. Há quem diga, inclusive, que o afastamento da clientela é decorrente dos comportamentos fraudulentos dos próprios açougueiros, que se repercutiram pela zona.

A realidade é que, o número de açougueiros registrados tem reduzido substancialmente, havendo uma queda, em 2017, de 60 para 12 trabalhadores. Diante deste agressivo contexto, a venda de carne parece estar com seus dias contados, acarretando, assim, o processo de esvaziamento dos boxes.

4. NOVAS PRÁTICAS DE CONSUMO

Em meados do ano de 2015, uma nova ideia de empreendimento veio à tona quando dentro do Mercado: seriam servidos tradicionais pratos da culinária local fundidos com pratos da alta gastronomia internacional. Além do singular cardápio oferecido pelo Boteco Quitanda Bolonha, este também se diferenciava dos demais por ultrapassar o horário de funcionamento convencional do Mercado.

A princípio, a ideia se manifestou como um segmento destinado a consumidores seletos, no entanto, passados dois anos após a sua inauguração, o restaurante parece ter se rendido ao peculiar e popular caráter do Ver-o-Peso, passando a oferecer um cardápio mais modesto e acessível, composto por “pratos executivos”, os quais garantem um agitado movimento durante o dia.

Ainda no ano de 2015, uma grande programação aconteceu no interior do Mercado: o projeto musical e visual Festival Sonido, durante três dias, teve sua primeira edição. De acordo com a

produtora, o evento teve como objetivo promover o encontro de diversos artistas e bandas expoentes da música instrumental. Com patrocínio do Ministério da Cultura e o apoio da Lei Rouanet, o Sonido teve a sua segunda edição realizada nos dias 21 e 22 de abril de 2017.



Figura 3: Registro da atração principal da noite: Lucas Estrela.

Fonte: Luiz Rabelo, 2017.

No entanto, o público atraído pelo festival erudito não pareceu ser o mesmo que compõe o cotidiano do mercado. Deste modo, o evento tornou-se um tanto controverso quando se sabe que os próprios permissionários dizem não ter autorização ou apoio por parte de instituições públicas para a promoção de eventos do tipo, tampouco incentivo para atrair clientela ao mercado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Mercado Bolonha, o formato do projeto de sua última intervenção pode ser interpretado como uma tendência de uma certa universalidade, antes já reproduzida em algumas cidades européias. A intervenção ainda pode representar um tipo de eurocentrismo da modernidade, no qual protótipos de estratégias implantadas em países europeus são escolhidos como iniciativas de desenvolvimento em países como o Brasil.

É importante argumentar que vivemos em um mundo repleto de diversidade e universalismos tradicionais. Tanto que, dentro do Mercado, se percebe de maneira clara as tradicionais práticas do mercantil, em que o próprio proprietário vende o seu produto diretamente ao cliente, propondo a ele uma experiência diferenciada e estimada, inclusive, pela clientela. No *locus* de estudo, as práticas comerciais indicam a relação sem assimetrias entre vendedor e consumidor, e, portanto, desprendidos das regras ditadas pelo mercado global. Ao que tudo indica, foram formuladas ao Mercado Municipal, políticas articuladas nas concepções globais, as quais não obtiveram o êxito almejado.

A tentativa de instalar um serviço *gourmet*, como o Quitanda Bolonha, sinaliza uma tendência global, na qual não se reproduziu no mercado por ele ainda atrair um público que predominantemente pratica um tipo de consumo mais popular. O festival Sonido também representa o momento em que se instala uma nova concepção de espaço, não tradicional, que o separa segundo as funções a que se destina.

Nesse sentido, o MCFB pode ser visto como um ponto de resistência, onde é estabelecida a convivência entre os modos de consumo contemporâneos e o tradicional. Embora o Mercado

Bolonha tenha um caráter secular forte e enraizado, parte da população trabalhadora, que mantém viva a alma do Mercado, não se reconhece como praticantes de cultura, abstando-se da importância das suas trocas, das suas longas redes de práticas. Ao que tudo indica, a única medida que os protege é a norma de transmissão dos boxes, a qual preza pela hereditariedade entre os permissionários.

Ainda que a cultura local produza estratégias de forma espontânea, é preciso um olhar mais profundo. As suas pomposas estruturas metálicas representam um marco que a cidade passou, no entanto ultrapassar o âmbito do patrimônio material pode ser uma alternativa. Restaurar sem atentar para a dinâmica de uso real que o Mercado Bolonha contempla é garantir desperdício aos cofres públicos. É como interferir e assinalar um processo de esvaziamento em vez de prever a revalorizar as potencialidades locais.

Já dizia Duarte (2010), considerar o espaço construído como artefato cultural significa dizer que ele pode ser compreendido como linguagem, como portador de significados e, principalmente, como materialização da visão de mundo dos grupos que o produzem. O Mercado de Carne, além de cumprir a função de comércio para que foi desenhado, segue sendo parte da história viva e também um importante aglutinador social e vital da cidade.

6. REFERÊNCIAS

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

DUARTE, Cristiane. Olhares possíveis para o Pesquisador em Arquitetura. In: **Cultura, Subjetividade e Experiência: dinâmicas contemporâneas na Arquitetura** - ENANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

FLEURY, Jorge Nassar; FERREIRA, Aline Alves. Ver-o-Peso da cidade: o mercado, a carne e a cidade do final do século XIX. **Revista Estudos Amazônicos**, Belém. Vol. VI, nº 01. p. 100-116. Jun./ago. 2011.

GUARDIA, Manuel; OYÓN, José Luis (ed.), **Hacer ciudad a través de los mercados**. Europa, siglos XIX y XX. Barcelona, Museu d'Història de Barcelona, Institut de Cultura - Ajuntament de Barcelona, 2010.

LINS RIBEIRO, Gustavo. Diversidade Cultural enquanto Discurso Global. **Avá, Revista de Antropología, Posadas**, n. 15, dic. 2009.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do patrimônio cultural em Belém, 2006. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, UFPA). Belém, 2006.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Rua Dr. Assis**: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará, 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

VELOSO, Mariza. O fetiche do patrimônio. **Habitus**, Goiânia 4(1): 437- 454, 2006.



A MEMÓRIA NO COTIDIANO DO MERCADO BOLONHA EM BELÉM

Simone Cravo da Silva¹

Cybelle Salvador Miranda²

Ronaldo N. F. Marques de Carvalho³



1. INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído a partir dos relatos etnográficos no âmbito interno do Mercado de Carne em Belém – conhecido como Mercado Municipal, também chamado de Mercado Bolonha – edificação que integra o Complexo do Ver-o-Peso⁴. Em 1906,

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC). Professora do Curso de Engenharia Civil da Estácio Castanhal. E-mail: cravosimone@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Doutora em Antropologia, Pós-doutoramento em História da Arte (Universidade de Lisboa), Professora Associada FAU/PPGAU/UFPA, Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

³ Arquiteto e urbanista, Doutor em Engenharia de Recursos Naturais, Pós-doutoramento em História da Arte, Professor Associado FAU/UFPA. E-mail: romarca@ufpa.br

⁴ É um bem tombado pelo Iphan com inscrição em três dos quatro livros criados pelo decreto nº 25, de 30 de novembro de 1937 (que conceitua e organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), a saber: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (inscrição de número 69, fls. 16); Livro de Tombo Histórico (inscrição número 460, fls. 77) e Livro de Tombo das Belas Artes, sob a inscrição de número 525 (fls. 96).

o engenheiro Francisco Bolonha⁵, um dos mais importantes construtores da época, firma contrato com o intendente Antônio Lemos – administrador do município de Belém – para reforma e ampliação do mercado. Em 17 de dezembro de 1908 as novas instalações do mercado foram inauguradas (DERENJI, 2011).

O mercado, naquela ocasião, ganhou uma nova aparência que se conserva até os dias de hoje. No pátio interno, os Pavilhões em madeira⁶ que acomodavam os aparadores para venda de mercadorias – os talhos de carne – foram substituídos por quatro Pavilhões pré-fabricados em estrutura metálica importada pela firma *Walter MacFarlane & Co.*, de Glasgow. Suas colunas com capitel coríntio, balcões em mármore, iluminação natural dos Pavilhões, escada helicoidal de acesso à antiga caixa d'água com delicado rendilhado em ferro fundido, foram considerados no texto da edição de jornal da época como um “mimo da arquitetura” (DERENJI, 2011, p. 115).

O tema da pesquisa direciona-se para um olhar na Arquitetura pré-moldada em ferro, a partir das questões que envolvem agentes e interlocutores na percepção do patrimônio. Esse olhar no monumento arquitetônico através da cognição dos atores abordados no método etnográfico, visa compreender a memória coletiva numa linha de trabalho aberta por Halbwachs (1990); a relação entre memória individual e coletiva conforme entendidas por Pollak (1989); a memória que está intrinsecamente vinculada ao

⁵ O Engenheiro Civil Francisco Bolonha (1872-1938), natural de Belém do Pará, imprimiu no espaço urbano desta cidade significativos exemplares de um novo estilo de arquitetura: o ecletismo, que reúne estilos como o Neoclássico, o *art-nouveau*, o barroco e o rococó.

⁶ De acordo com Veiga (2007, p.60), no Mercado Municipal de Belém foram “montados quatro pavilhões de ferro vindos de Glasgow no local dos antigos pavilhões de madeira, onde foram instalados os novos talhos para comercialização da carne”

documento, segundo Le Goff (2003); o culto à memória que teve seu lugar de ascensão através da delimitação do patrimônio histórico, como nos informa Choay (2000); o fato de que o antropólogo deva ver o mundo do ponto de vista do nativo, tratado por Geertz (1997); que é preciso ir a lugares, voltar de lá com informações sobre como as pessoas vivem e torná-las disponíveis à comunidade especializada, mencionada também por Geertz (2002).

O Mercado Bolonha traz consigo a memória de várias gerações, as tradições e os costumes dos belenenses, além de ser um lugar de encontro e um ambiente de sociabilidade que reúne os mais distintos grupos e classes sociais em uma esfera que congrega dicotomias, como o sagrado e o profano; a tradição e a modernidade; o trabalho e o passeio. Neste sentido, busca-se mostrar o cotidiano do Mercado, apreendido dos relatos, observações, registros fotográficos e conversas informais, interpretadas em pesquisa etnográfica.

2. O MERCADO E A MEMÓRIA

O Mercado Bolonha, conforme Silva (1986), destaca-se entre os monumentos arquitetônicos na época da exportação gomífera, sendo um dos exemplos mais significativos da época da *Belle Époque*⁷ em decorrência de sua contínua utilidade pública. Além disso, o mercado enquanto arquitetura emerge como um ente no qual as várias etapas se impregnam, se juntam ou se excluem (MIRANDA, 2016, p. 415)”, sendo receptáculo da memória dos atores envolvidos no pátio interno desse centro de abastecimento.

⁷ A *Belle Époque* na cidade de Belém se dá entre o final do século XIX e início do XX, quando a Amazônia vivencia o auge econômico da comercialização do látex. Começa, nesse momento, segundo Sarges (2010), um acelerado processo de reurbanização e modernização no espaço urbano.



Figura 1: Pátio interno do Mercado Bolonha

Foto: Cravo (2017)

O enquadramento das lembranças, apreendidas na pesquisa etnográfica do Mercado, é abordada pelo estudo do sociólogo e historiador austríaco Michael Pollak (1989) que esclarece a dualidade entre memória pessoal e a social. Por um lado, há uma memória particular, decorrente de acontecimentos vividos pessoalmente; por outro, a recordação de tempos vivenciados por membros do grupo, assumidos como memória coletiva. A coleta dessas memórias, durante a investigação de campo, permitiu averiguar os elementos construtivos presentes nas lembranças, materializando a percepção dos envolvidos com o ambiente da pesquisa.

Para Pollak (1989), os elementos construtivos das lembranças, como o acontecimento, as pessoas e os lugares, são referências da memória da coletividade. Os acontecimentos se referem ao sentimento de um único indivíduo ou da coletividade; as pessoas

são aquelas que estão presentes em imagem nas nossas lembranças, constituindo as nossas memórias, identificadas no decorrer da vida; e, por fim, os lugares podem ser um espaço vinculado diretamente às nossas recordações.

Estes três fundamentos – acontecimento, pessoas e lugares – são definidos pelo autor para exprimir a memória e a identidade social. Cabe observar que essa identidade é influenciada pelo ambiente, que é o “*locus* do estudo” (GEERTZ, 2008, p. 16). A lembrança de um lugar se traduz numa memória coletiva, o Patrimônio em questão une indivíduos e grupos sociais entre si. A percepção do olhar dos trabalhadores e transeuntes vai ancorar na memória de um passado estabelecido dentro da história da implantação dos quatro Pavilhões em ferro pré-moldados.

No entanto, no Mercado em estudo, não há experiências homogêneas, existem memórias que se juntam a relatos históricos transmitidos oralmente através do convívio dos atores dentro do âmbito interno do lugar. Esses registros das lembranças nos possibilitam contextualizar os fragmentos da história da arquitetura do ferro pré-moldado interpretados pela pesquisa etnográfica. A leitura dos depoimentos apreendidos permite entender o mercado como enquadramento da memória, ou seja, a arquitetura assegura uma base estável para que os moradores ancorem suas histórias de vida. Do ponto de vista da história, o mercado pode ser valorizado enquanto documento e monumento, elementos abordados por Le Goff (2003), uma vez que o documento não é um produto consumido pelo passado, mas sim o artigo fabricado pela sociedade, de acordo com as eficácias do poder existente, e “o monumento tem como característica o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas” (2003, p. 462).

Desse modo, os quatro Pavilhões do mercado têm seu valor na história de Belém, um símbolo ímpar na arquitetura paraense representada pela importação de ornamentos arquitetônicos vindos da Europa, contextualizando, desta forma, um lugar para a ancoragem da memória.

3. CONSTRUINDO UMA ETNOGRAFIA: ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO

Para o levantamento dos dados relevantes à aplicação desta análise, foi adotado o método etnográfico, tendo como locus das incursões o pátio interno do Mercado Bolonha, sendo composto pelo compartilhamento de atividades, das anotações, das conversas e das experiências percebidas na fase exploratória da pesquisa. Para uma análise mais detalhada, foram feitas três imersões no Mercado, nas quais foram identificadas as peças arquitetônicas dos Pavilhões pré-moldados; a logomarca da empresa de *Walter MacFarlane Co.*, que estavam estampadas em todas as colunas; a escada helicoidal em ferro fundido; e a organização dos boxes de carne. Observando os pontos analisados, fazendo uma descrição densa (GEERTZ, 2008), tudo poderá ser percebido, tornando-se fonte para o pesquisador⁸ .

A pesquisa etnográfica é interpretativa e microscópica (GEERTZ, 2002) porque, ao mesmo tempo que possibilita ao

⁸ A pesquisa efetuou-se em dois períodos específicos: o primeiro aconteceu nos dias 15/05 e 03/06 de 2017, quando foram observadas as práticas sociais e culturais dos nativos, associadas aos fregueses e frequentadores envolvidos com o espaço, relatada em diário de campo da disciplina Método Etnográfico para Pesquisa em Arquitetura do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, realizada no primeiro semestre de 2017. O segundo período foi feito no dia 29 de novembro de 2017 às 11h30, no qual houve uma conversa informal com algumas pessoas que transitavam no mercado num dia de grande movimento.

pesquisador, por intermédio da convivência no cotidiano da vida social do outro, o entendimento das significações das produções simbólicas, permite ainda assegurar a identidade do grupo, confirmando diferenças e propiciando elementos sobre o papel da cultura na vivência humana.

Durante as imersões, recorreremos às entrevistas, registrando a memória afetiva dos atores; a partir da abordagem despretenhiosa, foi feito o reconhecimento da área no entorno dos Pavilhões em ferro do Mercado. O cenário reproduzido é um recorte da realidade vivida pelos integrantes do espaço observado durante a pesquisa de campo, estimulando novas percepções da arquitetura do ferro ali presente pelos usuários. A valorização da memória simbolizada pelos ornamentos do mercado é um dos vieses para interpretar a pesquisa de campo, relatando costumes de uma pessoa ou de grupos desse centro de abastecimento, proporcionando ao pesquisador uma experiência *in loco*.

No decorrer da pesquisa de campo, percebeu-se que o Mercado Bolonha é um lugar de conversas que permite muitas reflexões. As narrativas ali expressas dão um significado singular ao espaço de reconhecimento. Tais narrativas provêm das colaborações compartilhadas pelos participantes do percurso etnográfico, sempre evocando o sentido da memória, na descrição da história do monumento arquitetônico em estudo, pois “O edifício representa a ambiguidade do passado que convive com o presente [...]” (MIRANDA, 2016, p. 415).

A primeira incursão, em 15 de maio de 2017, fundamentou-se nas informações do Sr. Geraldo – administrador do mercado de carne – sobre o funcionamento do patrimônio. Visitamos, em sua companhia, as dependências administrativas do pavimento superior

daquela edificação; outro ponto observado foi a busca pela memória da história da importação dos Pavilhões em ferro. Na segunda incursão deste período, no dia 03/06/2017, adotaram-se como referência os conceitos elaborados por Geertz (1997, p. 61) de “experiência-próxima” e “experiência-distante”, para desenvolver a análise.

No segundo período, no dia 29 de novembro de 2017, foram abordadas aleatoriamente no pátio interno 15 pessoas. Os colaboradores tinham idades entre 19 e 33 anos, naturais de Belém, com ensino médio completo. A coleta dos dados se deu por meio da utilização da entrevista, cujo roteiro foi dividido em duas categorias: patrimônio e memória, tendo por objetivo captar a percepção dos atores do mercado em relação à arquitetura do ferro pré-moldada. Este questionário resultou do aperfeiçoamento daquele utilizado no trabalho etnográfico no interior do Mercado de Carne e de Peixe na cidade de Manaus em julho de 2017⁹ .

A receptividade dos atores da pesquisa foi acolhedora durante o acesso ao mercado. Isso pôde ser notado quando os informantes foram atraídos pela ideia de expor o seu ponto de vista em relação à percepção da Arquitetura do ferro dos Pavilhões. O trabalho mobilizou-se na busca da memória coletiva, por meio da emoção e da afetividade das lembranças individuais das pessoas abordadas, fazendo vibrar um passado selecionado, com vistas a preservar a identidade de uma comunidade (CHOAY, 2000).

⁹ Foi realizada pesquisa etnográfica, na cidade Manaus, por meio de entrevistas com 42 agentes e permissionários, em quatro visitas consecutivas de 14 a 17 de julho de 2017, em período diurno e vespertino, para apreender as noções que os agentes e permissionários possam ter sobre o Patrimônio Arquitetônico. A escolha dos entrevistados foi aleatória, os trabalhadores do espaço estudado foram abordados nos Pavilhões de Carne e de Peixe, já os outros entrevistados, se concentravam nos setores de hortifrutigranjeiro, do restaurante/lanchonete, do artesanato e das estivas em geral.

Dos quinze atores que foram abordados na pesquisa, destacam-se cinco: Márcia, Dione, Carlos, Raimundo e Maurício; todos conheciam a história da implantação do mercado e estavam ali com o intuito de almoçar, pois trabalhavam na redondeza. Márcia, uma das entrevistadas, relatou que frequentava o ambiente quase todos os dias para almoçar e aquele lugar para ela se tornou familiar. Mas, ao perguntar-lhe sobre como a arquitetura é percebida por ela, sua fisionomia mudou completamente, demonstrando como a afeição pelo Mercado Bolonha era visível. Nossa interlocutora, ao olhar para os Pavilhões de ferro, descreveu-os como sendo “um tesouro escondido pelo cotidiano do Mercado”. Revelou-me que nunca havia pensado sobre como um patrimônio com mais de 100 anos de inauguração era tão moderno. Sabia que os Pavilhões tinham vindo da Europa e, sem perceber, começou a fazer uma leitura dos elementos arquitetônicos, observando que as colunas combinavam com os boxes de carne e o encaixe do telhado na estrutura em ferro; mostrou admiração pela bela ideia da empresa.

Em sua opinião, deveria ter uma divulgação na mídia para que os paraenses pudessem visitar mais o Mercado de Carne em Belém. A apreensão apresentada pela frequentadora é visível, demonstrou que o patrimônio arquitetônico deve ser mantido, mas ressalta que se as autoridades investissem mais na segurança, no conforto para seus visitantes, certamente o ambiente seria mais frequentado pelos moradores da região.

As palavras divulgação, conforto e segurança que a entrevistada pronunciou remetem à Patrimonialidade do mercado, buscando a valorização deste patrimônio para a sociedade (POULOT, 2009). No entanto, reconhece-se que bens patrimonializados se tornam peças de consumo turístico caracterizado pela monumentalidade

arquitetônica transformada em cenários revestidos de valores mercadológicos, em busca da apreensão consumível dos acontecimentos e da cultura, e descompromissados em refletir a memória e a história do lugar. (LEITE; PEIXOTO, 2009 apud SERRA; CONCEIÇÃO; BARROS, 2016).

Mesmo promovendo a indústria cultural e turística, conforme Silva (2018) descreve em sua incursão no Festival Sonido, o patrimônio em estudo, através da aproximação do tempo atual ao passado, constrói a sua identidade, a sua cultura e o seu valor histórico. Nesta incursão pela memória, continuamos nosso diálogo, desta vez com Dione, trabalhadora da feira do Ver-o-Peso, que frequenta o lugar regulamente para o almoço, pois considera os alimentos saborosos e mais em conta. A sondagem da memória trouxe à tona lembranças afetivas, pois, todas as vezes que entrava naquele recinto, lembrava de um relacionamento amoroso que teve com um açougueiro do mercado.

As lembranças do passado pronunciados por Dione confirmam a teoria de Pollak (1989), quando menciona que acontecimentos, pessoas e lugares são elementos de referências constantes que a inserem na memória da coletividade. Logo após a caminhada com Dione, conversamos com um grupo de rapazes que faziam sua refeição em um dos restaurantes do espaço lateral dos Pavilhões. Carlos, Raimundo e Maurício compararam, primeiramente, as formas arquitetônicas da estrutura em ferro com as representações românticas, um coração em forma de flecha de cupido. *“Parece que o serralheiro estava inspirado ao fazer essa peça”*, ressaltou Carlos; complementei sua observação informando-lhe que o ferreiro seguiu um projeto designado pelos autores dos catálogos ilustrativos da empresa de *Walter MacFarlane*. O Recurso à história, segundo

Verguet (2015, p. 8), “toma a função de procedimento de legitimação porque ela procura as verossimilhanças e convoca a exatidão. O conhecimento do passado constitui um poder simbólico”.



Figura 2: Cantoneira em estrutura metálica comparada com representação românticas.

Foto: Cravo (2017)

Raimundo comentou sobre o formato do painel em ferro, comparou-o com os raios do sol; e o fechamento da grade, com um pano com renda. Na coleta de informações dos dois colaboradores, foi constatada uma visão na arquitetura do ferro que provoca analogias figurativas nos elementos geométricos compostos do monumento arquitetônico e até mesmo afetivas.

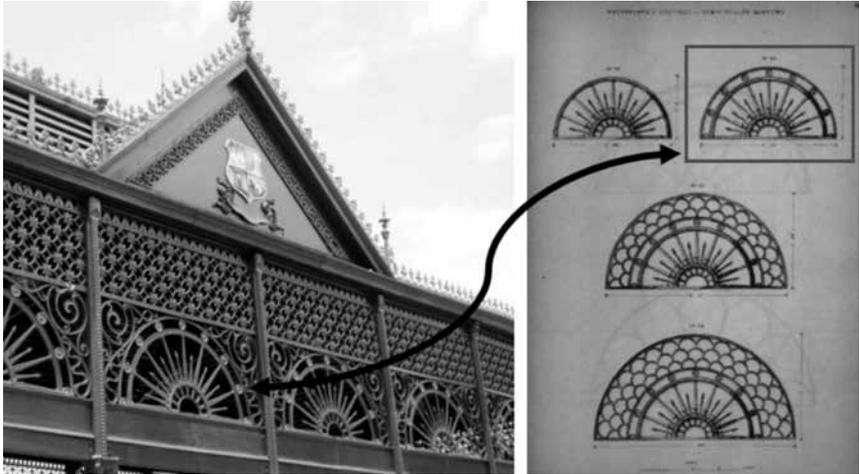


Figura 3: Detalhe do painel em ferro no catalogo ilustrativo da empresa de *Walter MacFalane*.

Foto: Cravo (2017)

Na busca por identificar a percepção do olhar na arquitetura do ferro, através das conversas que se tinha em cada setor por onde caminhava, constatou-se que as criações mentais que esses informantes revelaram constituíram referências para poder manifestar as associações com formas geométricas, até então não percebidas nas pesquisas anteriores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O método etnográfico deu suporte ao reconhecimento da memória fundamentada por meio das conversas desenvolvidas no pátio interno do mercado; a construção da visão foi vinculada através do afeto, da contemplação, da saudade, da alegria, do apego, da comparação das formas geométricas e outros sentimentos envolvidos no cotidiano das pessoas que se encontram naquele lugar.

A partir dos sentimentos aflorados, foram analisadas as percepções que cada um tem ao olhar para os Pavilhões pré-moldados em ferro, vivenciado no dia a dia dos interlocutores, formando assim uma identidade para o “*locus* do estudo” (GEERTZ, 2008, p. 16). Considerando que alguns dos envolvidos no trabalho etnográfico têm conhecimento sobre a história da compra e da implantação do patrimônio em ferro, pode-se justificar a valorização e a afetividade apresentada nas memórias coletivas do grupo envolvido.

No entanto, os valores expostos pelos interlocutores se relacionam mais com as atividades cotidianas do espaço em estudo, não admirando o conjunto arquitetônico adquirido pelos catálogos ilustrativos da empresa de *Walter MacFarlane & Co.* Nota-se então que, de maneira geral, os entrevistados têm um olhar para o patrimônio mais vivenciado do que percebido em sua abrangência visual, e que apenas 5 destas pessoas abordadas – Márcia, Dione, Carlos, Raimundo e Maurício – dispõem de uma visão mais ligada à história-memória, constituindo fatores de relação entre vivência e valoração da arquitetura. Neste panorama, o papel do ornamento arquitetônico foi significativo para conectar os usuários com o Mercado Bolonha.

Fundamentado nos sentimentos apreendidos, analisou-se o olhar que cada um sentia perante os Pavilhões pré-fabricados em ferro, vivenciando o cotidiano dos interlocutores, formando, assim, uma identidade para a arquitetura metálica. No ambiente, constatou-se o entrecruzamento da história e da memória, revelados nos depoimentos históricos, lembranças amorosas, detalhes das formas similares da natureza nos ornatos, desenhos geométricos e outros elementos envolvidos na atmosfera do Mercado.

5. REFERÊNCIAS

CHOAY, F. O património histórico na era da indústria cultural In: CHOAY, Françoise. **A alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Edições 70, 2000.

DERENJI, J. Mercado Municipal, Belém - 1908. In: LEAL, A. B. et al. (Org.). **Mercados de ferro do Brasil**. Brasília: Instituto Terceiro Setor, 2011.

GEERTZ, C. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: **O saber local**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 60-74.

_____, C. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: Geertz, C. **Obras e vidas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002. p. 11-40.

_____, C. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: Geertz, C. **A interpretativa das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 13-41.

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice/ **Revista dos Tribunais**, 1990.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

MIRANDA, C. S. Ruínas, duração e patrimonialidade. **Rua (UNICAMP)**, v.2, p.407 - 424, 2016.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

SILVA, Luiz Henrique Rabelo da. **Mercado Bolonha: Patrimônio Arquitetônico e locus de práticas culturais comerciais em Belém do Pará**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), 2018. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SARGES, M. de N. **Belém: riquezas produzindo a *belle époque* (1870-1912)**. 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SERRA, D. R. de O; CONCEIÇÃO, L. O; BARROS, M. C. Patrimonialização e produção do espaço para o turismo na Belém-PA da Belle Époque. In: **Encontro Nacional de Geógrafos**, 18, 2016, São Luís.

SILVA, G. G. **Arquitetura do ferro no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1986.

VEIGA, Débora de Fátima Lima. **Os Mercados de Belém: um estudo sobre a preservação da Arquitetura do ferro**. 2007. 163f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

VERGUET, C. Faire la preuve du patrimoine: authentification et plaidoyer patrimonial. l'Argument Historique et l' argument familial. **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v. 5, n. 12. Jan./jun., 2015.



ENTRE O PASSADO E O FUTURO: o lugar dos mercados no Centro Histórico de Belém

Celma Chaves¹
Francianny Moraes²



1. INTRODUÇÃO

Os mercados públicos têm adquirido protagonismo no desenvolvimento das cidades nos últimos anos, tanto como função de abastecimento e trocas comerciais, promovendo vitalidade aos bairros onde estão instalados, quanto como fomento ao turismo. Ainda que muitos edifícios de mercados apresentem um carácter histórico secular, estão hoje inseridos em contextos contemporâneos, abrigando assim um duplo carácter: por um lado, o tradicional que vem de sua origem como lugares de trocas, onde se compra e vende; por outro lado, seu carácter contemporâneo

¹ Arquiteta e Urbanista, Doutora em Teoria e História da Arquitetura pela Universidad Politècnica da Catalunya. Professora Associada FAU/PPGAU/UFPA, Coordenadora do Laboratório de Historiografia da Arquitetura e Cultura Arquitetônica (LAHCA). E-mail: celma_chaves@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC). Professora Substituta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. E-mail: franciannymoraes@gmail.com

em face de exigências para que se adaptem aos ciclos dinâmicos das trocas comerciais humanas, permitindo-os, de certa maneira, permanecer vitais em períodos de transformações.

Em Belém, dois mercados emblemáticos do Centro Histórico, o Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha, foram objeto de intervenções nas últimas décadas com o intuito de recuperar seu valor patrimonial, adequá-los às novas dinâmicas de usos e consumo e melhorar seu funcionamento para frequentadores, permissionários e grupos de turistas que os visitam a cada ano. Um terceiro, o pequeno mercado do Porto do Sal, localizado em área de grave problemática social, vem mantendo-se relativamente ativo graças aos poucos boxes em funcionamento, aos consumidores das áreas adjacentes, e à mobilização de moradores e grupos de artistas, profissionais liberais e estudantes, por meio de atividades culturais realizadas no edifício.

Neste texto, discutem-se as concepções de mercado público subjacentes às propostas de reformas realizadas nos dois principais mercados e na feira, o mercado do Sal e sua área de influência como equipamento urbano, considerando as exigências de modernização arquitetônica, as demandas de novos usos e a relação com a população local.

Os primeiros mercados localizados às margens da Baía do Guajará construídos para abastecimento alimentício e trocas de produtos trazidos das ilhas e povoados próximos à capital, estão na gênese do ideal que vigorava na transição da cidade finissecular do XIX que buscava integrar modernidade arquitetônica, modernização urbana e ideários de civilidade e higienismo, quando a cidade experimenta um processo de modernização impulsionado principalmente pelos dividendos de exportação dos produtos extrativistas e dos empréstimos realizados pela administração

pública. Nos anos da Primeira República, surgem os mercados de bairros, mais modestos, porém impulsionados pelos mesmos ideais de modernização, agora na ideologia da “Era Vargas”.

Os mercados do Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha que por muito tempo interagem integralmente com as comunidades ribeirinhas, cujos permissionários compravam produtos por eles produzidos, hoje estão plenamente em conexão com outros tipos de fornecedores, compradores e frequentadores: compra-se da central de abastecimento da Ceasa, vende-se para fregueses que moram distantes do Centro Histórico e são frequentados por turistas do país e do exterior (LIMA, 2011; LEITÃO, 2013). Associam-se as atividades de uma cidade ribeirinha, às dinâmicas da urbe contemporânea, cujas demandas exercem forte pressão para que esses espaços se adaptem às novas exigências do consumo e de metamorfose de imagem que os mercados apresentam atualmente, ainda que mantenham práticas de intercâmbios comerciais, culturais e sociais que os originaram e que se tornaram “tradição” ao longo do tempo.

2. AS TRANSFORMAÇÕES NOS MERCADOS FINISSEculares E SUA MODERNIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE

No processo de transformações dos espaços da cidade de Belém, os mercados do Ver-o-Peso e o Francisco Bolonha tiveram protagonismo especial, e tornaram-se cartões-postais da cidade, principalmente a partir da instituição e tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso pelo IPHAN em 1977, no qual se insere o Complexo do Ver-o-Peso.

As obras de reforma, restauração, padronização, requalificação e recuperação dos edifícios dos mercados, do Solar da Beira, da

praça do Pescador e da feira, realizadas nas décadas de 80, 90 e 2000, foram a oportunidade para a recuperação física desses espaços, mas também, como na última proposta de reestruturação da feira apresentada em 2016, mecanismos para possibilitar mudanças de significado no conjunto do Ver-o-Peso, condizentes com uma filosofia de espetacularização de áreas turísticas adotadas nos quatro cantos do planeta (MUÑOZ, 2010).

Em 2015, semanas antes da divulgação de que Belém recebera da Unesco o título de Cidade Criativa da Gastronomia, num box vazio do mercado Francisco Bolonha, começou a funcionar o boteco “Quitanda Bolonha”, divulgado pelos meios e frequentadores como um novo *point* do mercado. A iniciativa, de um empresário local, inaugurou um novo padrão de box de alimentação no mercado: destinada a um grupo de maior poder aquisitivo e uma nova culinária “gourmet”. De fato, a diminuição da ocupação de boxes de carne e seu uso para outros fins se intensificou depois da reforma entregue em 2011, e que segundo técnicos e permissionários, não foi realizada segundo o projeto – confirma a crise de uso e função desse importante mercado (SILVA, 2018). Deve-se perguntar qual seria a natureza das mudanças para atrair novo público que frequente e consuma os produtos do mercado, mas que não contribua para a expulsão dos antigos permissionários e modifique sua função original.



Figura 1: Interior do mercado Francisco Bolonha onde se vê vários boxes vazios
Foto: Celma Chaves (2018)

Na esteira da aprovação do título dado pela Unesco em 2015, dá-se a conhecer o projeto de reforma da feira do Ver-o-Peso. Segundo se pode apreciar em matérias da imprensa veiculadas nessa ocasião³, a proposta, que foi apresentada à sociedade no dia 12 de janeiro de 2016, aniversário de 400 anos de Belém, era o coroamento dos esforços envidados pelos poderes públicos municipais e estaduais que visavam à internacionalização da culinária da região e da cidade. Anunciaram-se mudanças de uso nos mercados e feira, em consonância com os interesses entre o poder público e a iniciativa privada. O projeto de modernização apresentado propunha alterar radicalmente a relação da feira com o edifício do mercado e o entorno histórico, já que idealiza um espaço com cobertura contínua e encerrado lateralmente. No entanto, essa

³ <http://agenciapara.com.br/Noticia/118484/belem-ganhara-centro-global-de-gastronomia-e-biodiversidade>; <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/12/belem-e-eleita-cidade-criativa-da-gastronomia-pela-unesco.html>

questão ocasiona uma série de modificações que vão além do ponto de vista meramente arquitetônico. Os dois modelos de cobertura simbolizam percepções distintas, incidindo diretamente na altura das barracas, projeções atuais da feira, especificidade do material substituído, além da agressão visual que incidiria no Conjunto da Feira, já que a nova cobertura ocuparia uma área extensa e teria grande impacto na paisagem do Ver-o-Peso. Além disso, a proposta física impactaria nas estruturas dos coletivos sociais e suas práticas historicamente consolidadas na área, comprometendo todo um tecido de relações humanas e de trabalho que se veriam comprometidas com as novas dinâmicas geradas pelo projeto e pelos planos pensados para o conjunto do Ver-o-Peso.



Figura 2: A cobertura da feira atualmente (esq.) e a proposta apresentada em 2016 (dir.)

Fonte: <http://portal.iphan.gov.br/>

Nas antípodas das ações destinadas aos dois grandes mercados, o Mercado do Porto do Sal inaugurado em 1934, situado na confluência do Rio Guamá com a Baía do Guajará, amarga um quase total abandono décadas a fio. A primeira e última reforma

no mercado e sua área de influência ocorreu em 1990, a última promessa de revitalização foi há cinco anos⁴ .



Figura 3: Aspecto externo do mercado do Sal

Foto: Celma Chaves (2015)

A área do Porto do Sal, contígua ao mercado, era de usos comercial, pequenas indústrias e portos desde o final do século XIX. O mercado apresenta um processo de degradação contínuo, com visível diminuição do número de boxes em funcionamento. Hoje, se sua função como mercado de abastecimento alimentício não é mais a mesma do início de sua instalação no bairro, vem se configurando como um nicho para a recuperação de expressões culturais locais, sendo apropriado por artistas e grupos que desenvolvem atividades que inicialmente se vinculavam ao projeto Circular Campina Cidade

⁴ Notícia veiculada pelo informativo da prefeitura municipal de Belém em: <http://ww3.belem.pa.gov.br/www/mais-noticias/mercado-do-porto-do-sal-recebera-acoes-emergenciais/>

Velha⁵ , mas que atualmente agrega ações contínuas ligadas a grupos variados da comunidade artística, estudantes, ativistas culturais, pequenos fazedores que movimentam espaços de economia solidária e comércio justo e buscam recuperar expressões da cultura local.

3. PARA UM NOVO OLHAR SOBRE OS MERCADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: IDEIAS POSSÍVEIS PARA VELHAS QUESTÕES

A adoção de novos usos, especialmente acrescentando-se à comercialização de produtos frescos, os processados e “gourmets”, não é algo incomum nas propostas de revitalização e modernização de mercados ao redor do mundo. Cidades como Lisboa, Madrid, Valência, Curitiba e São Paulo já o adotaram, oferecendo uma cultura gastronômica sofisticada e de preços elevados, visando atrair um público diferenciado, na sua maioria turistas com um bom poder aquisitivo. É evidente que os mercados não podem permanecer alheios às metamorfoses da sociedade, porém, como valor cultural, social, econômico e, especialmente no caso dos mercados localizados nos centros históricos das cidades, agrega-se seu valor patrimonial material e imaterial, fazendo-se necessário repensar para que propósitos e a quem atende a modernização desses edifícios.

Em experiências recentes na cidade de Barcelona, que possui uma rede de 42 mercados geridos pelo Instituto Municipal de Mercados de Barcelona (IMMB) criado em 1991, é possível

⁵ Informações sobre o projeto encontram-se na página web da entidade: <http://www.projetocircular.com.br/institucional/o-projeto/>.

reconhecer pautas de intervenções nos mercados que, embora tenham impulsionado uma mudança radical desses equipamentos, que em alguns casos custou a diminuição dos boxes e uma reestruturação das práticas do mercado, os manteve como potente ativo da cidade, e não apenas em critérios empresariais, mas como política em termos de estruturação social dos bairros, de contenção das tendências oligopolistas ou de promoção econômica da cidade (GUARDIA e OYÓN, 2010, p. 70 e 298). Essa é a encruzilhada que enfrentam as cidades com sistemas de mercados como Barcelona: não cair excessivamente numa “gentrificação” exclusiva ou em uma “turistificação”, como apontam os estudos sobre os mercados da Boqueria e de Santa Catarina (CORDERO, 2017; GUARDIA e OYÓN, 2010)

Os mercados são estruturas complexas, geradoras de sinergias funcionais, sociais, espaciais e econômicas (CARRILLO, 2017), que exigem um olhar cuidadoso dos gestores e da sociedade para sua importância como um “ecossistema” (AYUNTAMIENTO DE BARCELONA, 2015) em constante interação com seu entorno. Assim, é contraproducente propostas de reabilitação isoladas, alheias à condição dos bairros ou entorno onde se encontram: intervenções nos mercados supõem pensar e intervir nos componentes que formam essa rede diversa de relações. As experiências externas apontam soluções que via de regra não podem ser replicadas, embora possam ser de interesse a outras cidades que queiram desenvolver seu próprio processo de gestão, funcionamento e estruturação dos mercados (BOSH e GUARDIA, 2015).

No caso dos mercados do CHB, área especialmente exposta aos mecanismos especulativos de reprodução da cidade (CORDERO, 2016), e que podem impactar sua estrutura e funcionamento, incidindo na diversidade de práticas já consolidadas, cabe a

discussão de propostas mediadas pelo entendimento de que as peculiaridades dos dois maiores mercados, assim como as relações dinâmicas entre eles, a cidade e o rio, demandam articulações entre saberes e experiências populares, e as novas exigências de uma cultura urbana contemporânea.

Na área do Porto do Sale seu mercado, bem como no complexo do Ver o Peso e seu entorno, a reabilitação das estruturas físicas e das áreas adjacentes deve incluir os elementos que historicamente deram sentido a esse lugar: os vendedores, suas práticas e seus produtos, assim como os eixos comerciais formados a partir desses três mercados, para não se correr o risco de desarticulação dessa rede de significados cultural, material e simbólica já existente.

É essencial olhar para a cidade e reconhecer suas metamorfoses e as novas lógicas dos circuitos de produção da economia e da cultura em que os mercados estão inseridos. Os mercados (cobertos e descobertos) são, muitos deles, formas seculares que mantêm usos do passado, e precisam adaptar-se às novas lógicas. Contudo, urge que, nos processos de modernização adotados, esses espaços sejam pensados não somente como estrutura física onde se dão as trocas, mas como formas que fortaleçam a permanência de pessoas que vivem e trabalham na área, e que têm um vínculo cotidiano com os espaços de comércio do Centro Histórico. Manter essa cadeia em movimento significa modernizar espaços sem excluir experiências e conhecimento acumulados, mantendo seu caráter plural, vivo, que são a alma dos mercados e feiras, porém dando àqueles que se trabalham nessas estruturas, novas condições de funcionamento que os atenda e por sua vez atenda os que consomem os produtos, que interagem e também contribuem para sua sobrevivência.



Figura 4: Interior do Mercado do Ver-o-Peso.

Foto: Celma Chaves (2018)

4. REFERÊNCIAS

CORDERO, Adrián Hernández. Los mercados públicos: espacios urbanos en disputa. **Iztapalapa Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**. n. 83, año 38, julio-diciembre de 2017, p. 165-186.

GARRIGA, Sergi; GUÁRDIA, Manuel. Viejos edificios, mercados nuevos. Los mercados de Barcelona como activos urbanos. In: LEITÃO, Wilma (Org.). **Ver-o-Peso. Estudos antropológicos no mercado de Belém**. Vol. II. Belém: Pakatatu, 2016, p. 229-242.

GUÁRDIA, Manuel; OYÓN, Jose Luis; FAVA, Nadia. El sistema de mercados de Barcelona. In: GUÁRDIA, Manuel; OYÓN, Jose Luis (Org.) **Hacer ciudad a través de los mercados. Europa, siglos XIX y XX**. Ayuntamiento de Barcelona/ MUHBA - Museu d'Historia de Barcelona: Barcelona, 2010.

GUÁRDIA, Manuel. Els mercats, una cultura alimentària. Em: Ayuntamiento de Barcelona. **Barcelona Metròpolis**. Capital en transformació. n. 86, tardor, Barcelona, 2012, p. 10-17. Disponível em: www.bcn.cat/bcnmetropolis.

IMMB/AJUNTAMENT DE BARCELONA/URB-ACT/European Union/Urbact Markets/. Plà estratègic. Mercats de Barcelona. 2015-2025. Barcelona, 2015.

LEITÃO, Wilma Marques. O Ver-o-Peso: um mercado de coisas boas e belas. **IV Colóquio Internacional sobre o comércio e cidade**: uma relação de origem. Anais, Uberlândia, 2013, p. 01-10.

LIMA, Maria Dorotéa de. **Ver-o-peso, patrimônio(s) e práticas sociais**: uma abordagem etnográfica da feira mais famosa de Belém do Pará. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFPA, 2008, 172p.

MUÑOZ, FRANCESC. **Urbanización. Paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Ed. Gustavo Gili, 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. “Belém recebe da Unesco título de Cidade Criativa da Gastronomia” Em: <https://paladar.estadao.com.br/noticias/comida,belem-recebe-da-unesco-titulo-de-cidade-da-gastronomia,10000011519>. Acessado em 05/01/2019.

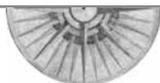
SILVA, Luiz Henrique Rabelo da. **Mercado Bolonha**: Patrimônio Arquitetônico e *locus* de práticas culturais comerciais em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFPA/PPGAU, 2018. 119f.



O CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM-PA: uma política da estética?

Juliano Pamplona Ximenes Ponte¹

Emanuella Piani Godinho²



1. INTRODUÇÃO

O que hoje entendemos pelo conjunto urbano denominado legalmente Centro Histórico de Belém (CHB) é basicamente a mancha urbana que corresponde a um registro da cidade em finais do século XVIII, com acréscimos. Este hipotético estágio de uma cidade histórica e digna da preservação física por mecanismos institucionais modernos representa, como se sabe, uma opção, uma visão de mundo, uma mentalidade e um, digamos, discurso sobre o que certa elite intelectual, econômica e política pensa.

De fato, as opções da preservação do patrimônio cultural contêm uma visão de própria sociedade e, por conseguinte, sobre quais aspectos não mereceriam proteção institucional (CHOAY,

¹ Arquiteto e Urbanista, Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ, professor adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. E-mail: julianoximenes@gmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC). E-mail: e.piani@hotmail.com

2001), ao menos em um primeiro momento. São famosos os casos de tombamento³ de expressões artísticas de caráter religioso ou civil do século XVIII com os argumentos da “origem” da formação social moderna do Brasil (FONSECA, 1996). A isto se sucede uma modalidade de essencialismo de forte base no senso comum popular e da nascente Sociologia brasileira, sobre a “mistura de raças” ou sobre as idiosincrasias de um país “mestiço” – como se todos os demais países não o fossem, aliás. Um pedaço de cidade para ter atribuição de caráter, identidade, de traços supostamente atávicos de sua formação.

2. BELÉM

Em Belém, município com cerca de torno de 1,5 milhão de habitantes (IBGE, 2018) do Norte do Brasil, processo semelhante ocorreu e se desdobra. Desde a implantação de uma sede regional do então Serviço, tornado Instituto, do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (o IPHAN) há processos de tombamento que procuraram salvaguardar inicialmente exemplares arquitetônicos, coleções artísticas e similares, de grande apreciação popular e visibilidade social e política na região. Tombamentos dos anos 1960 refletiram esta ação, como se um acervo em preservação urgente estivesse sendo criado. Era também tempo de destruição e desaparecimento de exemplares e itens do patrimônio cultural local, durante a ditadura militar de 1964-1985. Um ideário algo amorfo

³ O instrumento de tombamento no Brasil foi inicialmente previsto e regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 25, de 1937 (BRASIL, 1937), tendo sido utilizado na Era Vargas para proteger exemplares da Arquitetura Barroca de Minas Gerais e da Bahia, principalmente. Dizia-se que na singeleza daquela manifestação artística e técnica estaria uma espécie de Brasil “autêntico”, não totalmente identificado com a herança europeia (FONSECA, 1997).

e inconsistente de modernização circulava, acompanhado do avanço de Arquiteturas derivativas do Estilo Internacional em uma versão semanticamente pobre e abertamente comprometida com uma dimensão mais comercial do que histórica, artística, cultural ou mesmo funcional. Era, também, período em que a produção arquitetônica local era marcada pela transição dos engenheiros e engenheiros-arquitetos para a primeira geração local de arquitetos, marcados por modalidades destes derivativos do Modernismo. Havia, portanto, certa urgência.

O estudo de CHOAY (2001) relativiza a visão utilitarista de que a iminência da descaracterização ou, pior, da destruição do patrimônio teria ensejado o surgimento das políticas modernas de preservação, notadamente após o advento da industrialização europeia. Sem dúvida as operações de renovação urbana do século XIX evidenciavam a iminência da modernização em nome da eficiência, e que demandava a desaparecimento do antigo, tido como arcaico. Por outro lado, uma elite intelectual constrói suas referências de defesa regional ou nacional a partir da forja de alguns de seus ícones ou, digamos, da galvanização daquilo que o senso comum local já havia consagrado. Sitte (1996), ácido, argumenta que no final do século XIX na Europa as soluções de desenho viário e as formas modernas de implantação edilícia sequer conseguiam ser funcionais ou racionalizar custos. Poderíamos acrescentar que atendiam, como hoje, a ditames contábeis, prioritariamente. Em paralelo, uma visão de grupo, de classe e de mundo em particular orientava a política de preservação do patrimônio cultural. Não seria apenas urgência, mas decerto sempre foi disputa.

O Centro Histórico de Belém (CHB) foi legalmente protegido em 1994, quando uma Lei Municipal (BELÉM, 1994) o tomba e

cria para a poligonal de tombamento um pacote de parâmetros urbanísticos específicos, diferentes daqueles que o Plano Diretor Urbano vigente, de 1993 (BELÉM, 1993), estabelecia para as zonas vizinhas. Pode ser dito que a chamada *Lei do Centro Histórico* tenha criado o Centro Histórico de Belém institucionalmente (GODINHO, 2019), embora a denominação viesse de antes.

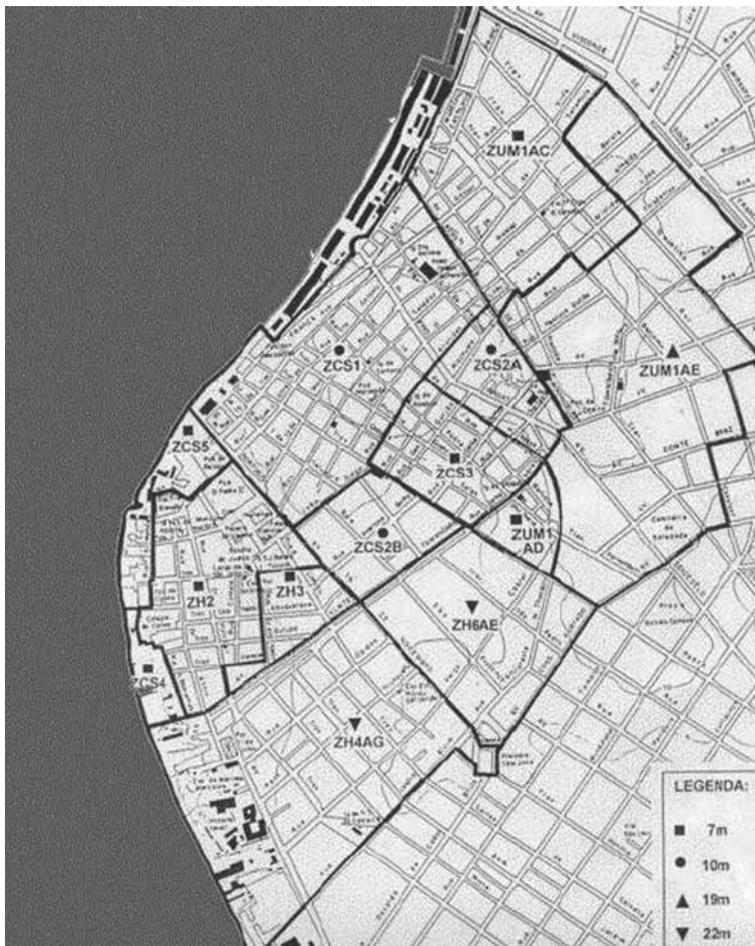


Figura 1: Anexo IV da lei do Centro Histórico de Belém mostra sua delimitação pelo Município e os gabaritos. Fonte: Belém (1994), p. 16.

Essa criação teve influências conceituais e contextos administrativos particulares. Durante os anos 1980 um grupo de profissionais de diversas áreas de atuação se dedicava a pensar a cidade de Belém, a partir da Prefeitura Municipal de Almir Gabriel (1983-1986), indicado pelo então governador Jader Fontenelle Barbalho, ambos do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), oposição ao regime militar tolerada pela ditadura para lhe dar ares de normalidade. O grupo era fortemente influenciado pelas expectativas do período da redemocratização e pelas visões de seus arquitetos, membros, vários deles professores. Entre estes circulavam experiências de formação acadêmica e treinamento institucional e técnico em outros países e em outras regiões do Brasil. Neste sentido, e pela fama da experiência de Bolonha, e da Itália em geral, podemos ler as características do modelo de proteção do CHB.

3. CENTRO HISTÓRICO

Centro Histórico equivale a uma denominação do jargão do patrimônio cultural em que uma parcela urbana é eleita como representativa do caráter ou do suposto traço identitário de uma formação social e histórica. Para tal, elege-se em geral um período histórico, um estilo, escola ou tradição artística ou arquitetônica como exemplar, ilustrativa, como expressão não raro adjetivada como *autêntica*. Se há um centro, equivale a dizer que haja um dentro e um fora; uma delimitação fronteira legível, tipicamente, pela via estilística. Havendo um *dentro*, protegido e eleito, e um *fora*, menos expressivo historicamente ou descaracterizado, haveria então um nível de proteção dedicado a uma nucleação urbana tida como originária. Ao consultarmos a poligonal do CHB, conforme a

Lei Municipal de 1994, nota-se a aproximação entre os registros de Belém no final do século XVIII, como os de Gaspar Gronsfeld, em seus limites, e a área tombada. O recente acompanhamento formal desta poligonal pelo IPHAN (MinC, 2012), e a discussão sobre sua redução de tamanho em face de ações descaracterizantes, consubstancia nosso argumento. Busca-se a cidade colonial, o traçado nos eixos Norte-Sul e Leste-Oeste típico das chamadas cidades novas da empreitada colonial portuguesa, as implantações assimétricas e dinâmicas em perspectiva das edificações, por sua vez majoritariamente barrocas com algumas exceções da virada dos séculos XIX e XX.

O órgão estadual de proteção ao patrimônio estabeleceu corredores de preservação inclusive em outras áreas da cidade de estruturação posterior, nos séculos XIX e XX. A instância federal, como dito, havia realizado proteções pontuais para décadas depois consolidar uma aproximação sua com a noção de sítio urbano, de modo mais amplo, aderindo parcialmente ao CHB (MinC, 2012).

Os grupos, por assim dizer, que estruturaram esta política, parecem compartilhar uma visão sobre seu objeto. Haveria uma estética e uma narrativa sobre este Centro Histórico, que vem desde pelo menos os anos 1980 organizando um poderoso e eficaz convencimento sobre sua visão de preservação.

Um dos elementos mais importantes deste fenômeno está nas artes visuais locais, e evidentemente na fotografia artística e no fotojornalismo. De modo complementar, a música e a literatura refletem impressões semelhantes. Criou-se uma escola de produção de imagens do Centro Histórico de Belém a partir da formação local de fotógrafos. Nesta recente tradição, ornamentos fitomórficos de frisos e platibandas são registrados, anjos e figuras humanas

choram em imagens de foco aproximado, a degradação física alterna ares de denúncia e de admiração de ruínas como talvez um crítico culturalista socialista do século XIX admirasse (CHOAY, 1996). Forma-se uma imagem do Centro Histórico de Belém, que convive com a descrição dos atributos histórico-culturais que justificaram sua proteção legal:

O Diário Oficial da União (DOU) publicou nesta quinta-feira (10) portaria do Ministério da Cultura que oficializa o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, no Centro Histórico de Belém. A área tombada forma o núcleo de povoamento inicial da cidade, capital do Pará. A ocupação da região remonta à conquista da foz do Rio Amazonas, no início do século 17. No apogeu do ciclo da borracha, entre 1890 e 1920, Belém foi uma das cidades mais prósperas do mundo.

A área protegida alcança 3 mil edificações nos bairros de Cidade Velha e Campina. O processo de tombamento foi elaborado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), vinculado ao Ministério da Cultura.

De acordo com parecer do Departamento de Patrimônio Material do Iphan, os dois bairros, protegidos por elementos naturais como baía, igarapé e alagadiços, constituem, ainda hoje, um dos maiores e mais íntegros conjuntos urbanos do País.

Para o tombamento, levou-se em conta, ainda, que o conjunto formado pela trama da cidade consolidada entre os séculos 17 e 18, com igrejas e suas torres, largos e praças, coretos, mercados e feiras, em interação com a Baía de Guajará, é suficientemente expressivo para retratar a história urbana de Belém.

O centro histórico é um cenário que remonta ao ano de 1616, quando os portugueses expulsaram, definitivamente, os franceses do território brasileiro, e a cidade de Belém

tornou-se o elemento de ligação entre o Rio Amazonas e o mar, possibilitando a posse de toda a Amazônia.

Graças à posição estratégica, a capital paraense foi transformada, à época, no maior entreposto comercial das riquezas produzidas na região (BRASIL, 2012).

Do lado da produção artística e cultural:

A dinâmica das ações culturais [...] traz em si uma pedagogia própria: a reeducação do olhar, incentivando o aprendizado e exercício da fotografia e ao mesmo tempo a promoção da cidadania, o intercâmbio de conhecimentos e o respeito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural.

Com estes propósitos, somam-se às práticas já citadas encontros, viagens “foto-exploradoras”, exposições em locais públicos (destacando-se os famosos “fotovarais”) e projetos comunitários (FOTOATIVA, 2014).

O [...] Fórum [...] Patrimônio, cidadania e sustentabilidade tem como objetivo trazer propostas que contribuam para a organização e o ambiente do centro histórico como um território de sustentabilidade, tanto para os moradores quanto para os pequenos empreendedores, artistas e pessoas que possam integrar esse universo.

[...] Necessário que se ampliasse o diálogo com as esferas acadêmicas e públicas, para que fosse possível retornar às políticas de desenvolvimento preservação e auto-sustentabilidade na área cultural e turística, dentro do Centro Histórico de Belém (REVISTA CIRCULAR, jul. 2018).



Figura 2: Registro no Centro Histórico de Belém (CHB) feito em revista de projeto e associação cultural local de discussão e formulação de alternativas culturais e políticas para o sítio histórico. A estética da crônica e da recorrência do CHB como tema se consolida. Foto da Revista Circular, autoria de Otávio Henriques (REVISTA CIRCULAR, jul. 2018, p. 11).

Em paralelo, convive uma série de descrições do decaimento físico do Centro Histórico de Belém. Como o capitalismo é um modo de produção dado a contradições como motor da História, os bairros que podemos considerar nucleares do CHB, Campina e Cidade Velha, invariavelmente estão entre os três mais altos estratos do valor do solo urbano por face de quadra em todos os recentes cadastros territoriais do município. Em que pese esta valorização fundiária, material e palpável, a degradação física de parte do parque imobiliário tem produzido discursos sobre o colapso iminente do espaço. Curiosamente, a associação entre degradação física não é correlacionada com a descaracterização arquitetônica, urbanística ou paisagística, ficando este aspecto

relacionado a supostamente necessários esforços de modernização para, em tese, atender ao primado do uso no patrimônio histórico material. É frequente, ainda, a caracterização dos usos populares como inadequados, pesados ou sujos. A degradação, assim, revela-se classista e relativista, casuística. O poder público é amplamente criticado, por diversos agentes e de modos diferentes, e traz sua própria narrativa:

Desde que a verba do programa PAC das Cidades Históricas foi anunciada, começamos o trabalho com o projeto para os logradouros contemplados. Depois de mudanças, tanto no Governo Federal, como no Ministério da Cultura, algumas dessas ações continuam esperando a liberação da verba federal [...] Com esse convênio com o Banco do Brasil e a verba disponível, usamos os mesmos projetos do PAC, que já foram aprovados, para iniciar a recuperação dos palacetes Pinho e Bolonha, além do Palácio Antônio Lemos. Nossa perspectiva é que o processo todo de edital, escolha das empresas e início das obras seja finalizado até o final deste ano [...]

as obras de reparo no palacete Bolonha irão transformá-lo em um museu. “O projeto prevê que o Bolonha se torne o Museu Casa de Época e o Memorial Francisco Bolonha. A ideia é que quem visite o museu tenha a ideia de como eram as residências na virada do século 19 para o 20, na fase áurea da *Belle Époque*” (AGÊNCIA BELÉM, 2018).

O que não é um discurso monolítico e coeso internamente, contudo, dentro da própria Administração Municipal, e deve ser notada a referência à virada dos séculos XIX e XX:

O Desenvolve Belém é um programa constituído de oportunidades de negócios e investimentos, em forma de parcerias que serão firmadas entre o poder público

e a iniciativa privada. O objetivo é o desenvolvimento sustentável da cidade nas dimensões social, de meio ambiente, financeira, legal e urbanística, em prol da melhoria da qualidade de vida da população, e também a geração de emprego e renda e uma melhor utilização dos espaços públicos da cidade.

“São propostas para a cidade, para todas as pessoas que nela vivem, trabalham, e que devem ser vistas, enxergadas e acolhidas”. É dessa maneira que [...] define, em resumo, programa Desenvolve Belém, apresentado a empresários e empreendedores da capital paraense na sede da Associação Comercial do Pará (ACP) (DESENVOLVE BELÉM, 2019).

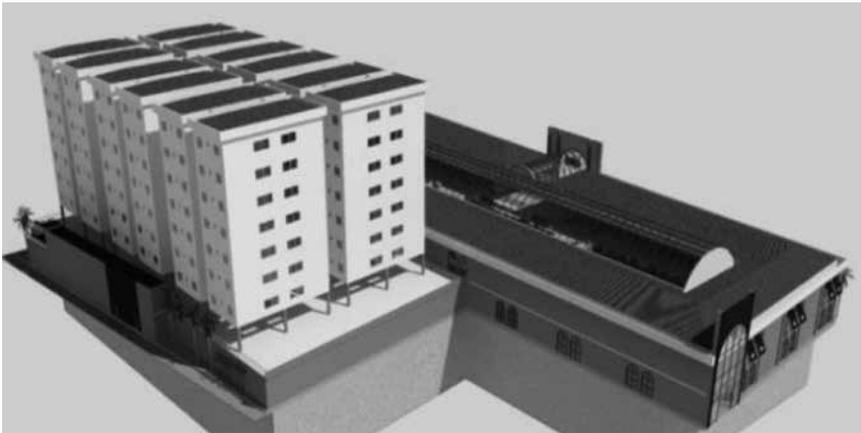


Figura 3: Espaço da demolição da icônica Fábrica Palmeira, objeto das narrativas nostálgicas do patrimônio local, o Buraco da Palmeira recebe nova proposta da Prefeitura; um shopping center popular e um conjunto habitacional. Fonte: Desenvolve Belém, 2019.

Desenvolve Belém é um programa ainda em fase de implantação e negociação pela Prefeitura Municipal de Belém, formulado com base em intervenções físicas, sobretudo arquitetônicas e urbanísticas, e em alteração de regulamentação

jurídica sobre a ocupação do espaço urbano e o licenciamento de empreendimentos econômicos e comerciais em geral. Inscreve-se tipicamente no tipo de experiência que o geógrafo britânico David Harvey apelidou de *entrepreneurialism*, neologismo traduzido entre nós por *empresariamento* (HARVEY, 1996). Após a crise fiscal dos Estados, agudizada nos anos 1980, a administração pública, e a urbana, viu-se em uma guinada conservadora e pró-mercado, com diversos governos defendendo a desregulamentação de atividades econômicas, a redução de impostos e aumento do subsídio para o segmento empresarial, a atratividade local para os negócios e a produção de imagem competitiva em um mercado de lugares. Em grande parte, apologistas da parceria público-privado, que em geral representa subsídios públicos à iniciativa privada (SORKIN, 1992), esta tendência na política urbana defende o crescimento da economia para a produção posterior do Bem-Estar Social e sua distribuição. No caso de Belém, trata-se de iniciativas que vão da reforma de espaços públicos para posterior concessão e exploração econômica privada até espaços de convivência temporários, imbuídos no geral de um discurso do empreendedor como protagonista do desenvolvimento urbano, obviamente obscurecendo a própria economia urbana, suas dinâmicas e sua estrutura secular⁴ .

⁴ Belém tem taxa de desocupação de 14,4% no 3º trimestre de 2018, enquanto a taxa brasileira média era de 11,9%; o rendimento médio do trabalhador no período estava em torno de R\$ 2.100,00, cerca de 30% abaixo de Porto Alegre e 15% abaixo de Goiânia (IBGE, 2019), municípios de população semelhante. Em Belém as mulheres têm rendimentos 30% inferiores aos homens, 41% da população remunerada ganham até 1 salário mínimo, 69% ganham até 2 salários mínimos e 79% até 3 salários mínimos. Apenas 3,89% da população remunerada ganham mais de 10 salários mínimos (IBGE, 2010). Trata-se de uma cidade de pobres, portanto, com algo grau de informalidade e precariedade.



Figura 4: O conflito compositivo e a coexistência dos danos físicos com a azulejaria histórica em edificações do Centro Histórico de Belém revela um dos mais recorrentes temas da escola fotográfica local. Foto: Otávio Henriques. REVISTA CIRCULAR, jul. 2018, p. 08.

4. POLÍTICA

Entre eventuais embates, podemos pensar que haja o acionamento da dimensão formal do Centro Histórico, seja como recurso de justificativa da demolição “modernizante” seja como trunfo de iniciativas que se pensam progressistas. Quanto a ambas, e talvez de modo mais trágico em relação ao ativismo comunitário local, podemos pensar a partir de Gilles Lipovetsky e sua ideia de captura mercadológica dos projetos artístico-culturais no mundo atual; do *capitalismo artista*.

Estão aí os mundos da arte capturados, por sua vez, nas malhas do hiper, já que o capitalismo contemporâneo incorporou em larguíssima escala as lógicas do estilo e do sonho, da sedução e do divertimento, nos diferentes

setores do universo consumatório. Se há uma bolha especulativa, existe outro tipo de bolha extremamente inflada, mas que, no entanto, não conhece nem crise nem crash: vivemos no tempo do boom estético sustentado pelo capitalismo do hiperconsumo. Com a época hipermoderna se edifica uma nova era estética, uma sociedade superestetizada, um império no qual os sóis da arte nunca se põem. Os imperativos do estilo, da beleza, do espetáculo adquiriram tamanha importância nos mercados de consumo, transformaram a tal ponto a elaboração dos objetos e dos serviços, as formas da comunicação, da distribuição e do consumo, que se torna difícil não reconhecer o advento de um verdadeiro “modo de produção estético” que hoje alcançou a maioria. Chamamos esse novo estado da economia mercantil liberal de capitalismo artista ou capitalismo criativo, transestético (LIPOVETSKY; SERROY, 2015, p. 40).

O resto é História ou está sendo.

5. REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BELÉM. Prefeitura de Belém investe em projetos de preservação do patrimônio histórico. Belém, Prefeitura Municipal, Fundação Cultural do Município de Belém, 22 ago. 2018.

Disponível em: <http://agenciabelem.com.br/Noticia/172216/prefeitura-de-belem-investe-em-projetos-de-preservacao-do-patrimonio-historico>. Acesso em: 16 fev. 2019.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX.** 343 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Programa de Pós-Graduação em História, 2010.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor Urbano do Município de Belém**. Lei Municipal n.º 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. 98 f. Belém: Prefeitura Municipal; Câmara Municipal, 1993. Disponível em: <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/585164/lei-7603-93?print=true>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. **Lei do Patrimônio Histórico**. Lei Municipal n.º 7709, de 18 de maio de 1994. 17 f. Belém: Câmara Municipal, 1994. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL, República Federativa. **Decreto-lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro: 30 nov. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____; **Agência Brasil. Tombamento do Centro Histórico de Belém é oficializado pelo Ministério da Cultura**. Brasília: Agência Brasil, 10 mai. 2012, 18 h 02 min. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2012/05/tombamento-do-centro-historico-de-belem-e-oficializado-pelo-ministerio-da-cultura>. Acesso em: 16 fev. 2019.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. Utopias e realidades. Uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1996. (Estudos, 67.)

_____. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Unesp; Estação Liberdade, 2001.

DESENVOLVE BELÉM. Belém, Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <http://desenvolve.belem.pa.gov.br/objetivo/>. Acesso em: 16 fev. 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN; MinC, 1997.

FOTOATIVA, Associação. Breve histórico Fotoativa 1982-2005. Belém, Associação Fotoativa, 2014. Disponível em: http://www.fotoativa.org.br/?page_id=651. Acesso em: 16 fev. 2019.

GODINHO, Emanuella da Silva Piani. **A invenção do Centro Histórico de Belém, Pará**. 318 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates**, São Paulo, n. 39, 1996, p. 48-64.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2019.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua. **Séries históricas**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 16 fev. 2019.

_____. Estimativas da população residente nos Municípios brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-](https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de)

populacao.html?=&t=resultados. Acesso em: 15 fev. 2019. [Planilha eletrônica.]

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MinC (Ministério da Cultura; Governo Federal). Portaria n.º 54, de 08 de maio de 2012. Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém, no Estado do Pará. Brasília: Ministério da Cultura, 08 mai. 2012. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2012/05/tombamento-do-centro-historico-de-belem-e-oficializado-pelo-ministerio-da-cultura>. Acesso em: 15 fev. 2019.

REVISTA CIRCULAR Campina Cidade Velha, n. 3, jul. 2018. 64 f. Belém, Associação Amigos de Belém, 2018. [Edição Luciana Medeiros.]

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Ática, 1996.

SORKIN, Michael. Introduction: variations on a theme park. In: _____ (ed.) **Variations on a theme park: the new American city and the end of public space**. Nova Iorque: Hill and Wang; The Noonday Press, 1992. p. XI-XV.



RUA DR. ASSIS: uma incursão etnográfica pelo bairro da Cidade Velha em Belém-Pa

Dinah Reiko Tutyia¹

Cybelle Salvador Miranda²



1. INTRODUÇÃO

Este artigo traz a experiência da aplicação da etnografia na rua como um método capaz de lançar um novo olhar e posicionamento técnico para a (re)interpretação dos valores materiais-imateriais submersos nos conjuntos/centros históricos tombados pelas instituições públicas. A Rua Dr. Assis, pertencente à Cidade Velha, bairro que compõe juntamente com a Campina o Centro Histórico de Belém, foi tomada para incursão em um universo onde a relação objeto-sujeito fora eclipsada pela Lei nº 7.709 do município, que regulamenta o tombamento da área, uma vez que o enquadramento nas categorias de preservação parte unicamente

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo PPGAU/UFPA, Doutoranda em História PPHIST/UFPA, Professora Assistente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFAP. E-mail: dinahtutyia@hotmail.com

² Arquiteta e Urbanista, Doutora em Antropologia, Pós-doutoramento em História da Arte (Universidade de Lisboa), Professora Associada FAU/PPGAU/UFPA, Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO). E-mail: cybelle1974@hotmail.com

da análise morfológica das edificações. Com isso as particularidades da relação do sujeito com o lugar, que estão além da materialidade e são tão importantes como patrimônio cultural, tendem a se esvaír a cada dia para o esquecimento, uma vez que seus guardiões, antigos moradores e comerciantes da rua que ainda permanecem no bairro, tendem a desaparecer ou deixar o lugar. Assim, o percurso pela Rua Dr. Assis revela a Cidade Velha a partir do olhar dos usuários que expõem suas vivências e memórias neste pedaço do Centro Histórico de Belém. A escolha pelo objeto se deu em virtude de este ter sido considerado em 2006 – por um levantamento de bens imóveis realizado pelo Fórum Landi – como a rua mais “descaracterizada”, dentro do recorte do Bairro da Cidade Velha que fora estudado. O logradouro foi considerado o que apresentava a maior quantidade de imóveis sem características passíveis de preservação, fato que nos levou a investigar a relação dos usuários com o lugar.

2. A ETNOGRAFIA COMO MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO EM ARQUITETURA

A rigidez do pensamento mecanicista ainda tem seu lugar reservado na área do conhecimento da arquitetura, relegando muitas vezes a dimensão simbólica e imaterial, intrínseca dos processos de construção, reconstrução e resignificação dos objetos, ao segundo plano. O passo dado da arquitetura para dentro desta área de conhecimento, a antropologia, contribui para relativizar determinados conceitos. A antropologia social e cultural – ou etnologia – é uma das cinco áreas da antropologia, que objetiva estudar o homem, a cultura humana, dentro de sua diversidade. Sua abrangência recai sobre tudo o que constitui a sociedade, como

[...] seus modos de produção econômica, suas técnicas, sua organização política e jurídica, seus sistemas de parentesco, seus sistemas de conhecimentos, suas crenças religiosas, sua língua, sua psicologia, sua criação artística (LAPLANTINE, 2000, p.19).

Segundo Laplantine (2000), o método etnográfico, em qualquer polo teórico, está pautado na observação direta dos comportamentos sociais, em um período de tempo durável ou transitório, no qual, além da coleta de informações, o etnógrafo impregna-se – pela imersão – na sociedade estudada, apreendendo os significados e a lógica própria envolvidos nesta troca. O pesquisador é um sujeito observando outros sujeitos, assim a objetividade “pura” neste ato é impossível, pois, ao se colocar em campo, o observador perturba o meio, assim como é perturbado por ele. Desta forma, este fazer etnográfico não deve reprimir a subjetividade intrínseca ao método, colocar-se na pesquisa faz parte da construção do objeto científico.

A atitude de estranhamento é pré-requisito para o trabalho de campo e deve ser uma constante no trabalho do antropólogo. O distanciamento científico proporciona uma revolução no olhar, o contato do antropólogo com outras culturas faz com que este enxergue melhor a sua própria cultura. Contudo, Velho (1980) salienta que, nos casos em que o locus de pesquisa é próximo ao pesquisador, a familiaridade com a sociedade em que ele está inserido não implica que o mesmo tenha a compreensão das redes de relações ali estabelecidas, pois este conhecimento pode estar comprometido com a sua rotina, hábitos e estereótipos. Assim o que lhe é familiar pode proporcionar maior grau de dificuldade durante a investigação do que o estudo de uma sociedade distante.

No que tange ao objeto de pesquisa, Laplantine (2000) coloca que a etnologia não tem objeto próprio, porém a tendência do pesquisador é dedicar-se para as sociedades “mais exteriores da sociedade global”, também não existe objeto indigno à pesquisa. Parte da renovação do campo das ciências humanas é relativa à influência da antropologia, como percebe-se nos estudos das Arquiteturas consideradas vernaculares. A compreensão do espaço construído enquanto cultura material amplia e diversifica os exemplares a serem estudados, deslocando o foco dos edifícios monumentais para as linguagens arquitetônicas não eruditas.

Dessa forma, sabemos que o fazer antropológico tem também como campo o estudo da própria sociedade do pesquisador, assim quebra-se a identidade da antropologia ligada unicamente ao interesse pelo exótico e distante, e ao penoso trabalho de campo. O fazer antropológico é de natureza interpretativa, não uma interpretação objetiva, mas uma interpretação que tenha o intuito de refletir “[...] a maneira como culturas, sociedades e grupos sociais representam, organizam e classificam suas experiências [...]” (VELHO, 1980, p.3).

Pelo método etnográfico, Geertz (1989) considera que a cultura deve ser investigada de maneira interpretativa, visando à compreensão dos significados das teias culturais tecidas pelo homem. O método se constitui da técnica baseada pelo estabelecimento de relações, pela seleção de informantes, pela transcrição de textos e pelo uso do diário de campo. A partir deste conjunto, o etnógrafo inscreve as minúcias apreendidas no trabalho de campo – uma descrição densa – pautada na interpretação do fluxo do discurso social. A textualização resultante, segundo o autor, surge como uma tentativa de salvar o “dito” de sua extinção, fixando-o em uma forma pesquisável.

Com base nesses princípios, partimos para o nosso recorte microscópico da escala do espaço e do tempo pautado na etnografia de rua. Tomamos os estudos, assim como o método, proposto e realizado por Rocha e Eckert (2001) – etnografia de rua – que visa (re) conhecer os espaços e as formas de sociabilidade dos agentes que neles interagem e contribuem para o constante estado de metamorfose das cidades. Este método se utiliza da figura do *flâneur*, personagem baudelairiano o qual caminha pela cidade com um percurso sem destino fixo. “Inscrevendo” as práticas e saberes dos agentes a partir da observação e conversação, o etnógrafo, este andarilho errante, faz uso de recursos como câmeras fotográficas, ou de vídeo, instrumentos que “[...] passam a fazer parte de seu olhar e atitude de coleta de dados de pesquisa: o exercício da etnografia de rua inclui, então, ‘a câmera na mão’” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 4).

Neste trabalho daremos ênfase à etapa da pesquisa de campo na Rua Dr. Assis que nos permitiu o contato com os nativos, os usuários do espaço, tendo em vista uma reflexão importante para as discussões patrimoniais, que emergiu da fala destes.

3. O “MONSTRO” CHAMADO PATRIMÔNIO: O CONTATO COM O “NATIVO”

Segundo Rocha e Eckert (2001), o reconhecimento do etnógrafo pelo Outro se faz através de um pedido de consentimento à interação, e que, a partir deste contato, o pesquisador passa a reconhecer “os movimentos, olhares, ruídos locais, códigos e etiquetas a serem observadas e à aceitação da comunicação solicitada” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 9). O encontro etnógrafo-nativo é feito por intermédio de uma circunstância artificial provocada, nutrida por códigos apreendidos na observação deste contato.

Assim a incursão ao campo, a Rua Dr. Assis, esteve baseada na tentativa de aproximação com os moradores/donos de estabelecimentos comerciais, para a abordagem quanto às modificações – “descaracterizações”³ – feitas nos imóveis. O primeiro contato se deu com um senhor que estava na porta do imóvel, para o qual foi apresentado o objetivo da pesquisa, que trataria dos imóveis que sofreram reformas na rua Dr. Assis. Resolveu-se usar a palavra reforma para soar mais suave que a palavra “descaracterizado”, a fim de evitar que o proprietário se sentisse diante de uma entrevista com um órgão público, que implicasse em multa em virtude das possíveis alterações feitas na edificação.

Na tentativa de entrevista, no imóvel 01⁴, antes de qualquer pergunta, o senhor Alfredo disse que estava sem tempo. Tal reação foi devido à presença da prancheta nas mãos da pesquisadora. Cabe aqui uma colocação feita por Rial (2003): quando a autora pesquisava Fast-Foods em Paris, esta percebeu que era menos incômodo se aproximar dos clientes que estavam sentados às mesas com a prancheta e o questionário. Este “equipamento” compunha o hábito de pesquisadora, servia como um item da indumentária. Rial (2003)

³ O motivo de a palavra descaracterizar e seus derivados serem utilizados constantemente entre aspas ao longo do texto surge em consequência do significado do termo “descaracterizar” segundo o dicionário Aurélio: “fazer perder a característica”; “desfazer a caracterização”. Assim, partimos do pressuposto de que nenhuma edificação deixa de ter caráter por mais que sofra modificações, adotando a perspectiva do proprietário, que é quem lhe imprime determinada marca e especificidade. Desta forma, a arquitetura sempre continuará a imprimir um caráter regido por um código específico. Uma edificação que sofre uma reformulação total de sua fachada não pode ser denominada “descaracterizada” quanto à linguagem arquitetônica a qual pertencia, uma vez que uma nova forma com outro caráter surge no lugar da forma anterior.

⁴ Optamos por alterar as identificações numéricas referentes aos imóveis e substituir os nomes dos proprietários de imóveis e técnicos do patrimônio entrevistados durante a pesquisa, realizada ao longo ano de 2012, visto que nem todos os participantes permitiram revelar sua identidade.

relata que o mesmo aconteceu com a câmera de vídeo, que em muitas situações estes instrumentos abriram portas para conseguir as informações necessárias à pesquisa, e também enquadrando-a em algum grupo, como turista, por exemplo, “legitimando ou disfarçando a pesquisa” em determinados espaços. Porém, no caso da presente investigação, este item de identificação da condição de pesquisadora não somou a nosso favor, pelo contrário, serviu como um obstáculo na relação etnógrafo-nativo, como veremos nesta e nas demais abordagens.

De volta ao primeiro contato, tentou-se aproveitar aquela situação com a pergunta sobre o tempo de permanência do usuário no imóvel, seguida da indagação acerca da fachada do prédio, se apresentava a mesma aparência desde que passara a se estabelecer no local. A resposta foi prontamente afirmativa, era a mesma, nunca havia feito reformas, e que as reformas que faziam eram apenas manutenções de pintura da fachada; após responder, o senhor disse que estava “muito sem tempo”.

Nessa incursão, optamos por estabelecimentos comerciais e residências que estavam abertas; o seguinte foi o imóvel de número 02. Diante da pergunta sobre as reformas na edificação, o inquilino (importante ressaltar que o entrevistado fez questão de se colocar como inquilino e não como proprietário) respondeu que não havia mexido no imóvel externamente e que só havia colocado um piso, o que estava lá, revestimento cerâmico branco, mas percebemos que ele não queria falar muito sobre o assunto, devido às respostas curtas com um tom receoso. Mencionou que “não podia mexer em prédios antigos por causa do patrimônio”, mesmo não tendo sido citadas na entrevista as palavras “edificação histórica”, “tombamento” ou “patrimônio”.

No próximo imóvel, de número 03, com o nome de “Comercial I.”, encontramos o senhor Manoel, de aproximadamente sessenta anos, do outro lado do balcão. Perguntamos há quanto tempo ele ocupava aquele espaço; este respondeu que estava ali há aproximadamente 50 anos. Ao ser questionado se aquela edificação sempre teve uso comercial, ele respondeu que sim, mas que antigamente a casa antiga também tinha sido usada como moradia.

A partir disso, solicitamos que falasse um pouco sobre como era a Dr. Assis há cinquenta anos, ou qual era a lembrança que ele tinha da via. Este respondeu que “existiam muitas casas velhas que foram caindo, sendo derrubadas” e apontou para a frente fazendo menção com a mão dos lugares onde se situavam as casas. Perguntamos se ele tinha feito alguma reforma no imóvel, ele respondeu que não poderia falar, pois era um inquilino. Naquele momento, pela ênfase dada ao fato de ser o locatário, foi percebido que o senhor Manuel tentava se abster de qualquer responsabilidade de “descaracterização” do imóvel.

Na interação entre o etnógrafo e o “nativo” o domínio da língua não é o suficiente para compreensão do dito, para isso deve-se adicionar “ [...] a atenção aos tons e meios tons, das insinuações e dos silêncios, dos não ditos e refusas [...]” (ROCHA; ECKERT., 2001, p. 9). Assim, aquela ênfase da condição de inquilino do imóvel, somada à continuação da fala do nativo ao afirmar que “há 40 anos não havia muita fiscalização” e que “se derrubavam as casas antigas para construir comércio” foi constatada a tentativa de eximir-se de culpa por reformas no imóvel, embora não tivéssemos falado nada a respeito dos órgãos preservacionistas e muito menos de estar representando-os, para provocar aquela reação. Porém o contexto do encontro fez com que a interpretação, de ambas as partes, emergisse naquele momento.

Caminhamos para a próxima edificação: a de número 04, com o nome de “Ferragens M.”, cujo proprietário Augusto tomava conta do próprio negócio, que viera de família e ocupava o local há 52 anos. Ao ser argumentado sobre a condição estética arquitetônica do imóvel, o senhor afirmou que a configuração sempre tinha sido aquela, além disto, acrescentou que a estrutura atual da loja não tinha sido uma adaptação ao comércio, foi uma “nova” construção feita devido ao fato de a antiga casa ter caído. Perguntado se lembrava de como era a via antigamente, há 50 anos, ele descreveu que ali no logradouro havia casas velhas, antigas e, meneando a mão, apontou em direção da casa da dona Oneide – uma casa eclética de porão alto, classificada como preservação arquitetônica parcial pela prefeitura. Essa casa funciona como um objeto de lembrança do antigo aspecto que a rua possuía, aquela materialidade arquitetônica era um ponto capaz de estimular a recordação de um tempo que não mais existia.

Seu Augusto não demonstrava em sua fala afetividade pelo bairro ou pela edificação do seu comércio, afirmou que jamais moraria na Cidade Velha, pois a considerava um espaço “sem nada”, no qual faltavam serviços que, segundo sua opinião, seriam capazes de prender um morador ao local. Ao fazer tal observação, ele colocou o Bairro do Marco como um lugar de excelência para se morar, devido à oferta de serviços que este possui.

A incursão na Rua Dr. Assis termina neste dia no imóvel comercial de número 05, o “Armazéns N. Limitada”, pertencente ao Pedro, um senhor de cinquenta e poucos anos. Este, posicionado atrás do balcão, se mostrou meio impaciente ao aceitar responder as perguntas, e, ao ser solicitado para falar um pouco sobre a edificação, afirmou que o prédio tinha a fachada antiga, e era de uso residencial, comentou também que o atual imóvel estava naquela configuração

há 30 anos. Como a maior parte dos demais entrevistados deste dia, o senhor Pedro ponderou e disse que “naquela época não havia fiscalização como é hoje”, “do patrimônio”. Colocou ainda que a antiga edificação havia sido condenada devido a uma reforma do imóvel vizinho, que fez com que a antiga casa sofresse danos em sua estrutura.

Ao longo da caminhada, perguntávamos se os proprietários dos imóveis tinham registros antigos da rua, ou do imóvel, ao que todos respondiam que não, ou se tinham, não estava de fácil acesso. Assim, continuando a tentativa de recolher as imagens da Dr. Assis, fizemos a mesma pergunta para o senhor Pedro, e ele curiosamente respondeu: “Você está louca? Depois o patrimônio vem atrás de mim!”. Esta contestação chamou atenção, pois não era a primeira vez neste dia que as pessoas se referiam ao “patrimônio” como uma pessoa que fizesse cobranças. Fato que gerou reflexão sobre o medo que a população do Centro Histórico tem dos órgãos de preservação patrimonial, e nos fez pensar em como deveria ter sido traumático para os moradores da área o contato com as restrições feitas a partir do tombamento do local, assim como a intensificação das fiscalizações por parte dos órgãos preservacionistas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse último fato deixou claro que, ao contrário de como se conceitua hoje o patrimônio cultural e a sua função social, podemos destacar que esta sociedade deva usufruir e apreciar o bem cultural, porém este pequeno número de pessoas não consegue absorver esta ideia de patrimônio, dando a este o sentido de uma pessoa: “o patrimônio”, personificando o vocábulo, que atua ali como seus

olhos invisíveis fiscalizando o bairro, sempre pronto a castigar aqueles que procedem reformas na área.

Essa etnografia abriu o olhar para as possibilidades de interpretação, em ver a Cidade Velha sob o ponto de vista do usuário, não apenas sob o viés do profissional de arquitetura, amarrado pelo sistema métrico, pela análise estilística ou classificatória de grau de originalidade dos objetos que configuram o Centro Histórico de Belém. A nova descoberta expandiu o conhecimento da materialidade dos imóveis, adentrando na perspectiva imaterial que, à primeira vista, não era levada em conta e só emergiu a partir do contato com os sujeitos que com os objetos da pesquisa se relacionam.

A imersão no campo, como coloca Geertz (1989), pautada na observação direta, faz com que o etnógrafo seja capaz de apreender que existe uma multiplicidade na estrutura de significação, trazendo à tona, assim, dados anteriormente obscurecidos. Identificamos que a observação deste grupo de sujeitos os quais se relacionam com o conjunto de imóveis transformados da Rua Dr. Assis (relegados ao esquecimento patrimonial e tratados como uma “minoría” que não necessita de atenção quanto aos imóveis resguardados do “desaparecimento”) é capaz de contribuir para a melhoria do diálogo entre os órgãos preservacionistas e os proprietários/inquilinos daqueles imóveis.

5. REFERÊNCIAS

BELÉM. **Lei Ordinária nº 7.709, de 18 de maio de 1994.** Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?id_lei=1407. Acesso em: 18 jan. 2017.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

MIRANDA, Cybelle Salvador. **Cidade Velha e Feliz Lusitânia**: cenários do patrimônio cultural em Belém. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Belém, 2006.

RIAL, Carmen. Pesquisando em uma Grande Metrópole: Fast-foods e Studios em Paris. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (Org.). **Pesquisas Urbanas**: Desafios do Trabalho Antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Illuminuras – Banco de Imagens e Efeitos Visuais**. Rio Grande do Sul, n. 44, p. 3-25, 2001. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30085/000672100.pdf?sequence=1&locale=en>. Acesso em: 4 jun. 2011.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Rua Dr. Assis**: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha, Belém do Pará. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2013.

VELHO, Gilberto. O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia. In: ____ (Org.), O desafio da cidade. Rio de Janeiro: Campus, 1980.



FÓRUM LANDI 2003 A 2018: imaginando o Centro Histórico de Belém

Flávio Augusto Sidrim Nassar¹

Marina Fonseca Ramos²

Mateus Carvalho Nunes³



1. INTRODUÇÃO

Este artigo transcreve a explanação feita durante o Fórum Circular no dia 28 de setembro de 2018, no Convento dos Mercedários em Belém, pelo Professor Flávio Augusto Sidrim Nassar. A apresentação expõe a trajetória do Fórum Landi, suas realizações, eventos e projetos inseridos no contexto de uma análise política, social e econômica. Faz-se uma análise de Belém e da sua urbanização considerando os diferentes ciclos da formação do Capital: mercantil, industrial e financeiro.

¹ Professor Adjunto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU - UFPA) e Coordenador do Fórum Landi.

² Discente da graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (FAU - UFPA) e bolsista do Fórum Landi.

³ Arquiteto e Urbanista (FAU-UFPA), Doutorando em História da Arte (FLUL) e membro do Fórum Landi.

2. TRAJETÓRIA DO FÓRUM LANDI

O Fórum Landi foi fundado em 2003, no Seminário Internacional “Landi e o Século XVIII na Amazônia”, comemorativo dos 250 anos da chegada da Expedição Demarcadora dos Territórios Portugueses no Norte do Brasil, da qual Antônio José Landi veio comissariado como riscador. Propõe-se a trabalhar pela revitalização do Centro Histórico de Belém, com foco na pesquisa da obra arquitetônica de Antônio Landi, no bairro da Cidade Velha.

Esse evento contou com a participação de professores brasileiros, de Bolonha, Florença, Lisboa e Porto. O encontro discutiu os trabalhos da comissão Pombalina e da obra do Landi no contexto de Belém do Pará.

Mais tarde, o Fórum Landi adquiriu visibilidade organizando eventos como “Landi – Cidade Viva”, em 2006, que envolvia uma exposição sobre a vida e a obra do arquiteto, oficinas, palestras, exibição de vídeos, exposição de arte contemporânea e visitas guiadas ao bairro da Cidade Velha. Também foi feito um inventário em que foram fotografadas todas as casas da Cidade Velha, bem como um escritório de assessoria técnica, junto com a Caixa Econômica Federal, que administrava o “Programa Monumenta”, que orientava pessoas interessadas em reformar ou restaurar seus imóveis. O evento foi uma ocupação utópica do Centro Histórico da cidade, uma tentativa de mostrar como poderia se intervir na cidade a partir de uma perspectiva da sociedade.

Em 2008, outra grande exposição: “Siza: Júlio e Álvaro”. Álvaro Siza é um arquiteto português vencedor do Prêmio Pritzker, o maior prêmio internacional de arquitetura. Siza possui vínculos com Belém, pois Júlio Siza, seu bisavô, foi fotógrafo na cidade no início do

século XX. Seu avô e seu pai também nasceram na capital paraense. Essa exposição reuniu, pela primeira vez, o acervo fotográfico de Júlio Siza com a obra arquitetônica de Álvaro Siza.

Ainda em 2008, promoveu-se o curso internacional de pós-graduação “Interpretação, Conservação e Revitalização do Patrimônio Artístico de Antônio José Landi”. O curso discutiu sobre propostas de intervenção na primeira rua de Belém, Rua do Norte, hoje Rua Siqueira Mendes: habitação para estudantes, hotéis e a revitalização da sede náutica da Tuna Luso Brasileira.

Depois da fase dos grandes eventos, a fase dos projetos.

O primeiro projeto foi a Casa Rosada, pensado como um centro cultural, mantido pela empresa ALUBAR. O projeto foi financiado com recursos do programa Monumenta do Governo Federal.

Ainda com recursos do Monumenta, foi feito o projeto de um albergue para estudantes estrangeiros, na Ladeira do Castelo, com obras em execução. No térreo, está previsto abrigar um centro de referência em comida de rua, projeto que envolve uma série de entidades e está vinculado ao Governo do Estado, inserido no contexto da qualificação dos produtores de comida de rua, em vista da apresentação da candidatura do conjunto Ver-o-Peso como Patrimônio Mundial à UNESCO.

O Memorial do Livro Moronguetá, pensado como centro de pesquisa, guardará coleção de bibliotecas particulares de importantes intelectuais paraenses do século XX, como Anunciada Chaves, Clóvis Moraes Rego, Clóvis Ferro Costa, Raimundo Jinkings, Machado Coelho, Roberto Santos, Baim Klautau e Célia Bassalo; e a última aquisição, o acervo de Dalcídio Jurandir, extraordinário e inédito, doado pela família. No Pará, ainda não havia material de

pesquisa sobre o nosso maior romancista do século XX. O Memorial do Livro deverá funcionar no antigo Colégio dos Padres da Companhia de Jesus. É uma proposta que visa resgatar a presença dos Jesuítas em Belém.

Finalmente, o restauro da Capela Pombo, que prevê o abrigo de uma escola de Cantochoão Gregoriano. Tal proposta foi estimulada pelo fato de um frade Mercedário ter anotado, em Belém no século XVIII, as partituras do “Ritual da sagrada e real ordem militar de Nossa Senhora das Mercês da redenção dos cativos para uso dos frades da mesma ordem, residentes na congregação do Pará por mando do reverendíssimo Padre pregador Frei João da Veiga, comendador da mesma ordem da cidade de Belém”, documento inédito descoberto por Vicente Sales, em Lisboa, que mudou a história da música no Brasil.

Neste período, era corrente acreditar que intervenções distribuídas nos Centros Históricos, como o de Belém, seriam polos, como na teoria foquista da Insurreição: zonas libertadas que irradiam processos de renovação urbana. Esse entendimento deu-se em determinado momento e esse momento passou. Essa utopia foi possível em um processo de democratização da sociedade brasileira, que teve início a partir da constituinte de 1988 e que se encerrou na eleição de 2014, culminando no *impeachment* da Presidente Dilma, em 2016.

Hoje, vive-se um processo de “desdemocratização”, conceito usado pelo sociólogo Charles Tilly (LASSANCE, 2009). *DESdemocratização* é o processo que estamos vivendo hoje no Brasil pós-golpe, que representa corte nos programas de inclusão social, saúde, educação, cultura, além de perdas de direitos, como os direitos trabalhistas, a precarização do trabalho, a terceirização

etc. Este processo não é uma peculiaridade brasileira, é uma consequência do neoliberalismo, que, de acordo com a professora Marilena Chauí (2014), é a ideologia do *Novo Capital Financeiro*, quando o Capital se “desterritorializa” e abandona ou destrói tudo o que antes ergueu.

A força da grana que ergue e destrói coisas belas
(Sampa, Caetano Veloso, 1978)

O Capital Financeiro não precisa de cidades: quem precisa de cidade somos nós, os cidadãos. Os bancos continuam lucrando sobre os escombros das cidades. O Capital Financeiro se autor reproduz, não precisa de território para se multiplicar, sua ligação com o território é intermediada pela especulação imobiliária, que cria uma cidade apartada, fragmentada: as torres e *shoppings centers* que emergem dos escombros da velha *urbe* ocupados por uma alta classe média que frequenta lugares exclusivos para pessoas de alta renda. Esses não são usuários da cidade; não andam a pé; não frequentam as praças, se muito, as praças de alimentação dos *shoppings*; se deslocam em carros particulares, alguns blindados; não têm relação alguma com sua cidade natal, nenhuma relação de pertencimento. Suas experiências de urbano, talvez, sejam em cidades do exterior.

3. O CAPITAL FABRICA A CIDADE

Agora, vamos ver como o Capital construiu, reconstruiu e agora destrói Belém.

O Capital Mercantil construiu a Belém Pombalina e edificou os símbolos de uma capital que representasse a presença do império português como o Palácio do Governador, Catedral, Casa de Câmara,

Cadeia, Quartel de Soldados, Hospital Militar, conventos e a Santa Casa de Misericórdia, para acudir os desvalidos da sociedade colonial.

Essa é a dita Belém de Landi.

Mais tarde, o Capital Industrial construiu uma outra cidade: a Belém de Lemos, a qual necessitava de outra infraestrutura urbana que simbolizasse o progresso que a indústria propiciava: porto, energia elétrica, transporte coletivo (bonde). Aparato sanitário: coleta de lixo, água encanada, esgoto, forno crematório, mercado público. Suporte à atividade econômica: bolsa de valores, edifícios de escritórios comerciais e para as representações das empresas marítimas e casas aviadoras. Equipamentos de lazer: teatros, praças, “luna parques”, montanha russa, cinemas etc.

Depois que Belém perdeu sua serventia, começou a cair. O marco são os anos de 1970. De 1970 a 2019, somam-se 49 anos, quase 50. Foram 50 anos de “desurbanização”, “suburbanização”, como chamou Benedito Nunes, e de “veroperização”, como definimos em 1999.

Caso houvesse uma hipotética reversão no cenário e subitamente Belém voltasse a se urbanizar, imaginando esse cenário favorável, com muitos recursos, finalmente poderiam realizar-se projetos imaginados há décadas para o Centro Histórico de Belém: retirar os camelôs, resolver a questão do não lugar “Buraco” da Palmeira, construção de um calçadão na João Alfredo, manter o Bar do Parque chique e, enfim, o Ver-o-Peso como um mercado com ar-refrigerado, sem pitiú e com urubus lavados e perfumados.

*Mas isso não vai acontecer.
E quem vem de outro sonho feliz de cidade
Aprende depressa a chamar-te de realidade
 (“Sampa”, Caetano Veloso, 1978).*

Quem continuar pensando assim está delirando.

Para que isso acontecesse, seria necessário que a economia brasileira crescesse com taxas semelhante às chinesas.

Para essa Belém, pós-pós-tudo, *pós-calipso*, é muito difícil apresentar um cenário mais otimista do que esse que está sendo falado.

A solução que está ao nosso alcance são as pequenas ações, inspiradas nos médicos sem fronteiras que desistiram de combater as causas e foram socorrer as vítimas.

Promover pequenas ações é a forma de intervenção possível, imaginadas com consciência de que não ocorrerão, pelo menos no horizonte dos próximos 50 anos, relevantes ações urbanas em Belém.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agora só são possíveis outras “ocupações” para criar focos de resistência à DESurbanização dos Centros Históricos, resistindo para manter o território da cidadania.

Ocupar a *urbis* para retornar à *polis*.

Neste sentido, intervenções como o Circular, Laboratório da Cidade, roteiros geoturísticos e históricos são a nova utopia possível.

Porém, é necessário ter clareza por onde *circular*, entre os devãos da cidade material e da cidade imaterial; entre o real e a realidade; na cidade produzida, pétrea; na cidade que se produz continuamente, etérea; que se engendra, reengendra e desengendra; andar entre os ossos e buscar o que ainda pulsa; enredar, ligar, conectar, produtores e consumidores da cidade, produtores-consumidores da cidade.

Post Scriptum

Depois dessa apresentação um tanto cética, um tanto niilista,
um final *punk*:

Ama
tua
cidade
como
um rato
como
baratas
nos esgotos
[amam a cidade]
como cupins
[gulosamente]
como o oxigênio
[enferrujando]
como a água
[diluindo]
como a fumaça
[intoxicando]
como a poeira
[generosamente]
ama
tua
cidade
como
um cão sem plumas
[ama a cidade]
ama
tua
cidade
como
um mendigo
[ama a cidade]
ama

A
como
um artefato inútil
um discurso fanho
ama
A
com
um amor inviável
ama
A
como
um cu
ama
a
cloaca

5. REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papyrus, 1994.

CHAUÍ, Marilena. A ideologia da Competência In: ROCHA, André (Org.). **Escritos de Marilena Chauí**: Volume 3. Belo Horizonte: Autêntica Editora; São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo (coedição), 2014.

LASSANCE, Antonio. Charles Tilly - Democracy. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 1: Dossiê Teoria Política Hoje”, 2009, pp. 372-378.

VELOSO, Caetano. **Sampa**. Rio de Janeiro: CBD Phonogram, 1978. Disponível em: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chauí-e-a-democracia-em-perigo-o-neoliberalismo-de-bolsonaro-e-a-nova-forma-de-totalitarismo-veja-o-video.html>. Acesso em: 25/01/2019.



A RESIDÊNCIA E ADMINISTRAÇÃO DOS GOVERNADORES DA CAPITANIA DO GRÃO-PARÁ: características italianas e portuguesas nos desenhos originais de Landi

Elna Maria Andersen Trindade¹



1. INTRODUÇÃO

Construído para servir como Residência e Administração da Capitania do Grão-Pará no século XVIII, o atual Museu do Estado do Pará – MEP conserva até nosso século sua expressiva monumentalidade arquitetônica no coração do Centro Histórico de Belém. O edifício, projetado pelo arquiteto bolonhês Antônio José Landi (1713-1791) durante seu período na Amazônia (1753-1791), incorpora à sua arquitetura a marca da passagem de diversos períodos da história política paraense, como a Colônia, o Império, a Cabanagem e a República.

¹ Arquiteta e Urbanista, Doutora em História Social da Amazônia pela UFPA, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e pesquisadora do Fórum Landi, da UFPA. E-mail: trindadeelna@uol.com.br.

Na segunda metade do século XVIII, preocupados com os limites das terras coloniais, Portugal e Espanha assinam o Tratado de Madri e enviam para o norte do Brasil uma comissão de demarcação de fronteiras. Faz parte desta expedição técnico-científica o arquiteto bolonhês Landi, entre naturalistas, matemáticos, cirurgiões, astrônomos, cartógrafos e engenheiros, grupo de profissionais chefiados por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do então Ministro dos Negócios Estrangeiros em Portugal, o Marquês de pombal (REIS, 1948). Landi integra a missão demarcatória como desenhador, função para a qual fora contratado. No entanto, em sua longa permanência na Amazônia, desempenhou o papel de arquiteto a serviço do governo, do clero e da elite da época. Em Belém, deixou o registro de seu traço nas mais significativas edificações religiosas, civis e oficiais, consideradas, hoje, como um acervo vivo da arquitetura do século XVIII (TRINDADE, 2003). Landi permaneceu na Amazônia até seu falecimento em 1791, sem nunca ter retornado a Bolonha, sua cidade natal.

Antônio José Landi, bolonhês, era filho do doutor em Medicina e Filosofia e professor universitário Carl'Antonio Landi e de Antonia Maria Teresa Guglielmini, família com oito filhos, da qual Landi foi o segundo, nascido em 1713. Com base em pesquisas, deduz-se que Landi cresceu em uma família de classe pequeno-burguesa com posses para lhe proporcionar uma vida de conforto, lazer e conhecimento, pontuada pela companhia de intelectuais da cátedra de Bolonha e rodeado de obras de arte, pela aproximação de sua residência ao núcleo que contém as obras de artes, no centro histórico de Bolonha, como as principais igrejas e palácios (TRINDADE, 2017).

Landi teve sua formação na Academia Clementina de Bolonha, considerada nesta cidade a mais importante instituição de ensino

de Belas-Artes, onde como aluno foi três vezes premiado. Foi aluno dileto de Ferdinando Bibiena, grande profissional no ensino de decoração de interiores e de cenografia e cuja família possuía arquitetos que se destacavam como decoradores teatrais. Em 1737, como profissional de destaque e por proposta de Ferdinando Bibiena, seu mestre e protetor, Landi é nomeado professor da Academia.

Em 1750, exatamente com 38 anos, Landi parte da Itália para Lisboa e, junto com os técnicos estrangeiros, permaneceria na capital portuguesa aguardando a partida para as terras luso-brasileiras. Enquanto aguardava em Lisboa, durante quase três anos, a ordem de partida da comissão demarcadora do Tratado de Madri para a Amazônia, Landi teria realizado um álbum de desenho dedicado a D. José I.

Em 1753, quando Landi chegou a Belém, a paisagem urbana era composta, em sua maioria, por edificações simples, sem grandes expressões arquitetônicas. Apenas um empreendimento barroco construído pelos jesuítas se destacava: a Igreja de Santo Alexandre. A Igreja da Sé estava em construção para sediar o bispado criado em 1718 (LEAL, 1979).

Conforme relatam os memorialistas Meira Filho e Leandro Tocantins, grande parte das construções em Belém era térrea, executada com materiais locais e implantada na orla fluvial; os beirais voltados para a rua e as fachadas caiadas seguiam a tradição oriunda dos povoados e ilhas portuguesas (MEIRA FILHO, 1976, p. 98.). Nessa época, a cidade era dividida em dois bairros, denominados Cidade e Campina, separados pelo igarapé do Piri, “baixada alagadiça onde desde a origem de Belém se destaca como importante elemento da geografia urbana” (PENTEADO, 1971. p. 11). Esse era o quadro da formação da cidade no primeiro

contexto de ocupação e colonização da região (CHAMBOULEYRON, CARDOZO, 2009).

Desde 1754, no governo de Mendonça Furtado, tem-se notícias da péssima situação física em que se encontrava a antiga Residência dos Governadores, situada no bairro da Cidade, no centro urbano de Belém, sendo transferida para uma casa de aluguel (CRUZ, 1976. p. 20). Só em 1759, o governador do Grão-Pará, Manuel Bernardo, comunica à Corte a péssima situação em que se encontrava esta edificação. Em seguida solicita uma vistoria aos técnicos do Reino, da qual Landi e os engenheiros Galluzie (1720-1769) e Manuel Mendes participam e certificam o estado de ruína em que se encontrava o prédio, sugerindo sua demolição, com o aproveitamento de algumas telhas e peças de madeira. O governador solicita a Landi um projeto para uma nova Residência dos Governadores, com a recomendação da execução de um “desenho de uma casa decente, e sem superfluidades” (MELLO JÚNIOR, 1973. p. 70), o qual encaminha à Corte, declarando que a obra “não poderá ser de grande despesa” (Idem.).

Em 1761, sem resposta da Corte, o mesmo governador, Manuel Bernardo, se dirige novamente ao rei, remetendo uma nova planta para a edificação, executada também por Landi. Sem esperar a resposta de aprovação de Lisboa, ainda este governo assume a responsabilidade de iniciar as fundações do novo edifício para a Residência e Administração dos Governadores do Grão-Pará. A aprovação de verbas para construção do prédio só vai acontecer em 1767, na próxima administração.

O primeiro projeto (1759), assinado por Landi, para a edificação consta de uma planta com uma fachada e um corte transversal. Destaca-se no desenho um pórtico de entrada com

um terraço na parte superior, antecedendo a fachada; um átrio de acesso principal com cobertura abobadada e uma monumental escadaria que se desenvolve em um espaço abobadado, com dimensões correspondentes ao átrio, ocupando os dois pavimentos da edificação. Na fachada, as janelas do térreo apresentam molduras do tipo pombalino.

A segunda proposta (1761) corresponde a duas pranchas, uma planta baixa e uma planta com a fachada e um corte longitudinal, nos quais sobressai um pátio central interno, rodeado de arcadas, no modelo do *cortile* italiano.

Os dois desenhos executados pelo arquiteto bolonhês apresentam claramente influências da arquitetura bolonesa e portuguesa, como: a presença de *cortile* enquadrado por quatro alas abobadadas, as molduras pombalinas e os gradis das janelas com balaústres anelados, elementos usuais na arquitetura lisboeta.

O capitão-general Fernando da Costa de Athaide Teive, sucessor de Mello e castro, de posse da aprovação da Corte para a construção da Residência e Administração dos Governadores, solicita o terceiro projeto e “recomenda melhor ‘traça’ ao mesmo arquiteto Landi, para morada congruente à dignidade e decoro dos Governadores e Capitães Gerais” (MEIRA FILHO, 1974a. p. 24). Diante de tal solicitação, em 1767, o projeto foi executado pelo arquiteto bolonhês, visando a uma monumental edificação que deu origem à grandiosa escala que o prédio hoje apresenta.

Em 1768, sob a direção do mestre pedreiro Jerônimo da Silva, a construção teve início, sendo usados materiais de uma olaria local, implantada pelo governador com este objetivo. O historiador Baena registra informações sobre esta olaria, depois da obra executada.

Ordena o governador que a Olaria que elle mandára estabelecer em São José entre este incompleto convento e o igarapé para ministrar telha, cal, ladrilho á construcção do Palácio, continue no mesmo trabalho para que os referidos artefatos sejam sujeitos à compra individual dos moradores em beneficio da real fazenda (BAENA, 1969. p. 186).

Também foram usados materiais importados de Lisboa, principalmente os empregados no acabamento da edificação. A obra do Palácio foi concluída em 1771, sendo ocupado somente no ano seguinte pelo sucessor de Athaide Teive, João Pereira Caldas.

Parte do terceiro projeto de Landi foi documentado e divulgado. Está incluído em uma coletânea de 22 desenhos, reunidos em duplicata em dois álbuns, executados por Landi, que foram ofertados ao governador Ataíde Teive e a D. José, nos anos 1770 e 1771, respectivamente. Mendonça informa que estes álbuns são ricamente encadernados, antecedidos de dedicatórias em cartelas envolvidas por desenhos ornamentais e arquitetônicos, ao gosto bolonhês:

As portadas dos dois álbuns são interessantes composições ornamentais, revelando a mestria de Landi na combinação assimétrica de ornatos distintos – grinaldas, concheados, enrolamentos vegetalistas, folhagem acântica, escamas imbricadas, boleados, volutas e mascarões – com frontões de volutas e objetos associados com a arquitetura e pintura – esquadros, compassos, régua, fios de prumo, pranchetas com pincéis e desenhos de arquitetura (MENDONÇA, 1999a., v. 1, p. 383).

Integram esses álbuns desenhos de outras obras projetadas por Landi. Referentes apenas ao Palácio dos Governadores, são 17 desenhos, entre fachadas, planta baixa, corte, elevações e detalhes,

volume de desenhos considerável para um prédio do século XVIII, mesmo sabendo-se que entre estes documentos não foram encontradas as plantas de registro do segundo e terceiro pavimento, e fachadas laterais do prédio.



Figura 1: Terceiro projeto para o Palácio e Residência dos Governadores do Grão-Pará, em Belém do Pará. Fachada principal e vista do pátio interno. Desenho à pena aquarelado sobre papel, de Antônio José Landi. 290x430mm. Século XVIII.

Fonte: Biblioteca Digital Fórum Landi.

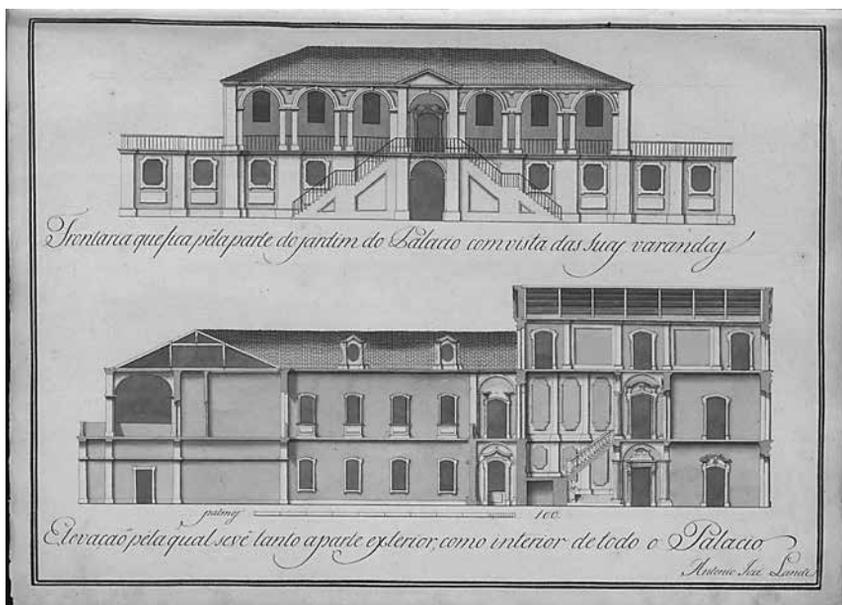


Figura 2: Terceiro projeto para o Palácio e Residência dos Governadores do Grão-Pará, em Belém do Pará. Fachada posterior e corte longitudinal. Desenho à pena aquarelado sobre papel, de Antônio José Landi. 290x430mm. Século XVIII.

Fonte: Biblioteca Digital Fórum Landi.

Observando a única planta baixa existente, a do primeiro pavimento, constata-se a obediência ao partido arquitetônico do Brasil colonial, com ocupação total dos limites frontais e laterais do lote, ficando os fundos reservados à vista de um amplo jardim que fazia parte do conjunto da edificação. A planta deste pavimento não possui legenda nos compartimentos. A descrição do historiador Baena, no início do século XIX, ajuda a entender o programa de necessidade e a concepção espacial de Landi para os dois outros pavimentos da edificação, cujos desenhos até o momento ainda não foram localizados:

[...] he de três pavimentos; tem espaçoso átrio, e mediano jardim. No primeiro pavimento estão a Capella,

diversas cazas, Cozinha, Cocheira, e Cavalharia; no segundo onze grandes salas, oito aposentos, e um salão, do qual a entrada exterior está no centro da arcada em que termina a ampla escada despartida no centro em duas, que fernecem na escada do vestíbulo, e que recebem luz de quatro janellas cujas ombreiras firmão-se no mesmo plano de uma varanda descoberta, que em bom tempo serve em dar serventia e passagem mais breve de um para outro lado, sem ser preciso circular o corredor; e o terceiro he uma só casa que occupa o centro da banda do Largo; e a parte opposta he toda uma varanda sonente descoberta nas extremidades de cujo o centro se desce para o jardim por duas escadas de ladrilho reunidas em um taboleiro de sacada, sendo a dita varanda o remate do lado, que faz o fundo do edificio[...] (BAENA, 1969. p. 185-186).

Na planta desenhada por Landi, a organização dos compartimentos se desenvolve proporcionalmente em torno de um pátio central retangular, que foi concebido como um pátio de serviço de “caráter português” (MELLO JÚNIOR, 1981. p. 102).

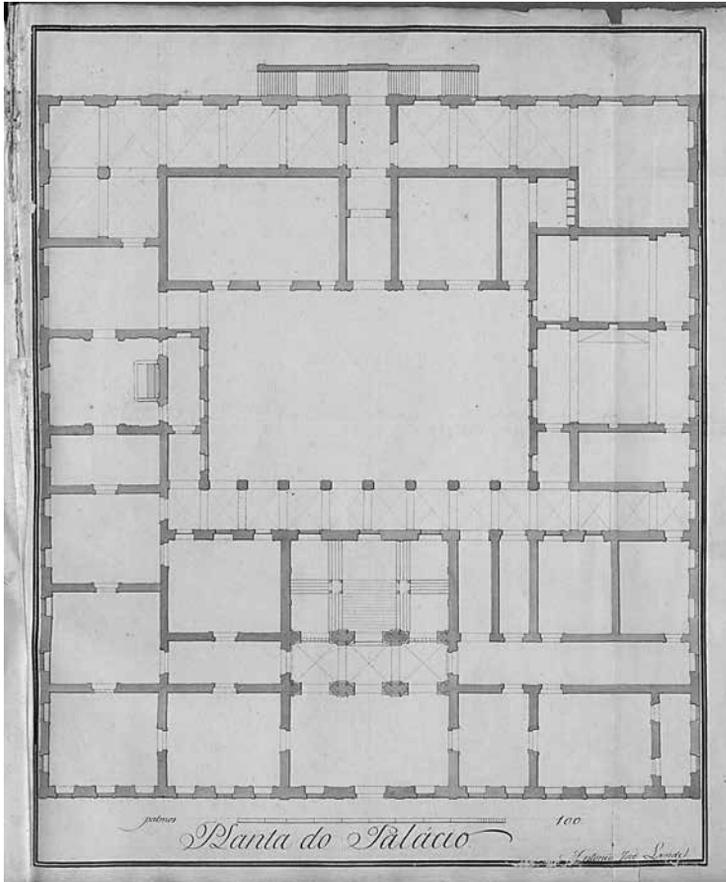


Figura 3: Terceiro projeto para o Palácio e Residência dos Governadores do Grão-Pará, em Belém do Pará. Planta Baixa do primeiro pavimento. Desenho à pena aquarelado sobre papel, de Antônio José Landi. 430x290mm. Século XVIII.

Fonte: Biblioteca Digital Fórum Landi.

Observando o desenho do corte executado por Landi, no fechamento deste pátio, percebe-se que apenas um lado no primeiro pavimento é marcado por uma varanda, com cobertura abobadada, fechada por arcada em arcos plenos separados por colunas toscanas, detalhe “nitidamente de um formalismo italiano”

(SMITH, 1960. v. 2, p. 28). Os outros três panos de fechamento deste pátio, observados nos cortes, são apenas paredes com vãos de portas e janelas.

Na planta estão registradas duas escadas independentes, uma de pequena proporção com acesso reservado e a outra monumental, destacada, com localização centralizada e precedida por um átrio, movimentado por colunas-pilastras. Essa escadaria possui solução italiana adotada nas escadarias emilianas. Segundo Mendonça: “a localização e a estrutura desta escada constituem uma transposição bem conseguida de um esquema tipológico com grande sucesso tanto em Bolonha como na Emília” (MENDONÇA, 1999a, v. 1, p. 473).

O compartimento da capela, na lateral, fica definido na planta baixa existente pela marcação da mesa do altar, localizada à frente da porta do acesso principal a este ambiente. A capela foi foco de detalhamento do arquiteto italiano. Além de estar representada no corte transversal da edificação, existem executadas quatro elevações e planta de ornamentação do forro. O ambiente ocupa um pé-direito duplo, com a instalação, nas paredes laterais na altura do segundo pavimento, de tribunas, uma em frente da outra, às quais se tem acesso pelas salas do segundo piso.

Essa capela foi referida pelo naturalista Alexandre Ferreira, em 1783, como um dos “oratórios públicos” (FERREIRA *apud* MEIRA FILHO, 1974a, op. cit., p. 130). existentes na cidade e servia para o uso das pessoas residentes no Palácio, ou seja, para a família do governante,

que assistiam aos serviços religiosos das tribunas existentes no primeiro andar, às vezes acompanhados por altos funcionários da Capitania e por seus convidados; a capela era aberta algumas vezes ao povo (escravos, ín-

dios, soldados e homens livres), que assistia ao serviço religioso no pavimento térreo junto com os servidores do prédio (COELHO, [19--]. Não publicado).

A planta baixa demonstra que as três fachadas apresentam um único plano. Apenas a fachada posterior que foi desenhada por Landi tem o destaque de duas escadas externas coladas à fachada, que ligam o jardim dos fundos ao pavimento superior. Com a presença do *cortile* no primeiro pavimento, é considerada a fachada mais italiana do prédio.

A fachada principal desenhada por Landi tem predominância horizontal compartimentada em três áreas por pilastras; a área intermediária apresenta um corpo central de três pavimentos, coroado por frontão triangular retilíneo. O que destaca a referida horizontalidade é o conjunto de duas cornijas contínuas, nas divisas dos pavimentos e no acabamento do beiral, imprimindo uma feição de um corpo único, solidamente assentado, característico das edificações setecentistas.

A presença das trapeiras ou águas-furtadas, que estão inseridas, no telhado aparente, acima da cimalha, é característica da arquitetura portuguesa. Referentemente a este detalhe, Donato Mello Júnior deixou registrado que “telhados aparentes com beirais e trapeiras aportuguesavam as fachadas” (MELLO JÚNIOR, 1982-1983, p. 107). Mendonça também reforça essa influência portuguesa com o seguinte comentário “As águas-furtadas poderão ter seguido as propostas já correntes em Lisboa na época e invulgares em Itália, de possível inspiração francesa, mas com antecedentes na obra de Serlio (MENDONÇA, 1999a, v. 1, p. 472). Em que pese a influência do arquiteto bolonhês Sebastiano Serlio, do século XVI, é importante destacar que a introdução das trapeiras na arquitetura portuguesa

foi de responsabilidade do húngaro Carlos Mardel, que, em 1747, torna-se arquiteto dos palácios reais (FRANÇA, 1987. p. 201).

No eixo do primeiro pavimento, na fachada principal, existe uma única porta central, flanqueada por um conjunto de sete janelas de peitoril. O vão de acesso principal possui moldura recortada, com coroamento de um frontão de arco pleno com prolongamento em retas. Nas laterais deste acesso, duas janelas de peitoril possuem molduras recortadas, coroadas por frontão triangular com as extremidades em linha reta. Este conjunto limitado por pilastras com bossagem é uma composição típica dos palácios italianos. Os doze vãos de janelas das áreas laterais do primeiro pavimento possuem molduras recortadas do tipo pombalino, com coroamento de frontão reto.

Já no segundo pavimento, quinze vãos constituem janelas de sacadas com guarda-corpo de barras verticais em ferro. Todos os vãos possuem molduras recortadas, coroadas por um segmento de arco abatido. Para as esquadrias do primeiro e segundo pavimento, Landi deixou desenhos de três detalhes.

No ático, o terceiro pavimento, os três vãos também são guarnecidos por sacadas, com guarda-corpo em ferro. O uso do balcão na fachada, com guarda-corpo de ferro em desenho simplificado, também é outra característica da formal arquitetura pombalina. Sobre esse detalhe, Smith comenta que

Os balaústres sóbrios e sem decoração dos balcões de ferro de toda a fachada, por exemplo, são completamente diferentes dos complicados motivos rocaille preferidos por alguns proprietários privados de Belém nessa época. Neste aspecto, com certeza, é notado que Pombal preferiu em sua reedificação de Lisboa simples balcões retilíneos e marcações de janelas, colocando de

novo à moda fórmulas do século XVI, que por sua vez guiaram o neoclássico português do século XIX. Nessa, Landi e o governador Teive parecia que estavam utilizando exemplos de moda metropolitana (SMITH, v.4, 1951, p. 18).

Algumas adaptações no projeto de Landi foram resolvidas na obra, “que podem ter sido ditadas por motivos de economia” (SMITH, 1960, v. 2, p. 28), conforme se pode observar, comparando o projeto do arquiteto italiano com os desenhos executados por Codina em 1783, que fazem parte da *viagem filosófica*³⁵ de Alexandre Ferreira. Estes desenhos da coleção do baiano poderiam ter sido feitos sob a orientação de Landi, levando em conta a atualização com o que realmente foi executado na obra naquela época, ou mesmo modificações ocorridas após a conclusão da obra, ou durante as outras três administrações que sucederam a de Ataíde Teive, antes de 1784.

A Residência e Administração dos Governadores, considerada a maior obra civil de Landi, criou um expressivo impacto urbanístico na cidade do século XVIII, mesmo não tendo sua localização o lugar privilegiado em relação à praça. No tratamento urbanístico da praça, depois da construção desta edificação, na administração de João Pereira Caldas de 1772 a 1780, também não foi relevante esta situação. Quanto a esta questão, Smith faz a seguinte observação: “foi Caldas quem pôs em ordem a praça que rodeava o palácio, sem estabelecer, entretanto, uma apropriada relação entre o edifício e o

³⁵ Documento publicado na Europa, que deu conhecimento aos europeus da cultura indígena, da extensão territorial e biológica da região. Este documento foi produzido a partir de uma missão chefiada pelo baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, que chegava à Amazônia em 1783 para fazer o reconhecimento científico da bacia amazônica lusa. PEIXOTO, Gustavo Rocha. **Reflexos das luzes na terra do sol**: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831. São Paulo: Pro Editores, 2000. p. 140.

espaço aberto, já que, segundo Ferreira, permaneceu o Palácio em um ângulo da praça” (SMITH, 1951, p. 12).

A monumentalidade desta edificação sempre foi evidência no Brasil colonial e imperial, quando observada pelos viajantes que registraram sua passagem pelo Pará. Entre os registros de viajantes que comentam a monumentalidade do Palácio de Landi no século XIX, destaca-se o do naturalista francês Hercules Florence, que é citado pelo historiador Ernesto Cruz. Segundo o historiador, neste registro o naturalista afirma conhecer um plano segundo o qual “Belém fora a cidade escolhida para ser a capital do Império Português na América, servindo o Palácio do Governador para agasalhar dentro dos seus espaçosos cômodos a Corte que se deslocaria definitivamente para a Amazônia” (CRUZ, 1976, p. 73).

Residência e Administração dos Governadores ou Palácio de Landi, o fato é que a edificação exerceu considerável influência na produção da arquitetura em Belém no final do século XVIII e XIX, que precisa ser objeto de estudo. Apesar de todas as intervenções na trajetória de sua existência, esta monumental edificação ainda hoje consegue mostrar o testemunho da arquitetura palaciana italiana com adaptações da arquitetura portuguesa segundo as necessidades da corte no Brasil colonial.

REFERÊNCIAS

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da Província do Pará**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1969. (Coleção Amazônica. Série José Veríssimo).

CHAMBOULEYRON, Rafael; CARDOZO, Alirio. Cidades e vilas da Amazônia colonial. In: **Revista de Estudos Amazônicos**, v. 4, p. 37-51, 2009.

COELHO, Alan Watrin. **Capela do Palácio Lauro Sodré**. Belém, [19--]. Não publicado. Texto disponível na Biblioteca do MEP.

CRUZ, Ernesto. **Casas e palácio do governo**: residências dos capitães-mores, governadores e capitães-gerais e presidentes da Província do Pará, 1616-1974. Belém: Grafisa, 1976.

FRANÇA, José-Augusto. **Lisboa pombalina e o Iluminismo**. Lisboa: Bertrand, 1987.

LEAL, Américo. **A Igreja da Sé**. Belém: Falângola, 1979.

MEIRA FILHO, Augusto. **Evolução Histórica de Belém do Grão Pará**. Belém: Grafisa, 2 v., 1976.

_____. **O bi-secular Palácio de Landi**. 3. ed. Belém: Grafisa, 1974a.

MELLO JÚNIOR, Barroquismos do arquiteto Antônio José Landi em Barcelos, antiga Mariuá, e em Belém do Grão-Pará. In: **Barroco**, Belo Horizonte, 12, 1982-1983. Trabalho apresentado ao Congresso do Barroco no Brasil: Arquitetura e Artes Plásticas, Ouro Preto, 1981.

_____. **Antonio José Landi**: arquiteto de Belém. Belém: Governo do Estado do Pará, 1973.

MENDONÇA, Emília Isabel Mayer Godinho. **Antonio José Landi (1713-1791)**: um artista entre dois continentes. 1999. 3 v. Tese (Doutorado) – faculdade de letras, universidade do porto, Porto, 1999, v. 1.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Belém**: estudo da geografia urbana. Belém: Universidade Federal do Pará, 1 v., 1971.

REIS, Arthur Cesar Ferreira. **Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1948. 2 v.

SMITH, Robert C. Antônio José Landi, arquitecto italiano do século XVIII no Brasil. In: **Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros**, 3., 1960, Lisboa. Actas...Lisboa, 1960. v. 2, p. 20-29.

_____. El Palacio de los Gobernadores de Gran-Para. **Anales del Instituto de Arte Americano e Investigaciones Estéticas**, Buenos Aires, v. 4, p. 9-26, 1951.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. **O Desenhador de Belém: Antônio José Landi e o movimento das imagens na Amazônia Colonial (1753-1791)**. Belém-PA, 2017. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará. Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia.

_____. **Palácio de Landi, uma trajetória estilística**. 201 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, em convênio com a Universidade Federal do Pará, 2003.



O CAIS QUE SE TRANSFORMOU EM *BOULEVARD*

Márcia Cristina Ribeiro Gonçalves Nunes¹



1. INTRODUÇÃO

De volta a uma das cenas iniciais da inauguração do porto de Belém: naquela manhã do dia 12 de outubro de 1909, às 8 horas e 50 minutos, Belém amanheceu festiva para a cerimônia inaugural do primeiro trecho do cais comercial que completará pela arte a beleza da extraordinária Baía do Guajará.

Obras de melhoramentos do porto de Belém do Pará. Placa comemorativa da inauguração da primeira extensão do cais, em 12 de outubro de 1909, sendo presidente da República o Dr. Nilo Peçanha; ministro da Indústria e Viação, o Dr. Francisco Sá; ministro da Fazenda, o Dr. Leopoldo de Bulhões; ministro da Marinha, o almirante Alexandrino de Alencar; governador, o Dr. João Coelho; intendente, o senador Antônio Lemos; chefe da comissão fiscal, o Dr. Luiz de Souza Mattos (JORNAL O PAIZ, 1909).

Esses foram os dizeres colocados na placa de inauguração que foi aparafusada na muralha pelos Srs. Desem-

¹ Doutora em História. Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagem e Cultura – PPGCLC/UNAMA. E-mail: marcianunes2011@gmail.com

bargador Augusto Olympio e Senador Antônio Lemos, servindo-se de duas belíssimas bengalas de muirapina-ma, cujas ponteiros rosqueadas foram em tempo substituídas por chaves de parafuso de fendas douradas. As bengalas que foram oferecidas às duas autoridades tinham castão de prata – uma esfera com inscrição alusiva ao ato e respectiva data (JORNAL O PAIZ, 1909).

Lemos renunciou ao cargo de Intendente de Belém, em junho de 1911, embarcando para Lisboa em julho do mesmo ano e poucos meses depois retornou ao Brasil, fixando residência na cidade do Rio de Janeiro. Em 13 de maio de 1912, o intendente Virgílio Mendonça inaugura o *Boulevard* Marechal Hermes, e, depois de descrever essa nova avenida, termina o discurso: “Como o novo *boulevard*, ao cingir o “Boulevard da República”, da avenida 15 de Agosto em diante, vai formando um acentuado triângulo mandei pela mesma secção municipal ajardinar e equipar o referido triângulo”. Esse triângulo diz respeito à futura praça denominada dos Estivadores, localizada defronte aos casarões do *Boulevard da República*. Mas a modernização estava feita, pronta, e a marca do Intendente Antônio Lemos ficou registrada.

2. O SURGIMENTO DO BOULEVARD DA REPÚBLICA

No litoral da cidade, após vários aterramentos pela necessidade de um porto melhor, fez surgir a Rua Nova do Imperador, que sofreu grande processo de transformação a partir da República, onde, às margens da Baía do Guajará, se concentra o símbolo maior da “modernização”, da transformação da Rua Nova do Imperador para o Boulevard da República. E falar de boulevard, nos remete imediatamente a Haussmann, na criação desse elemento

estruturante de Paris que funcionava como uma grande reta, numa perspectiva ligada por monumentos, rua larga ladeada por calçadas arborizadas onde se misturam seus transeuntes - residentes e comerciantes, glamoroso, iluminado, edificações homogêneas, espelhos, vitrines, vidros e equipamentos urbanos em ferros em estilo *Art Nouveau*, onde todos que por lá “flanavam” conformavam uma espécie de trajeto histórico lento e um percurso temporal marcado por uma compreensão mecânica do mundo.

Lemos na verdade adotou um espelho de urbanismo do “tipo haussmanniano” (Pinon, 1995), conforme conceituou Pierre Pinon: um urbanismo idealizado para uma realidade amazônica, com condições geográficas, climáticas, governamentais e populacionais totalmente diferentes de Paris, mas com uma intervenção autoritária, uma imposição de um projeto urbano definido, baseado, também no seu Código de Polícia Municipal. Nesse contexto de organização, é imprescindível destacar a figura de Percival Farquhar na construção do porto de Belém, responsável pela construção de uma nova avenida paralela em sua extensão. Essa avenida originou-se a partir do Boulevard da República. E assim iniciaram-se as obras desse boulevard onde Farquhar acatava as solicitações e normas da Comissão Fiscal das Obras do Porto pela Intendência Municipal sob comando de Antônio Lemos implantando na Companhia Port of Pará os melhoramentos urbanos de infraestrutura – calçamento, água, esgoto, eletricidade –, e de serviços urbanos – transporte, equipamentos urbanos e educação.

Mantendo a regularidade do traçado geométrico, o Boulevard da República, constituído por oito quadras do lado direito, traz um sistema estruturado que integrava as métricas dos elementos de construção, da arquitetura e do loteamento português. Essa

estrutura do loteamento deu origem a uma tipologia de fachada que se repetia em cada lote: fachadas estreitas compostas por três ou quatro vãos em cada piso, onde no primeiro piso encontravam-se as portas e no segundo e terceiro, as janelas. Tal tipologia foi aplicada nos sobrados contribuindo para uma grande uniformidade arquitetônica caracterizadora das cidades de origem portuguesa. Com o plano de embelezamento e a preocupação estética do “tipo haussmanniano”, Lemos impõe através do Código de Polícia Municipal, como mais uma estratégia de assepsia e circunspeção, a platibanda, evitando que as águas da chuva escorressem pelos telhados sobre os passeios; agora todas calçadas com pedras de lioz. Foi o elemento transformador das edificações aportuguesadas na imposição de elementos ecléticos ornamentadas com os mais variados elementos: calhas de ferro trabalhadas, adornos em louças, balaústres, pinturas exteriores, onde os proprietários esteticamente transformavam seu espaço privado.



Figura 1: Reconfiguração das edificações nas quadras do Boulevard da República: Q-1, Q-3, Q-4, Q-5, Q-7 e Q-8 sobrados; Q-2 Mercado da Carne, Q-6 Igreja das Mercês, Q-9 Mercado do Ferro e Recebedoria de Rendas, Q-10 Logradouros Públicos e Q-11 Armazéns.

Fonte: Escritório M2N Arquitetura Ltda.

No seu lado esquerdo, com o aterro da Port of Pará, ocorreu a construção de toda a extensa muralha do cais. Foram executadas obras de melhoramentos na área próxima ao Mercado de Ferro onde, ao seu lado, foram ajardinadas, calçadas, equipadas e iluminadas três quadras devolutas que passaram mais tarde a ser chamada de Praça dos Pescadores. Mais à frente, a construção de três grandes armazéns importados para recebimento e armazenamento de cargas, onde surgiram os gradis de ferro e os portões da Trav. 15 de Agosto, na qual finda com outra praça ajardinada, futuramente chamada de Praça dos Estivadores.

3. EDIFICAÇÕES, ATIVIDADES E PESSOAS

As edificações do Boulevard da República como o Mercados do Ferro, o Mercado da Carne, o edifício da Recebedoria de Rendas e seu anexo, os conjuntos de sobrados, os logradouros e praças públicas, a Igreja das Mercês, os armazéns e o prédio da Companhia Port of Pará merecem destaque pela sua arquitetura, dimensão e função, pois são verdadeiros marcos, referenciais urbanos, que evidenciam e identificam o todo da área em relação à cidade e que dentro dela se destacam dos demais. Os pontos nodais, conforme Lynch, “são pontos estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove” (Lynch, 1997), no Boulevard da República iniciamos com o Mercado de Ferro e termina com o edifício da Port of Pará.

A divisão social, no início do século XX, muda completamente em decorrência da nova ordem econômica: a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, agora formada por

O CAIS QUE SE TRANSFORMOU EM BOULEVARD

comerciantes, seringalistas, financistas, com destaque para os profissionais liberais, geralmente de famílias ricas e oriundos de universidades europeias. Esses comerciantes, a maioria de negociantes estrangeiros e particularmente de origem portuguesa, se dedicavam tanto ao comércio atacadista quanto ao varejo.



Figura 2: Quadra-3 do Boulevard da República, entre Travessa Oriental do Mercado e Travessa Padre Eutíquio.

Fonte: Escritório M2N Arquitetura Ltda.

Sobre o comprar e o vender no início do século XX, estava o comércio do Pará dividido em quatro classes: os exportadores, importadores, retalhistas e aviadores:

Os primeiros compram aos aviadores e exportam para Europa e para América a borracha, cacau, castanhas, cumaru, couros, grude de peixe, óleo de copaíba, urucú, guaraná, plumas de garça e outros produtos do Estado; os segundos exportam do sul da República carne seca, café, açúcar, cereais, charutos, tecidos de algodão, roupas feitas, drogas, chapéus de lã e perfumarias, e do estrangeiro peixes, carnes e frutas em conserva, vinhos, cervejas e outras bebidas, farinha de trigo, petróleo, óleos, banha, verniz, breu, alcatrão, cimento, ferragens e maquinismos, louças, vi-

dros, cristais, porcelanas, drogas e medicamentos, fazendas, calçados e chapéus de todas as qualidades, artigos de enfeites de armarinho e tudo que de modas e novidades produzem a Europa e a América do Norte; os terceiros compram, por grosso, essas mercadorias aos importadores para venderem-nas a retalho ao povo; os quartos negociam com os comerciantes do interior e com os proprietários dos seringais, comprando na praça aos importadores as mercadorias que lhes são pedidas pelos seus aviadores, os quais durante a safra vão remetendo-lhes a borracha e os produtos que vão colhendo, com o que saldavam ou amortizam suas contas no fim do ano (SANTA ROSA, 2000).

O Boulevard da República passaria a ganhar a fisionomia que ainda hoje se apresenta atrás das fachadas multicoloridas e dos vãos de aberturas alterados do pavimento térreo. As calçadas de lioz e seus paralelepípedos de granito tornavam o Boulevard um espaço de circulação para pessoas distintas, ainda que teimosamente fosse recanto para pedintes e vendedores ambulantes que, longe da vigilância dos agentes do Governo Municipal, exercessem suas atividades. Apesar das proibições das autoridades, as ruas da cidade se enchiam todas as manhãs de vendedores de doces, comidas, lavadeiras de roupas e vendedoras de açaí, que aos gritos anunciavam seus produtos pela rua:

(...) – “Ouro quebrado pra vender? Eu compra... Ouro quebrado, meu freguesa...”

(...) – “Mingau de miiiiiiiiilho!”

(...) – “Cocadinha! Pandeló! Beijo de moça!”

(...) – “Olha a cabeça de nêgo! Olha o batatão! Olha o leite de Amapá pra doença do peito! ... Olha o estoraque, o apif, casca de losna pra mulhé...”

(...) – “Fran gôrd! Fran gôrd!

(...) – “Ov fresco! Ov fresco! (RIBEIRO,2000).

Pelos cantos, era possível ver vendedoras de frutas, que, com seus tabuleiros ou cestos na cabeça, desafiavam sol e chuva para oferecer seus frutos cantando “merca boa laranja!”, lançava uma...; “oh rica banana da hora!”, dizia a outra. As mulheres se vestiam com recato: usavam aventais ou panos, atados na cintura, a proteger-lhes as vestes, a cabeça sempre coberta por um lenço. As vendedoras que mercavam cestos na cabeça usavam rodilhas para melhor erguer e transportar a carga: manga, caju, cacau, goiaba e outros frutos exóticos relacionados pelos viajantes em seus minuciosos diários. Nos anos XX, os vendedores de frutas eram homens e, como sempre, traziam consigo bananas, eram chamados de bananeiros, mercavam pela rua e eram chamados “meu freguêz” pelos clientes. No século XIX e XX, a rodilha era usada, sobretudo, pelos negros que carregavam pesados fardos. Para usar uma rodilha, a força não é tão necessária, mas a habilidade é imprescindível. Ainda hoje, quando alguém não dá conta do peso real ou figurado, usa-se o dito: “quem não pode com o pote, não pega na rodilha”. Creio que só vemos rodilhas na cabeça dos carregadores do Ver-o-Peso (BELTRÃO, 2008).

O vendedor de tecidos, com suas fazendas e panos, a oferecer a quem se habilitasse a comprar. Eram conhecidos em Lisboa como fanqueiros, tinham o seu lugar na economia paralela. Em Belém, a atividade atravessou do século XIX para o século XX, exercida pelos sírio-libaneses, chamados turcos, que não apenas mercavam pela cidade como embarcavam rio adentro, em regatões, para vender não só fazenda, mas toda sorte de gêneros aos ribeirinhos (Beltrão, 2008). No Boulevard da República, esses vendedores já se

estabeleceram nos sobrados e lojas ao redor do Mercado de Ferro a venderem seus tecidos mais populares, visto que a Rua João Alfredo, uma das ruas de comércio intenso, possuía as mais belas edificações afrancesadas na venda de tecidos e acabamentos importados.

O vasto espaço marginal à baía do Guajará onde se enquadram o Ver-o-Peso e os dois entrepostos, o Mercado de Ferro e o Mercado da Carne é todo um mercado: nas calçadas, no leito das ruas, nas pequenas casas de comércio, nos botequins, movimentava-se a multidão num vai e vem incessante. Formigueiro matutino. Território do pitoresco. O Mercado de Ferro vende, de preferência, peixes e mariscos. O Mercado da Carne, vende carne de boi, verduras, cheiro verde, frutos e ervas. Ambos, porém, oferecendo comidas e bebidas paraenses e até baianas. E quase tudo que a terra produz, o que a imaginação e a credence dos homens é capaz de criar no mundo dos sortilégios (TOCANTINS, 1963).

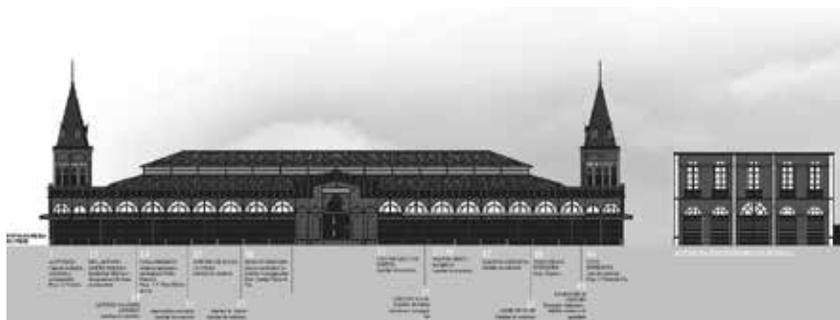


Figura 3: Quadra-9 do Boulevard da República, entre a Ponta da Pedra e a Travessa Oriental do Mercado

Fonte: Escritório M2N Arquitetura Ltda.

Percebe-se, nitidamente, a divisão de atividades e comércio, bem como seus proprietários, edificada em todo o Boulevard: da Trav. da Companhia (incluindo-se a Doca do Ver-o-Peso) até a Trav. Frutuoso Guimarães o comércio de bazar, de secos e molhados,

de bebidas, de fazendas, de ferragens, de gêneros alimentícios de diversas espécies e auxiliares de escritório pertencentes aos comerciantes de produtos regionais e profissionais da terra; os sobrados ecléticos, de dois ou três pavimentos, abrangendo grandes firmas de importação, de exportação, de casas de comissões e consignações, de bancos, de companhias de navegação, de armadores e rebocadores e de firmas de profissionais pertencentes aos estrangeiros e à elite aburguesada. Da Trav. Frutuoso Guimarães até a Trav. 15 de Agosto mudam as atividades, que se voltam a outro tipo de movimentação – atividades portuárias. Nessas quadras, a ocupação se dará em função do porto, da chegada de estrangeiros, dos produtos, que eram importados e exportados, dos serviços de trabalhadores estrangeiros que traziam a nova técnica de edificação a Belém que se fazia civilizada: os sobrados eram ocupados por estabelecimentos hoteleiros, de venda de maquinários, aparelhos e ferragens para indústria, artes e ofícios, bem como de firma de engenheiros mecânicos, arquitetos e marítimos, de companhias de navegação, a sede da União dos Estivadores e dois terrenos pertencentes à família Maranhão, que futuramente se tornaria sede importante do jornal Folha do Norte.



Figura 4: Quadra-8 do Boulevard da República, entre a Travessa 1º de março e Travessa 15 de Agosto

Fonte: Escritório M2N Arquitetura Ltda.

4. O BOULEVARD-CAIS

O Boulevard da República foi denominado na investigação de boulevard-cais. Um boulevard que convergia todo seu olhar à Baía do Guajará. Nele se alocou o porto da cidade e continuava a ser local de entrada e saída de pessoas e das mais diversas mercadorias. O glamour desse boulevard-cais era diferente: saem as vitrines chiques com seus espelhos e vidros e entram em cena o porto e os mercados da cidade – o Mercado de Peixe e o Mercado de Carne, um empório comercial. Os mercados e as casas comerciais fazem dele uma “praça” onde as relações sociais são produzidas tendo por referência o dinheiro, elo essencial entre os indivíduos modernos. Local em que transitam pela rua pavimentada de paralelepípedos ex-escravos, as classes trabalhadoras, mãos de obra importadas para os serviços de infraestrutura da cidade, transitam as empregadas domésticas que vão fazer compra, os portugueses com cesto na cabeça, a vendedora de cheiro e gente que chega do interior, gente que chega do seringal e gente muito bem vestida porque as casas financeiras, as casas aviadoras estavam nesse circuito. No porto, o movimento era em função da chegada de estrangeiros, dos estivadores, dos carregadores de produtos, que eram importados e exportados, dos serviços de trabalhadores estrangeiros que traziam a nova técnica de edificação a Belém, que se fazia civilizada. Por conta das atividades comerciais e portuárias, ele se tornou um local de circulação intensa da diversidade da população que circulava e de mercadorias, porque tinha casas de tudo ali: casas de consignações, casas de ferragens, exportadores, importadores, hotéis, etc., todos misturados e convivendo da mesma forma. Esse conjunto de transformações é entendido por *Marshall Berman* como ‘modernidade’: uma experiência ambiental

vivenciada por homens e mulheres em todo o mundo, onde tudo é ambiguidade, contradição. Significa viver em um ambiente no qual, como afirma *Karl Marx*, “tudo que é sólido se desmancha no ar” (BERMAN, 2007).



Figura 5: Antiga área devoluta transformada em área social

Fonte: http://68.media.tumblr.com/447d7499873a03e2ab956986eb75c71b/tumblr_mfr8t6k52t1r3tp9lo1_500.jpg

5. REFERÊNCIAS

BELTRÃO, Jane Felipe. A Andarilha em Belém, cidade do Pará oitocentista. In: **Conheça Belém, comemore o Pará**. Belém: EDUFPA, 2008, p. 67-69.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar** – A aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 24.

Jornal **O Paiz** (RJ) – ed. 9161 – 03.11.1909.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes:1997, p. 52.

PINON, Pierre. L'haussmannisation: réalité et perception en Europe. In: LORTIE, A. (Ed.), **Paris s'exporte**: architecture modèle ou modèles d'architectures. Paris: Pavillon de l'Arsenal-Picard, 1995.

RIBEIRO, De Campos. Vozes da rua. In: MARANHÃO, Haroldo. **Pará, Capital: Belém**: memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade. Belém: Supercores, 2000.

SANTA ROSA, Henrique. O comprar e o vender. In: MARANHÃO, Haroldo. **Pará, Capital: Belém**: memórias & pessoas & coisas & loisas da cidade. Belém: Supercores, 2000.

TOCANTINS, Leandro. **Santa Maria de Belém do Grão-Pará**: instantes e evocações da cidade. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1963, p. 289-290.



PATRIMÔNIO E TURISMO NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM EM DISPUTA

Silvio Lima Figueiredo¹



1. INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Belém é um dos centros mais importantes do País e também um dos mais diversos. Apresenta um conjunto de bens patrimoniais que se destaca pela quantidade de casarios coloniais portugueses, muito embora a presença de edificações de outros períodos também seja identificada, principalmente das décadas do século XX e construções mais contemporâneas. Essa característica faz com que o centro histórico, principalmente os bairros da Campina e Cidade Velha, seja hoje em dia uma misto de residência, área de lazer, área turística e fronteira de especulação imobiliária, uma vez que, apesar do “abandono” parcial que os bairros aparentam, simbolicamente estão situados nas origens da cidade, da elite local e da população ribeirinha.

Os dois Bairros, próximos ainda da baía do Guajará, encerram as projeções de espaços prazerosos e apaziguadores, com orla, vista

¹ Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da UFPA. Doutor em Comunicação (USP) com estágio Pós-Doutoral em Sociologia pela Université René Descartes – Paris V, Sorbonne. Pesquisador do CNPq.

para a baía, e proximidade da brisa da baía, o que os torna locais de disputa entre os diversos agentes interessados. Essa disputa vai resultar na constituição de um campo social bastante complexo, abordado de forma preliminar no presente texto.

A noção de campo social tomada neste estudo, e nas pesquisas realizadas por nós no *locus* em questão, diz respeito à abordagem que Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989), sociólogo francês, propõe aos estudos das formas sociais. Nesse sentido, ele servirá para conduzir o raciocínio e a interpretação dos dados, embora adaptado para a realidade local, expressa na origem colonial da região.

As representações do Centro Histórico de Belém são diversas, por seus moradores e pelos visitantes. O centro histórico, principalmente as áreas relacionadas aos bairros da Cidade Velha e Campina, é identificado em diversos estudos, e por diversos discursos da sociedade, incluindo a mídia corporativa e produção cultural, como área representativa da cidade e referência cultural para construções identitárias. A relação entre as políticas públicas para esses bairros e suas representações e usos demonstram problemas de ordens diversas, da preservação dos prédios à segurança dos moradores.

As principais intervenções nos bairros até agora não conseguiram tratar da sua preservação e do seu uso expandido. O “abandono” dessas áreas remete à importância do turismo para auxiliar a conservação ou reverter danos, com possibilidades de geração de renda para os moradores. Este ensaio apresenta a relação dessas áreas com o fenômeno do turismo e do lazer, a partir das suas intervenções históricas e de pesquisa de campo realizada entre 2017 e 2018. Os resultados mostram a disputa de agentes na definição dos usos dessas áreas e a possibilidade de o

turismo ser usado como “desculpa econômica” de gentrificação do centro histórico.

2. AS RELAÇÕES ENTRE PATRIMÔNIO E TURISMO

Ideias sobre patrimônio e turismo são recorrentes no mundo atual muitas vezes pela importância que bens patrimonializados ganham para a atividade turística, como atrações importantes no meio urbano ou rural, muitas vezes pela necessidade de valorização econômica desses bens a fim de financiar sua própria preservação pela visitação.

O processo de patrimonialização da cultura e da natureza é atualmente bastante debatido, muitas vezes por ser um processo polêmico e discutível, outras vezes por ser um artifício importante para que o bem não se perca.

Como conceito moderno, cunhado nas mudanças do mundo medieval para o mundo moderno, pós revoluções burguesas, o século XX foi o mais profícuo à consolidação do conceito e, aliado a isso, à criação de normalizações e práticas no âmbito da preservação e da conservação desses bens. A criação da UNESCO em 1946 é um marco decisivo na institucionalização do processo e, com ela, diversas reuniões e encontros foram promovidos para dar conta das normatizações, com cartas, monções e outros documentos que organizavam a proteção e circunscreviam a noção do que é e pode ser considerado patrimônio.

No Brasil, a criação do IPAN, hoje IPHAN, muito em cima das proposições de Mario de Andrade, foi decisiva para a criação da lei de proteção do patrimônio artístico nacional, na década de 30 do século XX. Assim, as principais notas de ajustes para a criação

do processo de patrimonialização foram lançadas, e noções de Tombamento e Registro foram inseridas no complexo processo, tendo em vista a ampliação do conceito, a inclusão do que viria a ser o Patrimônio Cultural Imaterial e a diversificação dos bens tombados.

Essa observação encerra a ideia de que era necessário desvincular a noção de patrimônio dos bens restantes da colonização do novo mundo pelas elites, no caso brasileiro. A maior parte dos bens tombados no Brasil representava casarios, palacetes, igrejas etc. permanecidos da colonização portuguesa e do resto da Europa e de edificações das classes altas.

Atualmente a patrimonialização é entendida como um processo mais amplo, no qual a cultura e a natureza ganham significados especiais, que merecem ficar para as gerações futuras (GARAT; GRAVARI-BARBAS; VESCHAMBRE, 2008). Durante o processo são asseguradas as formas de manter o bem cultural, e, portanto, garantir que ele não seja ameaçado de desaparecimento e a noção de Referência Cultural constitui o principal elemento caracterizador do processo (FIGUEIREDO *et al.*, 2012).

Assim, a ideia que restará é exatamente que tipo de item, de bem, material ou imaterial, pode ser considerado digno de ser transmitido à posteridade (POULOT, 2010). Alois Riegl é um dos primeiros que analisa a criação do conceito de monumento na modernidade, atentando para a possibilidade de valoração do bem e sua transformação em monumento (RIEGL, 2003). Outros conceitos modernos, principalmente europeus, muitas vezes acolhem a ideia inicial de Riegl (DESVALLÉES, 2000; GONZÁLEZ-VARAS, 2008; RAUTENBERG, 2008; HEINICH, 2009), e nos informam algumas características: a) a especificidade e o caráter especial do bem (interpretação de fenômenos, manifestações, objetos, lugares

e saberes como especiais, imbuídos de significado especial não corriqueiro, sagrado ou não cotidiano); b) a noção de raridade e unicidade (caracterização das obras materiais e imateriais como raras ou únicas dizem respeito à sua característica de especial e à pouca frequência de sua ocorrência); c) beleza (totalmente arbitrária, por muito tempo associada às noções estéticas ocidentais); d) documento testemunho (legado à memória coletiva, são testemunhos de acontecimentos históricos ou situações importantes); e) originalidade (elementos atípicos fazem do bem um exemplar de destaque); e finalmente f) identidade (a importância de um bem cultural em representar um grupo ou comunidade) (FIGUEIREDO et al., 2012).

Além dessas características, são acrescentadas as noções de herança, elemento importante que passa de geração à geração, e de referência cultural, que diz respeito à escolha, pela comunidade, o que são suas referências para se constituírem como grupo e quais aquelas que devem ser preservadas. Rautenberg (2008) observa que desde o início desses processos no mundo ocidental e, principalmente no século XX, é criada uma verdadeira “indústria patrimonial”, associada a políticas culturais que estruturam um determinado tipo de consumo cultural. Assim, é importante transformar os bens em patrimônio, uma vez que a valorização é potencializada, inclusive com a possibilidade de incrementar os elementos da conservação cultural. Isso não retiraria obviamente as características de referências culturais dos bens.

É nesse processo que o patrimônio pode virar atração turística. Ele pode vir a ser um potente atrator de visitantes (moradores do local ou turistas). A transformação do patrimônio em atração não segue sem problemas notórios, principalmente a massificação das

visitas, gerando transtornos para os moradores da circunvizinhança do bem, como também a supervalorização das áreas do entorno, dificultando a permanência dos antigos moradores e a expulsão destes, muitas vezes quando o processo é acompanhado de intervenções urbanas de alto impacto.



Figura 1: Rua Santo Antônio, em Belém, Bairro da Campina, 2018 (foto de Bruno Gusmão)

Nesse sentido, as relações entre patrimônio e turismo encerram, por um lado, a dimensão daquele como referência cultural, como tentativa de preservação do anacrônico no moderno, com evidentes relações com o mercado, mas não necessariamente.

As relações do patrimônio com o mercado, socialmente enraizadas, são evidentemente caracterizadas com o uso do patrimônio pela indústria cultural, de um lado, e o uso turístico, de outro, embora esses lados estejam em completa interconexão.

O patrimônio então produz “patrimônios”, recursos e atrações que estimulam a atividade turística, essa se alimenta de atrações, que motivam as pessoas a viajarem.

O turismo tem nascimento bem marcado, a palavra é usada inicialmente em 1838 (Touriste) em *Mémoires d'un Touriste* – livro do escritor francês Stendhal. Em 1841 foi organizada uma viagem de trem por Thomas Cook, na Inglaterra, marcando o início das atividades econômicas aliadas ao ato de viajar (FIGUEIREDO; RUSCHMANN, 2004; FIGUEIREDO, 2010), uma vez que a organização do “pacote turístico” exprime doravante a principal forma de viagem que irá ocorrer durante a segunda metade do século XIX até o início dos anos 2000 do século XXI, com a entrada da autogestão da viagem facilitada principalmente por aplicativos de computador e smartphones (FIGUEIREDO, 2012).

O turismo pode ser considerado como a viagem em busca de lazer e se ampara nas facilidades para os deslocamentos e visitação. Os conceitos de viagem e turismo estão presentes na maior parte dos textos fundamentais para a compreensão da sociedade ocidental, alguns dos quais representam um marco não só para a Literatura, mas também para a História e a Antropologia. São muitas as interpretações dessas duas categorias que ora se aproximam,

ora se distanciam. Suas análises estão repletas de clichês como: o turismo gera desenvolvimento; o turismo é atividade econômica que dinamiza o setor produtivo e as comunidades; e, relacionado a isso, o turismo gera emprego e renda. Sob essa premissa, o Turismo na maioria das vezes é entendido como meio para atingir algo; portanto não sendo fim em si mesmo, como prática social.

3. A CONFIGURAÇÃO DOS BAIRROS PARA O LAZER, A CULTURA E O TURISMO E A DISPUTA DOS DIVERSOS INTERESSES

A partir de diversas pesquisas realizadas durante os anos de 2000 até o momento (FIGUEIREDO, 2008; FIGUEIREDO, 2016; FIGUEIREDO et al., 2016; FERREIRA JUNIOR; MARIN; FIGUEIREDO, 2017; FIGUEIREDO; BOUTTEVILLE, 2017; FIGUEIREDO, 2018), foi possível perceber contextos e cenários dos patrimônios da cidade de Belém e do Estado do Pará, prédios históricos, museus, festas populares como o Círio de Nazaré, comparações com festas de outras regiões da Sul-América, etc. A partir de ação específica no Projeto Circular (projeto que mapeia as iniciativas produtivas e culturas dos Bairros da Campina e Cidade Velha, com o objetivo de divulgar e fomentar a efervescência dos bairros) e do desenvolvimento de Projeto de Turismo para essas ações, foi possível realizar pesquisa entre os moradores da Campina e da Cidade Velha (FACTOR, 2016).

O Centro Histórico de Belém passou por uma série de ressignificações durante o século XX. Todas elas culminaram com a inauguração, em 2000, da Estação das Docas e do complexo Feliz Lusitânia (FIGUEIREDO, 2008) pelo Governo do Estado. A justificativa dessas intervenções é o turismo, no entanto estudos de Castro e Figueiredo (CASTRO; FIGUEIREDO, 2013) apontam

para a ausência quase total de planejamento do turismo nesses espaços, mesmo durante sua implementação e a sua gestão. Por outro lado, de 1997 a 2004, houve a proliferação de ações culturais da prefeitura. As ações conjuntas Fumbel e Belemtur, fundação cultural e empresa de turismo, recriadas ou reorganizadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (1997 a 2004) promoveram práticas sociais, artísticas, culturais e turísticas por muitos espaços do Centro Histórico de Belém, como a reforma do Ver-o-Peso, as serestas na Praça do Carmo, as ações na Praça da República e na Praça da Sé, entre outras, que fizeram o centro histórico voltar a pulsar, embora áreas da Campina, onde está o comércio, tenham sido pensadas apenas como reforma dos espaços físicos e rearranjo conflituoso dos camelôs.

Atualmente, esses bairros passam por problemas relacionados à segurança e a certo esvaziamento por setores da sociedade, uma vez que as camadas populares continuam a utilizá-los como comércio. As residências abundantes permanecem, sob o signo da insegurança, e nesse sentido percebem o problema desses bairros ligados somente à violência. Mais recentemente, muitos moradores ligados à produção cultural fixaram residência nesses espaços, e assim criaram em seus lares espaços alternativos de cultura, nas chamadas ocupações culturais (artistas e coletivos culturais) e casas de cultura e casa de artes.

O Centro passa por ameaças constantes que dizem respeito à especulação imobiliária, principalmente com aumentos de gabaritos e construção de prédios e ameaças de uma visão antiquada do turismo, que geraria gentrificação evidente. Os projetos apresentados até então pelo governo do Estado, na gestão que findou em 2018, como o chamado Polo Gastronômico, evidenciam

a tentativa de instalar nesses espaços um modelo arcaico de turismo, ainda presente em muitos planejadores públicos aliados do grande capital. Esse modelo se relaciona com a ideia de centro histórico sem morador, e de centro histórico para elites, como cenário para atividades de lazer controladas e destinadas a essas classes, baseadas em consumo em restaurantes e bares, lojas de souvenirs, e outros serviços.

O problema é que não há, em Belém, um desenvolvimento de turismo tradicional que justifique essas ações. Os dados atuais brasileiros, por exemplo, demonstram queda nos fluxos de turismo do Brasil, com perda de postos de trabalho e muito prejuízos. Além da redução de voos² e Belém e o Estado do Pará obviamente acompanharam essa tendência, muito em função da crise política instalada, sem esquecer que nunca chegaram aqui grandes fluxos de turistas. Nesse sentido, o turismo seria uma desculpa para a reforma do centro histórico para uso das classes mais altas moradoras da cidade.



Figura 2: Parte do Forte do Castelo, Forte do Presépio, com casario ao fundo (foto de Silvio Figueiredo, 2018).

² Segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, em 2016 e 2017 o setor turístico sofreu 157 bilhões de reais em prejuízos, com 7.000 estabelecimentos fechados em 2 anos, redução de voos e 13.500 postos de trabalho fechados.

4. PERFORMANCES URBANAS

Centro Histórico de Belém - Zoneamento de Práticas Socioeconômicas e Culturais



Figura 3: Centro Histórico de Belém – zoneamento de práticas socioeconômicas e culturais

Os bairros da Campina e Cidade Velha em Belém vivem hoje com uma complexa conformação, com residências de classes média, média baixa e pobres, comércio de diversos tipos, portos e trapiches, casas noturnas, bens culturais patrimonializados,

museus, repartições públicas, equipamentos turísticos, etc. (ver Mapa 1 e fotos 1, 2 e 3).



Figura 4: Parte da calçada do Ver-o-Peso, perto do Mercado, onde os barcos atracam. (foto de Pedro Paulo Franco, 2008).

É lá que uma parte significativa do Círio de Nazaré ocorre, a principal festa dos paraenses, reconfigurando esses espaços completamente. A presença dos brinquedos de Miriti, o arrastão do círio, o auto do círio e outras manifestações ocorrem em função da festa no segundo domingo de outubro, todos os anos.

Como palco do carnaval de rua, a atual Liga dos Blocos do Bairro da Cidade Velha, formada por 19 blocos, leva mais uma disputa para as áreas históricas. A polêmica sobre a utilização de trios elétricos, ora proibidos (IPHAN), ora liberados (justiça), coloca novos atores no processo. E novos usos.

A grande presença de Igrejas faz com que muitos casamentos das classes média e média alta sejam realizados ali, tomando com automóveis grande parte das ruas e calçadas.

O que fica para seus moradores e para as classes populares que utilizam cotidianamente esses espaços? E as performances urbanas políticas em espaços públicos desses bairros o que significariam?

O drama social dos encontros e as situações da copresença indicam performances urbanas produzindo espaços sociais no Centro Histórico de Belém. Os moradores, transeuntes, poucos turistas, jovens em busca do lazer das casas noturnas e bares, trabalhadores, apresentam-se, performaticamente, na rua, na praça e em diversos locais públicos, representativos de práticas aparentemente divergentes, as práticas cotidianas, o lazer e a política (FIGUEIREDO, SARÉ, 2014, FIGUEIREDO, 2018).

O patrimônio expresso no Centro Histórico de Belém, material e imaterial, em conjunto com seus agentes, moradores e visitantes, produzem uma espécie de estética-política das ruas no Brasil atual, sendo o lugar da efervescência de novas formas de ação política e de ocupações transfiguradas em sentidos múltiplos (BORDREUIL, 2005).

As ruas de espaços patrimonializados são a fusão das práticas híbridas que indicam a intersecção entre o patrimônio, o turismo, a festa e o trabalho. O Centro Histórico de Belém observa a entrada de novos agentes-atores na conformação desse espaço: os empresários especuladores, as incorporadoras e grandes construtoras, a elite paraense que busca por espaços onde possa obter lazer e demonstrar ócio conspícuo em paz, sem ser atormentada pela realidade do local. A disputa que se instala é entre a diversidade de usos e práticas para a uniformização da padronização cultural.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão podemos deixar algumas ideias para ajudar a compreender o centro histórico em Belém. O centro do debate abordado aqui, a relação do patrimônio e o turismo, passa pelo entendimento de que é preciso uma mudança de entendimento

de qual turismo é importante para o lugar: o turismo da alternativa econômica ou o das trocas culturais, uma prática performática inscrita no cotidiano e ao mesmo tempo no ritual? É possível que o turismo seja incentivado pelo seu valor intrínseco: lazer com conhecimento e transformação ou um turismo como prática total?

As arenas de negociação dos agentes em disputa, em polos divergentes, não podem ser usadas para legitimar as táticas e artifícios para beneficiar o empresariado. A geração de renda e emprego é importante, mas os ganhos do empresariado sempre ficam em primeiro plano. “Centros históricos” devem ser sentidos em primeiro lugar pelas comunidades que neles habitam ou que se referenciam neles. As áreas centrais das cidades e suas diversificadas representações podem promover importantes reconexões simbólicas com os moradores da cidade, com ou sem turistas.

Onde estará o centro histórico na Belém que se constrói pela disputa de seus agentes? Como estará configurada daqui a alguns anos a parte da cidade que tem apresentado, simbolicamente, a identidade dos seus moradores, principalmente das classes populares que frequentam os bairros, das classes médias que formam opinião e das elites que as referenciam? Uma disputa entre o diverso e o único.

6. REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1989.

BORDREUIL, S. La rue sociable. Formes élémentaires et paradoxes. In: BRODY, J. (Dir.). **La rue**. Toulouse: Presses Universitaires Mirail, 2005. p. 239-249.

CASTRO, C.; FIGUEIREDO, S. L. Turismo, políticas públicas e espaços públicos urbanos: a Estação das Docas em Belém, Pará. In: AZEVEDO, F. F.; FIGUEIREDO, S. L.; NÓBREGA, W.; MARANHÃO, C. **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013.

FACTUR. **Relatório do Projeto de Extensão Turismo e Centro Histórico de Belém**. Belém: UFPA, 2017.

FERREIRA JUNIOR, A.; MARIN, R. A.; FIGUEIREDO, S. L. ¡Ahí Vienen los Diablos! Narrativas e espaços de performance em um ritual de rebelião patrimonializado. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, v. 4, p.103-122, 2017.

FIGUEIREDO, S. L. **Viagens e Viajantes**. São Paulo: AnnaBlume, 2010. v. 1. 328 p.

FIGUEIREDO, S. L. O campo do lazer, festa e política nos espaços públicos urbanos. In: BAHIA, M. C. (Org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: Naea, 2018, v. 1, p. 151-162.

FIGUEIREDO, S. L. Círio de Nazaré, festa e paixão. In: ROLNIK, R; FERNANDES, A. (Org.). **Cidades** - Coleção Ensaios Brasileiros Contemporâneos. 1ed.Rio de Janeiro: Funarte, 2016, v. 1, p. 219-234.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional**. Belém: NAEA/UFPA, 2008, v. 1, p. 105-121.

FIGUEIREDO, S. L.; BOUTTEVILLE, M. S. Le témoin qui bouleverse : notes sur les mouvements artistiques du Círio de Nazaré. **Degres- Revue de Synthèse a Orientation Semiologique**, v. 1, p. 57-66, 2017.

FIGUEIREDO, S. L.; NOBREGA, W. R. M.; BAHIA, M. C.; TAVARES, A. E. P. . Planificación y Gestión de las Visitas al Patrimonio Natural

y Cultural y a los Atractivos Turísticos. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 21, p. 355-371, 2012.

FIGUEIREDO, S. L. CHRISTIN, Rodolphe. Manuel d'antitourisme. Paris: Éditions Yago, 2008. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, p. 353-361, 2012.

FIGUEIREDO, S. L.; RUSCHMANN, D. V. M. Estudo genealógico das viagens, dos viajantes e dos turistas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 7, p. 155-188, 2004.

FIGUEIREDO, S. L.; SOUZA JUNIOR, J. M. R. E.; MIRANDA, E. A.; FARIAS, K. S. S.; FERREIRA JUNIOR, A.; SILVA, A. C. S.; OLIVEIRA, B. A. M. **Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil**. Belém: Naea, 2016. v. 1. 220 p.

FIGUEIREDO, S. J. L.; SARE, L. L. P. Usos e práticas do lazer e dos tempos livres: do consumo à procura pela felicidade. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, v. 1, p. 148-164, 2014.

GARAT, I., GRAVARI-BARBAS, M., VESCHAMBRE, V. Préservation du patrimoine bâti et développement durable : une tautologie ? Les cas de Nantes et Angers. **Développement durable et territoires**. Dossier 4 : La ville et l'enjeu du Développement Durable, mis en ligne le 03 mars 2008. URL: <http://developpementdurable.revues.org/4913>.

HEINICH, N. **La Fabrique du patrimoine**. Paris: EMSH, 2009.

POULOT, D. **Patrimoine et musées, l'institution de la culture**. Paris : Hachette, 2010.

RAUTENBERG, M. Du patrimoine comme oeuvre au patrimoine comme image. In : NEMERY, J. C., RAUTENBERG, M., THURIOT, F. **Stratégies indentaires de conservation et de valorisation du patrimoine**. Paris : L'Harmattan, 2008.

RIEGL, A. **Le culte moderne des monuments**. Paris : L'Harmattan, 2003.



FLUXOS EPISÓDICOS NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM: circuito cultural e de lazer nos bairros da Cidade Velha, Campina e Reduto

Nickolas de Sousa Pinheiro¹

Rebeca Barbosa Dias²

Ana Carolina de Miranda Tavares³

Lícia Maria Nascimento Santiago⁴

Luiz de Jesus Dias da Silva⁵



1. INTRODUÇÃO

Este capítulo tem o objetivo de discutir os fluxos episódicos que ocorrem no Centro Histórico de Belém do Pará, observando o circuito cultural e de lazer nos seus bairros componentes ou de outro modo lançar olhar sobre a complexidade das experiências parciais de determinados grupos em relação ao usufruto dos

¹ Arquiteto e Urbanista (FAU/UFPA).

² Arquiteta e Urbanista (FAU/UFPA).

³ Arquiteta e Urbanista (FAU/UFPA).

⁴ Arquiteta e Urbanista (FAU/UFPA).

⁵ Arquiteto e Urbanista (UFPA), Doutor em Antropologia Urbana (PPGSA/UFPA), Mestrado em Arquitetura (PROArq/UFRJ), Professor Associado da FAU/ITEC/UFPA.

centros históricos. O consumo da cultura na cidade de Belém sempre teve suas lacunas expostas. Seja por falta de incentivo institucional aos artistas e às iniciativas culturais, seja pela absorção de um comportamento produtivista que aparta os indivíduos das atividades de fruição. Desse modo, percebeu-se a necessidade do estabelecimento mais amplo do contato da população com a cultura e a arte (SILVA, 2015, p. 2).

O circuito cultural e de lazer em Belém revela uma tendência a se tornar cada vez mais consistente. Fazem-se notórias a variedade e a qualidade dos eventos e iniciativas idealizadas por coletivos, associações, produtoras de renome, ou mesmo grupos independentes. A cultura local está novamente em voga, como pode ser observado na mídia (novelas, programas de TV, indústria fonográfica etc.). No decorrer do estudo, foi possível observar que as iniciativas de cultura e lazer têm endereço e destinatários específicos. Além disso, é importante considerar a cartografia dessas atividades, a partir de questionamentos que elucidem a escolha, proposital ou não, dos bairros históricos como palco desses novos fluxos.

No entanto, observa-se a importância de diferenciar a cidade que “é” da cidade que “está”. Ou seja, a cidade do cotidiano não é a mesma cidade vivida pelos participantes desses eventos e frequentadores desses espaços de lazer. Trata-se de um fluxo transitório, vivido mensalmente, ou em turnos específicos. Disso se ocupa este trabalho, ou seja, lançar um olhar sobre a complexidade das experiências parciais de determinados grupos em relação ao usufruto dos centros históricos. Em linhas gerais, a Belém boêmia, foliã e erudita é apenas uma pequena parte da realidade da cidade, todavia altera significativamente as dinâmicas espaciais e a paisagem urbana.

A escolha dos objetos de estudo e da tessitura deste capítulo advém de um debate cada vez mais recorrente sobre as tendências culturais e de lazer que estão em voga na cidade de Belém do Pará. Seriam esses processos naturais ou forçados? Os atores sociais envolvidos nesses fluxos espasmódicos concebem a ideia de que fazem parte de um processo que tem reais impactos sobre a cidade? A partir desses questionamentos, pondera-se a viabilidade de manutenção dessas atividades, a importância dessas para o contexto local, e, sobretudo, reflete-se sobre o caráter democrático desses fluxos. Dentro de tais eventos, a cidade é permeável a todos? São reflexões que o texto provocará e pretende contribuir para a obtenção de respostas.

2. A CIDADE DO COTIDIANO

O centro histórico da cidade de Belém é composto pelos bairros da Campina, da Cidade Velha e do Reduto. Esta área detém um acentuado contingente de usos habitacionais, ocupados por camadas de renda média e baixa, alguns são descendentes de famílias tradicionais da cidade. Segundo fontes do CENSO 2010 (IBGE, 2010), o Centro Histórico de Belém (CHB) possui uma população residente de cerca de 29.912 habitantes. O CHB pode ser caracterizado por abrigar, além de habitação, atividades administrativas importantes e também por apresentar uma significativa concentração de atividades econômicas, especialmente, de comércio e serviço, direcionadas para o mercado popular, contribuindo para que nesse território haja uma elevada circulação de pessoas e mercadorias durante o dia. No entanto, durante a noite, esses bairros assumem outra dinâmica e o fluxo de pessoas diminui significativamente deixando as ruas desertas e soturnas, fazendo com que aumente a vida boêmia, mas

também a criminalidade e seja possível desenvolver atividades ilícitas, tais como a prostituição muito presente nas ruas lúgubres do Reduto e da Campina.

[...] Durante a semana o centro é bastante movimentado e agitado devido às lojas e empresas de serviços diversos, nos finais de semana, aquele espaço se transforma, em alguns momentos, em um ambiente hostil, pois o fluxo de pessoas é reduzido e a alta criminalidade contribui para este aspecto. [...] (SILVA, 2015, p. 10)

Diante disso, é possível compreender que os atores sociais inseridos no cotidiano desses bairros, sendo moradores ou empreendedores, estão diretamente relacionados com as atividades ali desenvolvidas no dia a dia, divergindo dos participantes desses eventos episódicos, tais como o projeto circular, os bares ali inseridos e o carnaval, por tratarem-se de um público de classe média e alta, que não possuem o hábito de frequentar esses espaços em seu âmbito natural.

3. O ATRATIVO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

Sabe-se, pelo senso comum, que as cidades em nível mundial, sofreram um processo de descentralização que se difundiu a partir do século XX (SOUZA, 2013 p. 19). Esse trouxe como principal impacto aos centros históricos o fato de esses espaços deixarem de ser os mais povoados da cidade, reunindo residentes de classes sociais menos abastadas em sucessão a outras classes de maior poderio econômico que ficou em um passado longínquo e acumulando degradação do ambiente construído. Momento no qual passam a configurar uma “periferia” na centralidade, como também afirma

Souza (2013, p. 42), dessa maneira também foi esquecido, tanto pelo poder público quanto por grande parte da população.

A era da globalização, na contrapartida do seu caráter homogeneizador, trouxe de volta uma busca por identidade, uma necessidade de pertencimento a um lugar e a uma cultura. Como explica Bomfim:

Na era da globalização as cidades se ressignificaram, o local não se dissolveu no global, muito pelo contrário, começou-se a fazer referência à cidadania como certa relação de apego com a cidade, que se converte assim em um potencial espaço simbólico de construção de cidadania, um espaço físico, um lugar que é uma 'trincheira de identidade' (BOMFIM, 2007, p.25)

As edificações históricas também são de valor fundamental nesse aspecto simbólico que difere esses bairros pioneiros de outros em núcleos urbanos. Essas, além de funcionarem como marcos (LYNCH, 1960, p. 12), como a própria Igreja da Sé, na Cidade Velha, cujas torres podem ser vistas de vários pontos locais do bairro e até mesmo da cidade, também são responsáveis por trazer um caráter exótico à região. Outro aspecto importante de ser analisado é a forma que a morfologia do bairro funciona como um fator de atratividade e acaba por influenciar a maneira como as pessoas utilizam e se apropriam do lugar. Os bairros do CHB incentivam o ato de caminhar, pelo fato de as ruas serem estreitas e as edificações não possuírem afastamentos laterais e frontais, o que faz com que a escala seja mais próxima do pedestre, e não adequada para o veículo; desse modo as pessoas podem se locomover entre vários lugares sem precisar percorrer grandes distâncias sendo mais um atrativo ao CHB.

4. ESTUDOS DE CASO

4.1 Espaço Cultural Ouriço Arte Bar

Localizado no bairro da Campina, o Espaço Cultural Ouriço Arte Bar tem suas instalações em um dos principais casarões do Largo das Mercês. O espaço reúne diversas obras de artistas locais e conta com atrações da música popular brasileira. Por se tratar de um bairro com poucas residências, as ruas passam a ficar desertas após o horário comercial.



Figuras 1 e 2: Fachada do bar Ouriço e Praça das Mercês ocupada por mesas e cadeiras do bar.

Fonte: À esquerda, página do estabelecimento, disponível em <https://facebook.com/ouricoartebar/>. À direita, Hygor Lisboa, disponível em <https://www.instagram.com/p/BpKm6wFgCpn/>

Após o grande sucesso das atividades do bar, a Praça das Mercês se tornou um novo ponto de lazer noturno – intenso, agitado e lotado. Assim, foi necessária a instalação de guarda-corpos para delimitar a área correspondente ao Ouriço, pois se tornou inviável abarcar aquele contingente. Desse modo, vendedores ambulantes de bebida e comida perceberam que ali havia uma clientela em potencial, e, assim, passaram a ocupar numerosamente a praça e a vender produtos por um preço muito mais atraente.

Os fatores negativos desse tipo de ocupação são nítidos. Um destes é a colocação de mesas em um dos passeios do Largo das Mercês, obstruindo a circulação de transeuntes. De acordo com o decreto municipal nº 26.578/94, em seu artigo nº 55, é necessária a aquisição de uma licença expedida pela Secretaria Municipal de Economia (Secon) para que os donos de estabelecimentos comerciais possam ocupar, no máximo, 2/3 da calçada, sendo o restante obrigatoriamente destinado ao tráfego de pedestres. Não é possível afirmar se o Ouriço possui esta licença, mas atesta-se que o bar ocupa mais de 2/3 da calçada. Outro fator negativo diz respeito à conservação dos prédios históricos do entorno. Por conta da quantidade insuficiente de banheiros no estabelecimento, combinada à ausência de banheiros químicos que atendam às demandas do grande contingente de pessoas na praça, muitas pessoas acabam urinando na fachada destes edifícios, o que pode ocasionar deterioração química de determinados materiais construtivos.

O perfil dos frequentadores e funcionários pouco muda, guardando uma estatística visível: a maioria são jovens brancos de classe média. Privilégios de classe e cor são explicitados de maneira dramática, pois as comuns abordagens policiais no entorno, em seus discursos criminalizante, higienizante e segregador, pouco atingem os frequentadores do bar, e têm como alvo direto os “desviantes” que têm o Largo como espaço de sociabilidade, muito antes da fixação de estabelecimentos como o Ouriço.

O capítulo, todavia, não busca invalidar a existência e a importância deste espaço cultural, pelo contrário, celebra iniciativas similares de abrigar e divulgar a cultura local. Objetiva-se revelar, no entanto, as contradições existentes nesses espaços, explicitando a atuação de determinados grupos sociais como indivíduos que

contribuem ativamente nas novas conformações de fluxos e espaços na cidade, de maneira nociva ou não.

4.2 Projeto Circular

O Projeto Circular Campina-Cidade Velha foi idealizado pela produtora cultural Makiko Ako e teve sua primeira edição em 2013 a partir da percepção de seus organizadores sobre a necessidade de revalorizar e ocupar os bairros do CHB, além de fomentar a economia criativa. Para tanto, a estratégia utilizada foi de articular uma série de atividades culturais e artísticas em diversos estabelecimento e espaços públicos nos bairros da Campina, Cidade Velha, Reduto e Nazaré (ainda que haja uma maior concentração de atividades nos dois primeiros). O evento acontece em um domingo a cada dois meses e não conta, a princípio, com investimentos políticos ou de órgãos públicos, mas apresenta parceria com a Polícia Militar do Estado do Pará e com o Sistema Integrado de Museus (SILVA, 2015, p. 7).

No início, o Projeto Circular contava com apenas seis espaços, porém, com o passar dos anos, novos locais foram adicionados ao mapa do evento e, atualmente, ele conta com a participação de 29 estabelecimentos, mas em franco crescimento, sendo a grande maioria de iniciativa privada. A programação e o mapa do evento são divulgados em meio digital (no *Facebook* e no *site* do Projeto Circular), o que colabora para que haja um alcance maior na sua divulgação e no número de pessoas participando do evento.

Apesar de a maior parte dos estabelecimentos participantes do Projeto Circular serem privados, há uma predominância de atividades gratuitas e abertas ao público geral, o que contribui para que o projeto abarque diferentes extratos sociais. Além das atividades em locais fechados, também ocorrem eventos ao ar

livre, em especial roteiros guiados que buscam passar por locais de importância patrimonial em Belém e adentrar na história e memória desses lugares. Dessa forma, o Projeto Circular acaba exercendo uma educação patrimonial ao contar e valorizar a história de Belém.

O Projeto Circular vem buscando causar uma alteração nos fluxos nos bairros do centro histórico e, dessa forma, mudar a maneira como as pessoas percebem esses espaços, criando um sentimento de pertencimento e de responsabilidade com o patrimônio material e imaterial de Belém, além de fomentar a produção artística e cultural local

4.3 O Carnaval na Cidade Velha

Apesar de ser um evento episódico, o carnaval na Cidade Velha já possui uma tradição de 26 anos (DANIEL, 2018) e é responsável por importantes mudanças no bairro durante seu período de efervescência. Acontece apenas nos finais de semana, iniciando no primeiro fim de semana do mês de janeiro e se estendendo até o último antes do carnaval.



Figura 3: Rua Dr. de Assis durante a passagem do bloco da Pump.

Fonte: Lícia Santiago, 2018.

Nas ruas estreitas do bairro, milhares de foliões se deslocam seguindo o percurso dos blocos que partem da Praça Frei Brandão, seguindo pela rua Dr. de Assis e se dispersando na Praça do Arsenal. Além do percurso oficial, também se observa intenso movimento nas ruas adjacentes ao trajeto; nestas o fluxo de veículos também é interrompido durante as horas em que os blocos passam, um total de treze ruas são fechadas. Desse modo, a privação do direito de ir e vir se torna uma forte reclamação dos moradores da região.

Visando diminuir esses efeitos negativos, algumas medidas foram tomadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (SEGUP), em conjunto com moradores do bairro e Liga de Blocos da Cidade Velha. Para a questão do fechamento das ruas, foi proposto um estacionamento privado para os moradores onde vão passar os blocos. Outra reclamação comum, não só de moradores como também de foliões e visitantes, é a falta de segurança na área; são comuns os relatos de furto ou até mesmo de roubo durante o percurso.

Os danos ao patrimônio histórico também são incontestáveis. As medidas adotadas para minimizar os efeitos consistem no uso da sonorização apenas na parte frontal e traseira dos carros, para não prejudicar a estrutura dos prédios com a pressão sonora lateral; além disso, a passagem de som passou a ser realizada na Praça do Relógio e não mais em frente à Igreja da Sé, também houve a instalação de guarda-corpos no trajeto percorrido pelos blocos. Porém, observou-se que a presença destes últimos se restringiu aos arredores da Igreja da Sé e da Igreja do Carmo, enquanto no restante do trajeto não existia nenhuma barreira entre o público e as edificações, até mesmo pela configuração estreita da via, durante a pesquisa de observação no campo. Logo, não foi difícil observar

cenar de depredação do patrimônio, como a de pessoas urinando em frente às casas, mesmo com a existência de 80 banheiros químicos durante o trajeto.

Por se configurar como um bairro residencial e cuja população se enquadra dentro de uma faixa etária mais elevada, a questão da poluição sonora também é levantada pelos moradores. Para evitar maiores transtornos, foi estabelecido que todas as atividades relacionadas ao pré-carnaval devem ser encerradas às dezoito horas, incluindo atividades com caixas de som nos veículos e bares das redondezas. Observou-se que, no ano de 2018, essa determinação foi cumprida, de forma que a polícia conseguiu encerrar todas as atividades no bairro por volta das dezenove horas. No ano de 2019, houve muita dificuldade para os blocos conseguirem utilizar os carros-sons nos desfiles carnavalescos, pois o IPHAN negou em seu parecer, devido aos impactos sobre os prédios históricos, o que resultou em sentença judicial impeditiva à sonoridade eletrônica, mas, no último dia de janeiro, a liga dos blocos conseguiu liminar permissiva para utilizar os minitrios elétricos, com intensidade sonora máxima de 60 decibéis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises traçadas acerca dos fluxos episódicos que vêm ocorrendo nos bairros no CHB, torna-se possível compreender que os movimentos ali desenvolvidos, tais como o Projeto Circular, os bares e o carnaval de rua, abrangem majoritariamente pessoas de classe média e alta, divergindo das atividades e de moradores e outros sujeitos que utilizam os serviços ali prestados, seja por meio do comércio ou do fluxo transeunte de muitos usuários.

As três frentes abordadas no estudo de caso mostram distintas peculiaridades em razão dos fluxos transitórios desenvolvidos. O projeto circular contribui diretamente para a valorização do centro histórico ao exercer uma educação patrimonial, adentrando na história e na memória dos lugares presentes no seu percurso; a inserção do Espaço Cultural Ouriço Arte Bar no Largo das Mercês proporciona a movimentação de um espaço público ao intensificar a circulação de pessoas na praça, dando um uso para este lugar, no entanto esse uso condiciona grupos sociais marginalizados que usufruem do espaço da praça como um ambiente de sociabilidade. O pré-carnaval na Cidade Velha modifica a vida dos moradores deste bairro ao interromper o fluxo de veículos, aumentar a poluição sonora e causar danos no patrimônio histórico ali presente, porém algumas medidas são preestabelecidas visando diminuir os impactos causados por este evento episódico, mostrando certo poder de conciliação.

Desse modo, os eventos analisados podem ser considerados redutos da boemia e atraem, em grande parte, jovens e adultos de classe média e alta, induzindo a novas formas de ocupação (ainda que eventuais) do CHB. O maior fluxo de pessoas possibilita que as ruas da região se tornem mais movimentadas, diminuindo, assim, a sensação de insegurança. De um modo geral, os eventos analisados ainda não contribuem para um processo de gentrificação no Centro Histórico de Belém, mas também não trazem melhorias de caráter estrutural nem investimentos do poder público para os bairros em questão e aquiescência dos moradores.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, CENSO, 2010.

BOMFIM, J. D. **Estudo geográfico do centro histórico e a sua integração sócio-urbana**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Salamanca, Espanha, 2007, p. 25.

DANIEL, Michelle. Blocos se reúnem para organizar carnaval da Cidade Velha. **Diário Online**, Belém, 09 nov. 2018. Disponível em: <https://www.diarioonline.com.br/entretenimento/cultura/noticia-554701-blocos-se-reunem-para-organizar-carnaval-da-cidade-velha.html>. Acesso em: 1 dez. 2018.

LYNCH, Kevin. **The image of the city**. Cambridge: The M.I.T. Press, 1960, p. 12.

SILVA, Haroldo Felipe Silva da. Projeto Circular: Ciberespaço, capital social e movimentos sociais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL COMUNICAÇÃO E CONSUMO, 5., 2015, São Paulo. **Anais do COMUNICON 2015**. São Paulo: Ppgcom Espm, 2015. p. 1-14.

SOUZA, D. M. Gestão de centros históricos: uma avaliação da política de requalificação urbana de Natal/RN. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Departamento de ciências humanas, letras e artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. p.19 - 42.



PEDRA DO PEIXE NO VER-O-PESO: Etnografia em um lugar simbólico no Centro Histórico da Cidade de Belém do Pará

Suelen do Nascimento Vieira¹

Luiz de Jesus Dias da Silva²



1. INTRODUÇÃO

O Complexo Ver-o-Peso é um marco histórico, patrimonial e sociocultural na cidade de Belém, desde a sua origem na terceira década do século XVII³, pelo advento da colonização portuguesa, até os dias atuais. O Ver-o-Peso exerce influência reflexiva no meio urbano, como ponto de centralidade, e interfere nas dinâmicas

¹ Autora é Arquiteta e urbanista formada pela FAU/ITEC/UFPA, tendo sido bolsista de iniciação científica (PIBIC) no projeto PRODOUTOR 2016, sob a orientação do professor Dr. Luiz de Jesus Dias da Silva.

² Autor é doutor em antropologia urbana (PPGSA/UFPA), Mestre em Arquitetura (PROArq/UFRRJ), arquiteto urbanista (FAU/ITEC/UFPA), Docente da FAU/ITEC/UFPA e Diretor da FAU/ITEC/UFPA (Biênio 2019-2020).

³ Com a fundação de Belém em 12 de janeiro de 1616, logo em seguida foi criada a casa do “Haver o Peso”, por volta de 1625, institucionalizada por ordem da coroa portuguesa como mesa fiscal arrecadadora, funcionando até meados de 1840 (Cruz, 1973).

sociais diárias, através da articulação de pessoas com os elementos de ordem material. No caso de Belém, de acordo com Silva (2016), os aspectos de centralidade histórico-cultural representados pelo seu Centro Histórico se referem às possíveis vantagens de sua posição na cidade, em função de seu uso e ocupação atual, mas que teve início logo após sua fundação, com ajuda da morfologia natural do terreno que propiciou a criação do primeiro ancoradouro da cidade.

Como aspecto histórico, Cruz (1973) informa que a Coroa portuguesa criou somente em 1625 o posto de taxaço de produtos denominado “Haver-o-Peso”, com o auxílio de sua representação local, que atentou para o controle de tudo o que era embarcado ou desembarcado na cidade, a fim de arrecadar recursos para os serviços públicos administrados pela Câmara de Belém, funcionando, antes disso, de modo informal.

Esse ancoradouro passou por um processo de ocupação do espaço, com a construção de trapiches rudimentares. De acordo com Barata (1973), a Ponte da Cidade foi um local de venda destinado ao pescado, construído em madeira regional e que chegou a funcionar concomitantemente ao posto do “Haver o Peso”, sendo este último oficializado em 1839 como o ponto de “ribeira do peixe fresco”. A Ponte localizava-se em área próxima à atual Pedra do Peixe, na lateral da doca do Ver-o-Peso. Esse ponto de comercialização do pescado destaca-se em sua atividade pela grandeza e complexidade existente na sua dinâmica, onde são envolvidos centenas de trabalhadores organizados na cadeia produtiva do pescado, juntamente com as atividades de apoio à comercialização.

As atividades realizadas na Pedra do Peixe influenciam fortemente a microeconomia local, ficando esta responsabilizada por receber esse gênero alimentício e distribuí-lo *in natura* para as

demais áreas da região metropolitana, através de seus mercados, feiras livres e supermercados. De acordo com a Secretaria Municipal de Economia (SECON), cerca de 70% do pescado comercializado na capital é proveniente da Pedra do Peixe, onde diariamente um número aproximado de 100 toneladas de vários tipos de pescado desembarcam na Pedra, contribuindo para que o Estado do Pará seja o segundo maior produtor de pescado do país.

Em períodos especiais como a Semana Santa, quando o consumo de peixe aumenta, a quantidade de pescado desembarcado na Pedra chega a dobrar. Com isso, de acordo com a SECON, são realizadas diversas ações pela Prefeitura de Belém e suas secretarias a fim de organizar e viabilizar esse processo de comercialização. Em 2016, o decreto municipal nº 85.105/2016, que dispõe sobre o controle de entrada e saída de pescado no Município de Belém, vigorou por 22 dias, estendendo-se inclusive para modificações no horário de funcionamento da Pedra do Peixe, que passou a funcionar de 00h à 7h da manhã, ou seja, uma hora a mais de comercialização em relação à legislação que prevalece fora desse período. Durante a madrugada, se compra e vende o pescado por atacado na Pedra; já no período da manhã, a comercialização se dá pelo produto no varejo dentro do Mercado de Ferro, caracterizando atividades não concomitantes.

É importante salientar que cada tripulação das embarcações que chegam para a comercialização do pescado, representa papel fundamental no dinamismo do Centro Histórico, já que estes indivíduos realizam compras no próprio Ver-o-Peso ou proximidades, atraindo novas modalidades de comércio. Para Silva e Rodrigues (2012) o Ver-o-Peso chegou ao século XXI como um complexo que manteve constante crescimento, reunindo hoje um conjunto de prédios, feiras e mercados, em ambiente de circulação

e aglomeração de pessoas onde ocorrem trocas e demais relações sociais com toda sua dinâmica sociocultural simbólica à cidade, sendo reconhecido e caracterizado como patrimônio da população paraense.

A discussão sobre a caracterização da identidade cultural na área de estudo se fez pela utilização do método etnográfico, compreendendo a arquitetura e o patrimônio através de uma perspectiva cultural, que insere os sujeitos sociais no seu meio. Assim, adotou-se o acompanhamento e observação direta, nas incursões de campo que ocorreram no horário de funcionamento da Pedra (00h-06h) e também em horários diversificados, durante o dia, quando foi possível observar a dinâmica do Mercado de Peixe e Mercado de Carne em atividade.

Para embasamento teórico, primeiramente foram reunidos dados históricos de formação e consolidação da cidade de Belém e do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Ver-o-Peso (tombado pelo IPHAN em 1977 e inscrito nos Livros do Tombo de Belas Artes e Histórico, Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico), que compreende atualmente Mercado de Peixe, Mercado de Carne, Praça do Pescador, Praça do Relógio, Solar da Beira, feira livre e sobrados históricos. Para esta pesquisa, foi dado ênfase aos locais de circulação e comércio do pescado: Mercado de Peixe, Praça do Relógio e Pedra do Peixe. Para a fundamentação histórica foram consultadas as obras e publicações de Cruz (1973), Barata (1973) e Chaves (2016).

Quanto ao método etnográfico, foram utilizadas as produções de Costa (2014) e Geertz (1988) e sobre os referenciais para o desenvolvimento textual da etnografia na Pedra do Peixe - após as incursões de campo -, foram utilizados os textos de Silva e Rodrigues (2012), e Silva (2016) para situar o caso de aplicação do método no local.

2. MÉTODO ETNOGRÁFICO E UM POUCO DE HISTÓRIA

O método etnográfico, utilizado nesta pesquisa como principal embasamento à atividade de campo, é fundamental para pesquisa de cunho antropológico e aos poucos passou a ser utilizado nas ciências sociais aplicadas, como o urbanismo, por exemplo, por ser um método descritivo, detalhista e analítico, por meio do qual é possível confrontar as visões de mundo, analisar as lógicas espaciais, traduzir e interpretar o que fora observado, mapear as experiências sociais e interpretar os fenômenos através dos sujeitos sociais. A etnografia também não deixa de ser um processo comparativo entre a cultura do observador e a cultura do observado. Geertz (1988) aborda três aspectos: o que as pessoas dizem (discurso), o que as pessoas fazem, e o que as pessoas pensam que se deveria fazer.

Para Costa (2014), o método da pesquisa de terreno, trabalho de campo ou estudo de caso, supõe que os investigadores dos contextos sociais se mantenham em presença prolongada no campo e contato direto com as pessoas e situações, sendo o próprio investigador o principal instrumento de pesquisa. Sugere registrar as informações categoricamente em: “a) observações e informações; b) reflexões teóricas e metodológicas; c) impressões e estados de espírito” (COSTA, 2014, p.132).

No caso desta pesquisa, foi possível vivenciar detalhes que só a observação *in loco* permite detalhar, as quais foram registradas nos diários de campo (adotando nomes fictícios para os entrevistados) e posteriormente sintetizadas, como por exemplo, os termos específicos locais, costumes rotineiros, as formas de diálogo entre os sujeitos do Ver-o-Peso, e principalmente, as relações interpessoais e divisões de trabalho estabelecidas dentro da comercialização

do pescado e na contextualização das redes sociais, além do seu relacionamento com o Centro Histórico da cidade.

Cruz, Mesquita e Sarquis (2015), apontam que o Mercado de Ferro do Ver-o-Peso⁴ tombado em 1977, foi inaugurado em 1901 e está localizado entre os bairros da Cidade Velha e da Campina, na Doca do Ver-o-Peso. O processo de consolidação da doca se deu do seguinte modo:

Com a urbanização da área, a partir do aterramento e da construção do cais do porto que seguia pelas atuais avenidas Portugal e XVI de Novembro até o igarapé do Piri (atualmente Av. Tamandaré), foi construída a doca do Ver-o-Peso, e nela iniciada, no final do século XIX, a construção dos dois mercados de abastecimento da cidade: o de carne e o de peixe (CRUZ, MESQUITA e SARQUIS, 2015, p.11).

Inicialmente, esta área situava o local onde comercializavam-se produtos alimentícios na Amazônia, excedentes de produção e intercâmbios de mercadorias, um porto natural, formado a partir do encontro entre o igarapé do Piri e a baía do Guajará. Neste espaço, também se consolidou a Pedra do Peixe como ponto de comercialização do pescado na feira da madrugada.

Cruz, Mesquita e Sarquis (2015) indicam que a formação da feira é anterior à construção do Mercado, não apresentando uma data precisa de sua gênese, mas está intimamente ligada à fundação de Belém junto ao Forte do Presépio na Cidade Velha e a necessidade da população em utilizar esse entreposto urbano, fato que despertou o interesse da Coroa Portuguesa, que logo instalou

⁴ O Mercado de Ferro fica localizado na confluência das avenidas Portugal com Boulevard Castilho França, em frente à Pedra do Peixe, no Ver-o-Peso.

um programa de coleta de impostos sobre os itens comercializados naquele espaço, o que suscitou ainda mais a movimentação comercial na área, propícia para o deslocamento de embarcações que seguiam para o interior da Amazônia ou para outras regiões, cidades e países.

A casa do “Haver o Peso” foi então inaugurada por volta de 1625, funcionando até meados de 1840, responsável por recolher os impostos referentes às mercadorias comercializadas. Após este período, já no final do século XIX, com o apogeu da exploração da borracha e seguindo a lógica das transformações e expansões urbanísticas, provenientes de um ciclo econômico bastante lucrativo, a Intendência Municipal de Belém contratou a execução de um novo projeto para o entreposto comercial, que deu origem ao Mercado de Peixe ou de Ferro.

No período áureo da comercialização da borracha na Amazônia, houve maior movimentação na área do Ver-o-Peso, em função da centralização comercial e econômica desse produto extrativista, Belém se tornou o maior entreposto na região, tanto em função da produção regional que chegava em seu porto para exportação, como de outros produtos internos e externos que circulavam para abastecer a cidade. Tal dinamismo potencializou a grande feira a céu aberto que se instalou no local, a qual ficou conhecida como Ver-o-Peso em lembrança ao originário posto fiscal e de arrecadação denominado Haver o Peso.

De acordo com Lemos (1902), em seu Relatório Municipal de Belém, a atividade da pesca passou por uma evolução, até mesmo pelos processos de conservação utilizando sal e o gelo, “Ver-se-ia, finalmente, essa recente confederação dos pescadores-geleiros, porventura a base de uma futura instituição poderosa, que virá

transformar a face da importante indústria da pesca” (LEMOS, 1902, p. 58). Ele afirma que o mercado de Belém apresenta uma abundância de peixes e mariscos, mas que a sua conservação é bastante dificultosa por conta do clima, informa ainda que foram intensamente aplicadas em Belém políticas que pudessem expandir a indústria da pesca, como a inauguração do Mercado de Ferro em 1901, sendo a sua exploração econômica concedida à firma La Roque, Pinho & Cia por 10 anos, em contrapartida pela realização da obra do mercado. Lemos implementou as seguintes instruções, ditas convenientes para a saúde pública:

- a) Impedir que seja exposto á venda peixe fresco que tiver sido morto mediante o emprego de substancias metallicas ou vegetaes, nocivas á saúde do consumidor;
- b) Examinar não só o pescado exposto á venda no mercado, senão também o que tiver de ser vendido ambulantemente nas ruas d’esta cidade por individuos matriculados em virtude de inspecção sanitária;
- c) Assignar e expedir a todos esses vendedores de pescado um talão, no qual conste o exame da mercadoria;
- d) Demorar no mesmo mercado de ferro todo o tempo necessário a essa inspecção;
- e) Fazer registrar diariamente com os detalhes necessários essas inspecções, no livro para tal fim existente no mercado e mandado rubricar e encerrar pelo executivo municipal;
- f) Comunicar ao Intendente todas as occurencias que obstem á execução d’estas instrucções. Cumpre ainda ao referido medico, para a execução fiel d’estas instrucções, comparecer diariamente e ás horas convenientes ao mercado, extendendo o campo de suas inspecções sobre todos os demais géneros alimenticios oferecidos ao consumo da população. (LEMOS, 1902, p. 60).

Lemos (1902), menciona que os pescadores que conservavam o pescado no gelo, não acataram com facilidade a transferência da venda do peixe para o novo mercado, realizando até mesmo uma greve. O Intendente ordenou então que todos os produtos fossem recolhidos para o Mercado de Ferro, estabelecimento criado especificamente para este comércio, no entanto, atentou posteriormente que a medida poderia “prejudicar seriamente o commercio da doca do Reducto, onde a farinha e o peixe sempre foram objecto de animadas transacções” (LEMOS, 1902, p.62). E que isso acabaria com a dinâmica já criada entre os mercadores e os compradores, entretanto, o governo deveria continuar zelando pela higiene pública, criando uma sucursal do Mercado de Ferro no referido lugar.

De acordo com Silva e Rodrigues (2016, p. 582), a Pedra do Peixe apresenta um papel muito importante para a dinâmica comercial no Ver-o-Peso:

No contexto socioespacial da maior feira e mercado popular da cidade, a Pedra do Peixe é o lugar que centraliza, condensa, organiza e distribui as principais atividades necessárias à manutenção e à expansão da economia local, especialmente as atividades relativas à comercialização diária da produção pesqueira do estuário amazônico.

Funcionando durante a madrugada, a feira na Pedra do Peixe é uma alternativa de comércio atacadista frente ao comércio varejista do Mercado de Ferro, nesta condição, são estabelecidas relações e divisões de trabalho, que por sua vez caracterizam os atores sociais envolvidos no comércio de peixe do Ver-o-Peso. Alguns destes atores, quanto às suas atividades, segundo Silva (2016), podem ser identificados por categorias, relacionados às atividades em terra

ou em água, como: *balanceiros*⁵ , *compradores*⁶ , *peixeiros*⁷ , *carregadores*⁸ , *encarregados*⁹ , *barqueiros*¹⁰ , *pegadores*¹¹ , *viradores*¹² e *geladores*¹³ , os quais têm relação comercial que formam de uma rede social¹⁴ , onde cada sujeito é como um nó e forma um elo com o outro da relação, para fazer circular o pescado.

⁵ Balanceiro é o responsável por pesar e vender o pescado, estipulando um valor no atacado, diretamente para os compradores. Ele também pode ser o dono da embarcação.

⁶ Compradores são os fregueses que compram por atacado na maioria das vezes para revender, podendo ser peixeiros.

⁷ Peixeiros são os compradores que revendem o pescado no mercado, feira ou em outros equipamentos.

⁸ Carregadores são os atores sociais que carregam o pescado da balança para os veículos que transportarão o produto até o local da revenda.

⁹ Encarregados ou comandantes são os responsáveis pela embarcação, contratados pelo barqueiro ou geleiro para tal função, por vezes o encarregado é o proprietário da embarcação.

¹⁰ Barqueiros ou geleiros são os proprietários de embarcações.

¹¹ Pegadores são tripulantes da embarcação que, no desembarque no Ver-o-Peso, apanham o pescado no convés da embarcação e o acondicionam nas basquetas (caixotes plásticos), para completar o desembarque para a Pedra do Peixe, onde o virador o recebe e leva até a balança disponibiliza para o balanceiro, geralmente o virador condiciona o pescado nas caixas dos carregadores na balança.

¹² Viadores são sujeitos que trabalham na Pedra ao lado de cada balanceiro e se encarregam de pegar a basqueta que vem das embarcações e virar na caixa dos carregadores que estão na balança para peso.

¹³ Geladores são os responsáveis de gelar o pescado em urnas no porão da embarcação desde o ponto de pesca; em terra, ele repassa a mercadoria do porão para o convés.

¹⁴ Rede social é uma abstração de primeiro grau da realidade e contém a maior parte da informação sobre a totalidade da vida social à qual corresponde (BARNES, 2010, p.179).

3. ETNOGRAFIA NA CIRCULAÇÃO DO PESCADO DO VER-O-PESO

Para empreender a pesquisa foi necessária a inserção, além da observação, na rede de comunicação e informações com atores sociais de vários setores da cadeia produtiva do pescado, além do contato com a Associação dos Balanceiros do Ver-o-Peso (ASBALAN) e o Sindicato dos Peixeiros do Mercado do Ver-o-Peso, também serviria de apoio para a obtenção de dados, além da administração da SECON no Mercado.

Na chegada ao local de pesquisa, próximo ao Boulevard Castilhos França, é notória a presença de muitos cidadãos no estado de vulnerabilidade social, em situação de rua, dividindo a calçada com cães domésticos. Em meio às condições precárias de moradia e mendicância, também pode-se notar a presença de flanelinhas, manobristas que vigiam os veículos para evitar casos de furto ou depredação do patrimônio.

Em uma das incursões, conhecemos o balanceiro e barqueiro Dedé, neste dia e horário (04/10/16 – 02:40h), o seu barco não estava na doca do Ver-o-Peso, portanto, não era necessário trabalhar com a balança, apenas recebia pelas vendas anteriormente realizadas no sistema de crédito denominado fiado¹⁵. Isso possibilitou um tempo maior para que contasse sobre a sua vida e concedesse informações da sua rotina enquanto balanceiro da Pedra do Peixe.

O balanceiro encontrava-se sentado na esquina da Avenida Portugal com a Avenida Boulevard Castilhos França, em um muro

¹⁵ Vender fiado significa repassar a mercadoria e aguardar pelo pagamento em momento posterior.

baixo - com cerca de 40 centímetro de altura -, que serve de contenção para o jardim que deveria existir no canto da rua, onde já havia um velho e deteriorado grafite do Kobra¹⁶, representando a antiga vida no Centro Histórico de Belém. Dedé contou que é balanceiro e dono de embarcação e que trabalha há 42 anos no Ver-o-Peso. Em meio a várias partidas de dominó - que estava sendo jogado por outros trabalhadores - e rodadas de café, ato costumeiro de quem trabalha na madrugada, seu Dedé falou sobre a vida de trabalhador na Pedra.

Dedé relata que veio da cidade de Barcarena e que todos os seus quatro irmãos trabalham com a venda de frutos do mar. Um deles estava presente na roda de conversa, chamavam-no de Tônico, com 47 anos de idade e trabalhando há mais de 30 anos nesse ramo. Apesar de contar com 42 anos de trabalho, Dedé agora pretende investir no ramo da hotelaria, pois já está exausto da rotina na Pedra, afirma ainda que só não trabalha todos os dias porque foi proibido. Embora seja o dono da embarcação, comenta que apenas os pescadores têm controle sobre a mesma, “na pescaria, eles voltam por três motivos: quando o gelo acaba, quando o barco enche ou quando precisam de um favor, como se alguém ficar doente” (entrevista em 04/10/16).

A movimentação é crescente no decorrer das horas, até a rua e a Pedra do Peixe ficarem tomadas por comerciantes e mercadorias. Por conta do estreitamento da pista, só é possível a passagem de um carro por vez, momento em que o transporte público fica inativo, em seu lugar (na via pública), aparecem muitos *carregadores* correndo de um lado para o outro. Segundo *Dedé*, eles podem carregar até

¹⁶ Kobra é um famoso e premiado grafiteiro do Brasil, tem obras realizadas pelo mundo todo.

100kg de pescado na cabeça, sem nenhuma proteção, apenas utilizando a rodilha ou rosca de pano, que tem a função de auxiliar no equilíbrio da caixa de madeira na cabeça.

O *taxista Gedison* afirma que “cada *carregador* trabalha pra um comprador ou *balanceiro* conhecido, ele já tem a sua própria caixa de trabalho” (entrevista em 08/02/2017). Segundo ele, este serviço custa entre R\$5,00 e R\$10,00. *Gedison* relata que trabalhou por 8 anos fazendo parte da tripulação que ia para a Pedra do Peixe, pescava em São Caetano de Odivelas, Vigia e Curuçá e trabalhava para o *balanceiro Tio Branco*. Comenta que saiu do trabalho na Pedra em busca de melhor qualidade de vida. Ele diz que, apesar das vendas começarem cedo, já ocorria muita “lavagem de dinheiro” através do denominado Mercosul¹⁷ e das balanças adulteradas, prevalecendo nesse comércio a Lei da Oferta e da Procura. Sobre as embarcações, menciona que os barcos grandes “que chegavam do Norte” poderiam comportar de 20 a 30 toneladas de peixe, e que costumavam atrair principalmente compradores da pescada amarela (*Cynoscion acoupa*).

Entre os sujeitos mais representativos do comércio do pescado estão os *balanceiros*, localizados em cadeiras geralmente de madeira que são dispostas na Pedra, de madrugada, junto de suas balanças para a mensuração do pescado vendido. Fomos informados de que existem ainda os *balanceiros Mercosul* que compram fiado dos *peixeiros* para revender. *Dedé* apresentou o carregador *Faísca* - com 51 anos e trabalhando há 19 anos na Pedra do Peixe -, ele já desenvolveu uma anomalia na cabeça por conta do árduo esforço de seu trabalho. *Faísca* tem sua própria caixa de

¹⁷ Mercosul é um sistema que funciona com a venda de pescado entre os mesmos atores sociais da cadeia produtiva, ocasionando o aumento incomum do valor da mercadoria.

madeira para realizar o carregamento. Outro notório *carregador* da Pedra é *Altino*, bastante conhecido por imitar o barulho de fogos de artifício. Além dos *carregadores* e *balanceiros*, a *tripulação embarcada* e os *peixeiros* do mercado são outros atores sociais bastante presentes e característicos da Pedra do Peixe.

Seu Fernando, *peixeiro* no Mercado de Ferro há 39 anos e presidente da Associação do Peixeiros do Ver-o-Peso – inclui também trabalhadores de Ananindeua-, com 56 *peixeiros* ativos no Sindicato, relata que a sua profissão começou através do convite de um primo. Ele chega na Pedra do Peixe por volta de 00h para comprar a melhor mercadoria que geralmente acaba por volta de 03h, e só retorna para casa quando o Mercado fecha, por volta das 14h. Essa rotina trabalhista contempla, segundo ele, apenas 03 horas de sono por dia e essa situação acaba gerando uma série de problemas de saúde para os trabalhadores, motivo inclusive que leva a uma pesquisa de adequação do horário de funcionamento do Mercado de Ferro para a rotina dos peixeiros.

Ele comenta que trabalha com dois ou três *carregadores* de confiança, mas que negocia com quem estiver disponível no momento, assim como também não compra pescado de um *balanceiro* específico, ele avalia a melhor mercadoria e o melhor preço. *Fernando* fala sobre os *balanceiros Mercosul*; estes, compram pescado dos *balanceiros* parentes e revendem por um preço mais elevado, chegando a mercadoria na mão do *peixeiro* por um preço maior e conseqüentemente no freguês final por um valor mais alto ainda. Apesar disso, diz que consegue manter fregueses fieis “tenho freguês que compra comigo há mais de 12 anos, hoje tenho que entregar 80 kg de filé de dourada encomendado” (entrevista em: 18/07/2017).

Seu Fernando afirma que a média diária de venda no Mercado diminuiu entre 2.500 kg - 3.000 kg e que antes comercializava-se 5.000 kg. Em vez de o número de trabalhadores na Pedra diminuir, principalmente pela evacuação dos mais jovens que buscam outras atividades, *Fernando* relata que o número de trabalhadores na Pedra aumentou, e isso se explica como uma alternativa em meio à crise econômica e de empregos no Brasil. De acordo com os dados fornecidos pelo *peixeiro*, de 100 toneladas de pescado comercializada na Pedra do Peixe, 35% ou 40% ficam no Ver-o-Peso e o restante vai para os outros mercados, feiras e regiões.

De acordo com dados fornecidos pela SECON (2011), referentes à pesquisa sobre a Pedra do Peixe em 2010, pode-se inferir um número aproximado de 2.732 pessoas envolvidas no processo de comercialização do pescado, porém, este número não envolve todas as atividades relacionadas, conta apenas com o número de balanceiros registrados; o quantitativo da tripulação de acordo com o porte da embarcação; número de vendedores que chegam na Pedra via estrada e o número aproximado de peixeiros que trabalham no Ver-o-Peso, cedido pelo *Seu Fernando*.

A média de pescado vendido na Pedra do Peixe, via estrada, durante os seis meses de pesquisa (maio – outubro), chega a 89.726,66 kg. Os peixes mais comercializados são pescada amarela e pratinha (*mugil curema*). Já a média de venda via transporte fluvial, em nove meses de pesquisa (março – novembro), chega a 738.926,66 kg de pescado, sendo os peixes mais vendidos a dourada (*brachyplatystoma flavicans*) e a piramutaba (*brachyplatystoma vaillantii*). É notório que a região central da cidade apresenta maior número de equipamentos públicos que são abastecidos com o pescado do Ver-o-Peso, à medida que se distancia dessa centralidade,

os pontos de venda diminuem. Nesse sentido, as grandes redes de supermercado auxiliam na redistribuição do alimento.

Apesar de ser conhecido e respeitado no meio, o *balanceiro Dedé* conta que existem muitos ladrões, vendedores de drogas e moradores de rua no mercado, em virtude da grande circulação de dinheiro. Segundo ele, um jovem de 20 anos, frequentador da feira e envolvido com o tráfico de drogas, foi assassinado. O próprio balanceiro menciona que é comum o furto de pescado dentro da feira e que ele mesmo já teria sofrido com o furto de um peixe da espécie filhote (*Brachyplatystoma filamentosum*) de 120 kg, custava na época cerca de R\$1.800,00. Conseguiu encontrá-lo posteriormente, escondido atrás do Mercado de Ferro. Apesar da insegurança, existe um posto da Polícia Militar localizado no Ver-o-Peso.

Após a atividade de compra do pescado na Pedra do Peixe, os *peixeiros* se dirigem ao Mercado de Ferro, portanto, no início da madrugada o ambiente dentro do Mercado é tranquilo, com pouca movimentação. Muitos são os *peixeiros* que realizam a limpeza dos seus boxes nesse horário e fazem o acondicionamento da mercadoria em camas de gelo, além do corte e preparo do filé. É comum a ligação parental entre eles, passando inclusive por várias gerações de uma mesma família. Os *peixeiros* costumam assistir televisão em um único aparelho disposto na entrada do Mercado, sendo esta a distração presente na madrugada. Em geral, o ambiente é silencioso.

Seu Dedé conta que a Praça do Relógio apresentava vegetação, mas a Prefeitura preferiu removê-la por conta do costume de utilizar os arbustos e plantas como esconderijo para drogas do tráfico. Foi observado que o espaço da praça é agora utilizado na madrugada como ponto de venda de pequenos objetos como

roupas e calçados, em espécie de bazar itinerante, e essa atividade pode ser desenvolvida por mulheres. Certamente, a venda dessa mercadoria dá suporte aos tripulantes que precisam ficar vários dias navegando e não encontram tempo para adquirir produtos de necessidade básica. Funciona paralelamente ao comércio do pescado, momento em que os barcos estão atracados na Pedra. Há ainda pequenas lojas que funcionam na madrugada, como as de mochilas e materiais de pesca, além de barracas montadas na esquina do Boulevard Castilhos França, local onde muitos sujeitos da Pedra costumam sentar para tomar café.

Outras atividades de suporte ao comércio do pescado são observadas na Pedra do Peixe. *Dona Naza* tem seu próprio carrinho de mingau onde oferece os sabores de milho, tapioca e açaí que, diferente dos demais, é salgado. A vendedora diz que “só toma mingau de açaí quem é acostumado” (entrevista em 04/10/2016). *Dona Ana* é permissionária dentro do Mercado de Ferro do Ver-o-Peso, vende bebidas e café da manhã, segundo ela, os problemas estruturais permanecem no Mercado mesmo após sua restauração. Por exemplo, o acesso às torres do Mercado está restrito aos agentes da Celpa, pois há um problema de fiação elétrica. Sobre a segurança, não existe nenhum agente da Prefeitura trabalhando no horário de funcionamento da Pedra, e quem faz a segurança do local é o *Vigilante Rui*, contratado pelo Sindicato dos Peixeiros do Ver-o-Peso.

É possível avistar ainda os vendedores de caixas de papelão, localizados na Avenida Portugal, ao lado do casario histórico, nessa área também se realiza a embalagem do pescado; há ainda a presença de vendedores de sacolas, que são adquiridas pelos compradores de quantidades menores pescado, alguns desses sacoleiros podem ser pessoas em situação de rua, que realizam trabalho artesanal

e de reciclagem, transformando antigas embalagens plásticas em sacolas para pescado, como relatou um deles, de nome João, que disse vender e confeccioná-las sozinho, há oito anos.

É notória a pouca participação de mulheres no comércio do peixe, estas – quando estão presentes - ficam encarregadas principalmente de serviços como produção e venda de alimentos (café, tapioca, mingau e sopa). Ainda é possível encontrá-las vendendo sacolas de plástico, caixas de papelão, roupas e sapatos. Deste modo, a presença de mulheres novatas na Pedra é percebida facilmente, e de certo modo, causa estranheza e olhares duvidosos tanto por parte das mulheres quanto por parte dos homens frequentadores do local, por ser este um ambiente extremamente masculino, onde quase não existe a circulação de mulheres, se não, as que participam ou desenvolvem alguma atividade secundária, comercial, de apoio a do pescado.

É possível ouvir comentários do tipo “Isso não é hora de gringo passear”, mas é importante salientar que também existem mulheres compradoras de pescado, elas vão à procura de peixes mais baratos e de boa qualidade na Pedra, para suprir demandas de restaurantes e até mesmo de mercados.

Já no amanhecer, próximo das 04h, o fluxo de veículos começa a se intensificar, é necessário então que o espaço utilizado na rua para a venda do pescado comece a ser reduzido. Os feirantes do Ver-o-Peso costumam chegar cedo e por volta das 07h algumas barracas já estão montadas esperando os compradores. A maioria dos feirantes costuma escutar o rádio, CD's, ou então leem jornal, propiciando uma atmosfera bastante animada.

Diferentemente da madrugada, quando só é possível avistar os peixeiros organizando os boxes de venda, pela manhã, o Mercado de

Ferro já fica bastante movimentado. A atividade de corte e preparo do pescado continua, com a intensa circulação de compradores. Na rua podem ser encontrados vários veículos estacionados, mas o número de embarcações atracadas na Pedra diminui. Em uma incursão no dia 08 de fevereiro de 2017, foram contabilizados 30 barcos pela madrugada e 17 pela manhã, isso varia de acordo com a venda do pescado, caso ainda sobre mercadoria para ser vendida no dia posterior.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que a Pedra é um setor importantíssimo para o complexo do Ver-o-Peso, desde antes da inauguração do Mercado de Ferro, em 1901. A intensa circulação de pessoas desperta nesse setor um grande fluxo econômico, de trocas de mercadorias e serviços, tornando este um dos principais pontos do Centro Histórico da cidade, o intenso fluxo de pessoas também é importante para manter a cidade dinâmica e viva. A Pedra do Peixe sempre foi um local para vigorosas relações humanas, sendo notória até pelo antigo intendente da cidade, Antônio Lemos, que se preocupava em manter o fluxo do comércio de peixe constantemente ativo, apesar de preocupar-se também com a salubridade do local das vendas. Desde essa época, Lemos já reconhecia a Pedra como um lugar de encontro na região, onde a interação era bem quista e reivindicada pela população.

Hoje, o comércio do peixe continua em expansão, e durante a madrugada há um número muito maior de trabalhadores divididos em diversas funções, desde a pesca até a distribuição do pescado. É nesta área, repleta de monumentos históricos proveniente de uma

arquitetura importada da Europa, que se dá o desenvolvimento das atividades comerciais, e que podem acarretar ou não, na preservação do patrimônio histórico. A pesquisa constatou que a atividade econômica do pescado é bastante sistematizada, as relações entre *barqueiros, peixeiros, balanceiros, carregadores* e demais sujeitos do Ver-o-Peso, desdobram-se em amplas redes sociais distribuídas por toda a cidade e região metropolitana. Estas redes de relações também representam uma grande manifestação cultural da área, onde hábitos, costumes, modos de falar e agir vem à tona.

É possível observar ainda as novas atribuições dadas ao espaço público por conta das atividades de comercialização que dão suporte ao comércio do pescado, e a partir delas, mais atores sociais entram para a cadeia produtiva do pescado. Já a insegurança e a falta de estruturas de apoio para a comercialização são uma constante. Em cada setor do Complexo do Ver-o-Peso é possível encontrar um relato que afirma a insegurança presenciada pelos frequentadores do espaço.

Constata-se que a rotina do trabalho na Pedra do Peixe é bastante exaustiva, ocasionando inclusive problemas de saúde em vários trabalhadores. Esses são alguns pontos que devem ser analisados pelas políticas públicas a fim de que a comercialização do pescado na Pedra do Peixe mantenha-se em expansão como ocorreu durante os anos, porém, proporcionando maior qualidade de vida aos atores sociais envolvidos.

REFERÊNCIAS

BARATA, Manoel. **Formação histórica do Pará**. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo/UFGA, 1973.

BARNES, J.A. Redes Sociais e Processos Políticos. In: FELDMAN-BIANCO, B (Org). **Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos**. São Paulo: UNESP, 2010.

CHAVES, Celma. Os mercados públicos e a história da cidade: Belém no final do século XIX e início do século XX. In: LEITÃO, Wilma Marques. **Ver-o-Peso**. Estudos antropológicos no mercado de Belém. Belém: Paka-Tatu, v. 2, 2016.

COSTA, António Firmino da. A pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, Augusto Santos; PINTO, José Madureira (Orgs.). **Metodologia das Ciências Sociais**. 16ª ed. Porto: Edições Afrontamento, Coleção Biblioteca das Ciências do Homem, 2014.

CRUZ, Ernesto. **História de Belém**. Belém: Coleção Amazônica, Série José Veríssimo/UFGA, 1973.

CRUZ, Carla Ferreira; MESQUITA, Fernando José de; SARQUIS, Giovanni Blanco (Orgs.). **Mercado de Ferro: Restauração e Conservação 2010/2015**. Belém, PA: Iphan-PA, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. São Paulo: LTC, 1998.

LEMOS, Antonio Jose de. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém**. Belém: Archivo da Intendência Municipal de Belém, v.1, 1897-1902.

SECON. Secretaria Municipal de Economia. Departamento de Feiras, Mercados e Portos. Divisão de Controle Técnico. **Arquivos sobre o volume de pescado ofertado na Pedra do Peixe em 2010**. Belém: 2011.

SILVA. Luiz de Jesus Dias da; RODRIGUES, Carmem Izabel. O peixe Nosso de Cada Dia. A rota do pescado a partir da feira do Ver-o-Peso em Belém do Pará. In: SILVA. L.J.D.; XIMENES, J.P. **Urbanização e**

Ambiente. Experiências de pesquisas na Amazônia Oriental. Belém: Paka-Tatu, 2012.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da; RODRIGUES, Carmem Izabel. Pedra do Peixe: redes sociais na circulação do pescado do Ver-o-Peso para a cidade de Belém do Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 11, n. 3, p. 581-599, set.-dez. 2016.

SILVA, Luiz de Jesus Dias da. **Pedra, Redes e Malha na circulação do pescado do Ver-o-Peso ao meio urbano de Belém do Pará.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação Antropologia PPGSA/IFCH/UFGA, Belém, 2016.



A ATIVIDADE IMOBILIÁRIA RENTISTA NO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM

Samia Saady Morhy¹

José Júlio Ferreira Lima²



1. INTRODUÇÃO

Em virtude de sua centralidade, o território onde a cidade de Belém se originou passou a ser um espaço de grande valor econômico, além de simbólico e arquitetônico. A existência de edificações monumentais – igrejas e palácios - edificações civis - sobrados e casarões, moradias das famílias mais abastadas e concentração de usos não residenciais, funcionaram como atratores para fluxos de pessoas e bens, acumulando um importante patrimônio, cujo

¹ Samia Saady Morhy é mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (2018), especialista em Análise de Sistema pela PUC do Rio Grande do Sul (1989). Graduada em Processamento de Dados pela Universidade Federal do Pará (1987) e Arquitetura e Urbanismo pela Universidade da Amazônia (2015).

² José Júlio Ferreira Lima é professor titular da Universidade Federal do Pará. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Bolsista de produtividade do CNPq 2. Arquiteto pela Universidade Federal do Pará (1986), mestre em Arquitetura – Universidade de Fukui-Japão (1991), mestre em Desenho Urbano (1994) e PhD em Arquitetura (2000), ambos pela Oxford Brookes University.

valor resultou em seu tombamento e regulamentação como Centro Histórico de Belém (CHB)³ .

Ao completar seu quarto centenário, observa-se avançado processo de degradação física do estoque edificado no CHB, já em curso há décadas, cuja gênese pode estar associada com a mudança nos hábitos sociais dos moradores de classe alta, que se transferiram dos sobrados ecléticos para outras áreas da cidade, em virtude da introdução da modernização como ideário tanto no que se refere à sociedade civil quanto ao posicionamento político de lideranças locais.

Propõe-se, neste estudo, reunir elementos que permitam compreender como o CHB, ao mesmo tempo que é um espaço urbano infraestruturado e de grande valor econômico, vivencia atualmente um processo de degradação física, expresso no aumento de edificações em diversos estágios de degradação. Localmente, existe interesse dos órgãos públicos, da associação dos comerciários e camelôs, da sociedade civil, de estudiosos do espaço urbano e pesquisadores do patrimônio arquitetônico em reverter o processo de degradação do CHB. No entanto, um fenômeno que parece ser significativo e precisa ser investigado está exercendo uma força contrária à sua preservação: a demanda e oferta por aluguéis de edificações em ruínas como espaço-depósito. Este fenômeno, ao ser investigado, poderá ser um componente para uma discussão mais ampla sobre a conservação da área, além de contribuir

³ Composto por parte do bairro da Cidade Velha, todo o bairro da Campina e pequenas frações dos bairros do Reduto e Umarizal. Foi tombado pelas três esferas governamentais: pelo Município (Lei Orgânica do Município de Belém de 30/03/1990 e pela Lei Municipal nº 7.709 de 18/05/1994), pelo Estado (Lei nº 5.629 de 20/12/1990) e pela União (Portaria nº 54, de 8/05/2012 do Ministério da Cultura), a qual passa atualmente por revisão visando a sua normatização para atuação do IPHAN na área.

como referência bibliográfica para outras pesquisas, por se tratar de um tema pouco explorado na academia.

2. DA DEGRADAÇÃO AO MERCADO IMOBILIÁRIO

As obras que tratam sobre o tema de degradação dos centros históricos abordam a origem do processo de degradação (VILLAÇA, 2001), o retorno do uso habitacional ao sítio histórico para minimizar este processo (MENEZES, 2015), a conservação integrada (ZANCHETTI, 2000; LACERDA; ZANCHETTI, 2012) que tratam da conservação urbana e do desenvolvimento sustentável abordando estratégias para a conservação dos centros históricos envolvendo agentes públicos e privados e, sobretudo, a sociedade. Dentre as pesquisas sobre mercado imobiliário em centros históricos, em particular o caso de Belém, Lacerda (2015) destaca que se trata de uma área degradada, mas com mercado imobiliário dinâmico para compra e venda. No entanto, pesquisas que tratam sobre o mercado imobiliário de aluguel em edificações com estado de conservação em avançado grau de precariedade, ou em ruínas, não são numerosos e aqueles existentes não fazem distinção entre o aluguel em áreas específicas das cidades, como é o foco deste trabalho no CHB.

A preocupação com a evolução no número de imóveis em diferentes estágios de degradação, acrescida com a inserção destas no mercado imobiliário, pela via do aluguel, como suporte a atividades potencialmente degradantes, ao mesmo tempo que gera renda fundiária aos agentes imobiliários, constituem o objeto deste estudo. Apesar de poucas informações sobre a atividade rentista na cidade, acredita-se que no CHB é representativa e, ao ser identificado

este nicho de aluguéis de ruínas, sua análise, mesmo que qualitativa, servirá como insumo para o debate preservacionista.

Harvey (1980) analisa as vantagens da localização. No mercado imobiliário, o solo, meio de produção onde se instala a edificação, é um bem irreprodutível, dada a dificuldade de se repetir, em outro local, as mesmas características da sua localização. Com isso, a oferta da localização do imóvel urbano é inelástica, ou seja, estruturalmente escassa. Esta característica confere privilégios de monopólio à pessoa que tem o direito de uso dessa localização. O conceito de monopólio também é tratado pelos autores Abramo (1989), Schechinger (2007) e Vargas (2014).

Vargas (2014) explica que o valor de uso do imóvel equivale ao potencial de satisfação daquele que o utiliza, sendo proprietário ou não deste. Já o valor de troca representa o potencial de uso que o imóvel dispõe, que se reveste no seu preço ao ser disponibilizado no mercado. E acrescenta que, quando se somam ao valor de troca outros valores, como a busca por conforto, segurança, qualidade ambiental, status, etc., tem-se o valor de signo. E, ainda, que a valorização da diferença e da exclusividade oriunda de condicionantes locais é vendida junto com a edificação. Nesse sentido, a valorização de um bem está intrinsecamente vinculada a sua localização no espaço urbano.

Corrêa (1995) auxilia na definição e compreensão da transformação do espaço urbano, bem como quais são os agentes sociais que atuam sobre o espaço da cidade. O autor classifica os agentes sociais em 5 grupos: (i) os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais; (ii) os proprietários fundiários; (iii) os promotores imobiliários; (iv) o Estado; e (v) os grupos sociais excluídos, e esclarece como esses agentes sociais

fazem e refazem o espaço urbano e quais são suas estratégias para conquistar seus objetivos. Logan e Molotch (2007) acrescentam o que chamam de agente econômico e o classificam em três tipos: (i) acidental (ou passivo), promotor imobiliário que comprou um imóvel e que percebeu que poderia ganhar com a venda ou aluguel deste; (ii) ativo, prevê tendências e realiza apostas através da percepção das possíveis mudanças geográficas; e (iii) estrutural, prevê o futuro e intervém para alterá-lo influenciando em obras públicas, zoneamento, subsídios, etc.

Lacerda (2013) explica as características dos mercados imobiliários formal e informal. A autora alerta que o mercado imobiliário formal de uma determinada cidade “é formado por diversos submercados com preços distintos de acordo com a sua respectiva localização e seus atributos em termos de infraestrutura, equipamentos, serviços urbanos e de significado (status, poder, prestígio)” (LACERDA, 2013, p. 47). O mercado informal se manifesta quando ocorrem situações desconformes em relação às regras jurídicas vigentes, o que induz ao surgimento de regras paralelas de operação no mercado.

Para Lima (2015), as restrições do mercado imobiliário nos centros históricos tombados estão associadas ao fato de que a produção imobiliária é praticamente nula nesta área da cidade, ou seja, a liberdade para produzir novas edificações é restrita e quando ocorre é através da (i) substituição da edificação - quando esta não é de interesse à preservação, obedecendo, entretanto, aos requisitos para o sítio como um todo - ou (ii) pela construção nos raros terrenos não edificados. Tais restrições decorrem fundamentalmente do tombamento dessa área, que resguarda o acervo cultural construído socialmente durante os vários períodos

de seu desenvolvimento e da legislação urbanística de proteção do patrimônio. Portanto, o mercado imobiliário nos centros históricos se restringe, majoritariamente, à circulação do estoque imobiliário existente por meio da compra e venda, ou da locação. Como consequência, nesse espaço regulado por normas de preservação do patrimônio, os agentes do mercado imobiliário tendem a estabelecer formas e lógicas de atuação também específicas.

Os processos rentistas imobiliários em que atuam agentes imobiliários no CHB se dá por meio da inserção de imóveis degradados no mercado imobiliário de aluguel. Estes imóveis são ofertados e demandados como suporte para atividades potencialmente degradantes, contribuindo e acelerando a degradação arquitetônica de bairros históricos. Ao ser identificado, a análise deste nicho de aluguéis de imóveis degradados servirá como insumo para o debate preservacionista.

3. RENTISMO NO CHB: DADOS DO BAIRRO DA CAMPINA

As vantagens locacionais existentes no bairro da Campina, componente do CHB e objeto de pesquisa de mestrado do âmbito do PPGAU/UFPA (MORHY, 2018), estão ligadas com o seu poder estruturador sobre a estrutura intraurbana de Belém em virtude da quantidade de deslocamentos de pessoas que diariamente vão ao bairro. O fluxo de pessoas que transitam diariamente pelas ruas do bairro é o que dá “vida” à economia local. No caso do comércio varejista e de serviço, usos majoritários do bairro da Campina, o fluxo de pessoas “é fator fundamental para o seu desenvolvimento” (VARGAS, 2001, p. 72). Para o consumo ser efetivado, “torna-se necessário fazer com que também as pessoas circulem” (DUARTE, 2006, p. 124).

Para atender a demanda de deslocamentos para o bairro da Campina, a estrutura do sistema de transporte instalada faz com que sua localização seja privilegiada e valorizada. Villaça (2017, p. 20) explica que “a estruturação do espaço intra-urbano é dominada pelo deslocamento do ser humano”. Por tal motivo, o autor (idem, ibid.) esclarece que a estrutura intra-urbana está imbricada com outra estrutura territorial, o sistema de transporte da cidade.

Para Villaça (2017), é a partir da acessibilidade que é possível se ter uma localização urbana “na qual as relações não podem existir sem um tipo particular de contato [...] que envolve deslocamentos dos produtos e dos consumidores entre os locais de moradia, de produção e consumo” (VILLAÇA, 2017, p. 23). O autor (idem, p. 43) conclui que “a melhor localização intra-urbana é aquela que otimiza suas condições de consumo”, ou seja, quando a relação tempo-espaço é determinante levando o consumidor a otimizar seu tempo encontrando em uma determinada área tudo o que procura. Vargas (2001, p. 61) define como boa localização para o comércio “aquela possível de incorporar e usufruir um grande poder de compra [...]. resultado dos gastos do consumidor que está relacionado com a sua renda e a quantidade deles”.

Castells (2000) afirma que o espaço urbano está estruturado de tal maneira que possibilita a criação de valor na cidade pela localização, permitindo, com isso, o crescimento de ganhos, pois a localização é capaz de influenciar diretamente sobre os outros elementos como a produção e o consumo. Logo, o mercado imobiliário tira proveito da localização, pois conforme Harvey (1980), o solo, meio de produção onde se instala a edificação, é um bem irreprodutível, dada a dificuldade de se repetir, em outro local, as mesmas características da sua localização. Com isso, a oferta da

localização do imóvel urbano é inelástica, ou seja, estruturalmente escassa. Esta característica confere privilégios de monopólio à pessoa que tem o direito de uso dessa localização. E mais, a valorização da diferença e da exclusividade oriunda de condicionantes locais é embutida junto com a edificação.

Nesse sentido, Vargas (2014) esclarece que a valorização de um bem está intrinsecamente vinculada a sua localização no espaço urbano. Além da vantagem locacional e da importância econômica, o bairro da Campina é dotado de infraestrutura consolidada, conferindo atributos aos seus imóveis que incrementam o seu valor monetário. Segundo o Anuário Estatístico de Belém (BELÉM, 2012) e Lima (2015), o CHB é uma localidade da cidade,

[...] com maior provimento de infraestrutura urbana instalada, lá se encontram: redes de água potável, de esgotamento sanitário, de drenagem, de energia elétrica e de telefonia; sistema de hidrantes; iluminação pública; pavimentação nas vias e calçamento; e mobiliários urbanos diversos [...] (LIMA, 2015, p.66).

O bairro da Campina é um dos bairros com maior valor de face de quadra, conforme o Cadastro Técnico Multifinalitário (BELÉM, 2000). A utilização dos valores atribuídos a faces de quadra compõe os valores venais para efeito de lançamento de IPTU, portanto, os imóveis do bairro da Campina possuem os maiores valores venais do município de Belém. O menor valor de face de quadra, em 2000, era de R\$ 4.330,40 e o maior de R\$ 18.473,00. Os imóveis localizados no bairro acumulam essas vantagens e garantem, com isso, rendas diferenciais a seus proprietários. O solo urbano da cidade, de acordo com Castells (2000), passa a ter uma função que vai além do seu possível uso, pois se transforma em valor, ou seja, em renda,

sendo as rendas absoluta, diferencial e de monopólio os resultados da valorização fundiária, expressa na camada de investimentos públicos em infraestrutura no solo urbano.

Para Castells (2000), a renda absoluta é a acumulação de capital pela valorização do solo através de investimentos realizados em seu entorno. Já a renda diferencial está embutida no potencial construtivo que um solo beneficiado pode prover. E a renda de monopólio surge do fato de que a localização privilegiada permite cobrar preços acima dos que a concorrência normalmente cobra no resto do mercado.

No caso dos proprietários dos imóveis do bairro da Campina, a renda fundiária obtida é a absoluta pela valorização do solo através das vantagens locacionais e infraestrutura consolidada. Até os imóveis fechados, de certa forma, garantem rendas aos proprietários, pois, conforme explica Villaça (2017, p. 73), são “receptáculos de contínua acumulação de trabalho humano [...] a tendência é a de que o preço da terra urbana sempre aumente”, pelo ininterrupto trabalho social incorporado na sua produção e, quanto mais bem localizado (acesso e infraestrutura) estiverem esses imóveis, mais trabalho social está incorporado e, conseqüentemente, maior seu valor.

A classificação das edificações degradadas considera em ruína a edificação em avançado processo de degradação arquitetônica, extremamente precária, onde só resta a “casca” do edifício ou os seus destroços, sem telhado e, muitas vezes, com vegetação dominando seu lote. As edificações em arruinamento também apresentam avançado processo de degradação arquitetônica, no entanto ainda possuem a estrutura do telhado, completa ou parcial, para sua proteção. Apesar de não existir mais nenhum vestígio arquitetônico, sugere-se que estes espaços representam o

maior grau da degradação, pois, em algum momento existiu uma edificação no lote e que esta foi demolida, resultando em uma perda arquitetônica para a paisagem do sítio histórico. As edificações descaracterizadas pela abertura de vãos na fachada para entrada de veículos públicos são edificações transformadas em estacionamento, o que se pode considerar um uso incompatível com a edificação e que indica aceleração do processo de degradação arquitetônica.

Foram identificadas no Bairro da Campina 155 edificações degradadas, o que representa 7,39% do universo de 2.096 imóveis do bairro (BELÉM, 2000). Excluem-se deste conjunto os imóveis verticalizados degradados e ociosos de propriedade das instituições federal e municipal localizados na Avenida Presidente Vargas (Edifícios do INAMPS e Bern) e na Travessa Padre Eutíquio (Edifício da Caixa), assim como o edifício eclético de propriedade do município conhecido como Solar da Beira, situado na Avenida Boulevard Castilhos França, por considerar que tais edificações não estão disponíveis para o mercado imobiliário da mesma maneira que as edificações degradadas de propriedade privada, devido a seu uso público.

Estacionamentos e depósitos para ambulantes em imóveis com degradação arquitetônica se constituem em usos potencialmente degradantes. Entre os 96 imóveis degradados com algum uso, 79 (82,3%) apresentam usos que agravam, ainda mais, seu mau estado de conservação. Em oposição, os imóveis cujos usos podem ser associados com maior possibilidade de promoção da conservação estão em número bem menor, tais como comércios, serviços e residências.

A demanda por estacionamentos para veículos no bairro da Campina é associada à criação de vantagem locacional no bairro e, como tal, os proprietários fundiários veem os

estacionamentos como opção de atividade econômica rentável, por não demandar investimentos para instalação ou gastos em manutenção, funcionando como serviço de apoio para as pessoas que se deslocam à área utilizando o sistema de transporte por veículo particular.

Dos 96 imóveis degradados com uso, 53 (55,20%) estão ocupados pelos proprietários; 37 (38,54%) estão alugados; três (3,12%), cedidos e três (3,12%), invadidos, o que demonstra que o número de imóveis com degradação arquitetônica que estão alugados é significativo, mesmo que seja um “submercado” restrito, mas em certa medida comprova a existência de mercado imobiliário específico, pois a cada dez imóveis degradados, aproximadamente, três estão alugados. Entre os 90 imóveis com degradação arquitetônica ocupados por proprietários e inquilinos, destaca-se o uso de estacionamento para veículos em 73 imóveis degradados, o que indica que, a cada dez imóveis degradados, aproximadamente sete possuem o uso de estacionamento para veículos. Considerando o universo de 2.096 lotes cadastrados no bairro da Campina (BELÉM, 2000), 3,48% dos lotes são usados como estacionamentos para veículos.

A opção de auferir renda como depósito para guardar as mercadorias de ambulantes foi verificada em 23 imóveis degradados. Entre eles, seis imóveis têm o uso exclusivo para este fim e em 17 imóveis este uso é combinado com o estacionamento para veículos, aproveitando ao máximo o imóvel degradado, principalmente, no turno da noite, quando a demanda para veículo cai e como depósito sobe. Estes estão em seis ruínas, em três edificações em arruinamento, em 11 lotes vazios e em três edificações descaracterizadas com abertura de vãos para entrada

de veículos, demonstrando, também, que este uso é ofertado nos diferentes estágios de degradação arquitetônica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na contramão do que se espera de uma força pró-preservação, sugere-se que a economia gerada a partir dos imóveis degradados pode ser ainda mais incrementada quando estes imóveis sem uso forem incorporados ao mercado. O número de potenciais fontes de renda fundiária rentista alcançava, em 2017, 59 imóveis sem uso (38,06% do universo de 155 imóveis degradados) e que estão distribuídos em 24 ruínas, 24 edificações em arruinamento e 11 lotes vazios, ou seja, o mercado imobiliário de imóveis degradados pode ser visto como um banco de reserva de imóveis disponíveis no mercado. Ao aplicar a relação que a cada dez imóveis degradados três são alugados, dos 59 imóveis degradados sem uso, aproximadamente, 16 terão maiores chances de serem alugados. Dos 16 imóveis degradados quando estiverem alugados, possivelmente 12 imóveis serão usados como estacionamento para veículos e, entre eles, aproximadamente, três terão uso combinado com depósito para mercadoria de ambulantes, pois atualmente, entre os 96 imóveis degradados com uso, 75% são usados como estacionamentos para veículos e, entre esses, 22% combinam usos com depósito para mercadoria de ambulantes.

As informações aqui reunidas, apesar de não serem positivas para tomada de decisão no sentido de trazer um olhar mais auspicioso para o debate pela preservação, uma vez feito o reconhecimento do que foi denominado submercado imobiliário do CHB, há de servir para um alerta e uma fonte de reflexões. Observa-se que os debates

visando qualificar ações preservacionistas tem a economia como uma possibilidade a ser operada a partir de requalificações que, geralmente, ocorrem com recursos públicos pontuais e sem maiores considerações com o funcionamento do mercado imobiliário. Acredita-se que, com este trabalho, sejam incluídas nas discussões de instrumentos de preservação os processos mais definidores da degradação do patrimônio, informando a construção de políticas públicas mais bem informadas da realidade do CHB.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Pedro. A dinâmica imobiliária: elementos para o entendimento da espacialidade urbana. **Cadernos IPPUR/UFRJ**, n 3. Rio de Janeiro. 1989. Disponível em: http://www.ippur.ufrj.br/images/M_images/4Cadernos%20IPPUR%20-%20Ano%20III%20%20n%20Especial%20dez%201989.pdf. Acesso: 10 ago. 2016.

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Manual do Cadastro Técnico Multifinalitário**, Belém, 2000.

BELÉM. Prefeitura Municipal. **Anuário estatístico de Belém**. Belém, 2012. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/transparencia/?page_id=1510. Acesso em: 10 ago. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1995.

DUARTE, C. F. **Forma e movimento**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

LACERDA, N. Funcionamento do mercado imobiliário em centros históricos das cidades do Recife, São Luís e Belém. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ENANPUR. 16., 2015, Belo Horizonte.

LACERDA, Norma e ZANCHETTI, Sílvio. Plano de Gestão da Conservação Urbana: Conceitos e Métodos. 2012. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjR1J3p9uDTAhXE4CYKHePAB_MQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.ct.ceci-br.org%2Fceci%2Fbr%2Finformacao%2Facervo-para-download%2Fcategory%2F8-e-book.html%3Fdownload%3D115%253Aplano-de-gesto-de-conservao-urbana-conceitos-e-mtodos&usg=AFQjCNFEqA9sC9LJvhCz9Au5VmgDkemenew&sig2=WaWDPP-cDI7bATdcMRIN8A. Acesso em: 17 out. 2016.

LACERDA, Norma. Funcionamento do mercado imobiliário nos centros históricos das cidades do Recife, São Luís e Belém. **XVI ENANPUR** - Espaço, Planejamento e Insurgência, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=101. Acesso em: 10 jan. 2016.

LIMA, D. B. O. **A percepção dos agentes do mercado imobiliário sobre a preservação e a legislação do Centro Histórico de Belém**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém. 2015.

MENEZES, Larissa. **Habitar no centro histórico**: a habitação de interesse social como instrumento de reabilitação do centro histórico do Recife. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, não publicada, 2015.

MORHY, Samia. **A economia da degradação arquitetônica**: o caso do bairro da Campina, Belém/PA. Dissertação de mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará. Não publicada. Belém, 2018.

SCHECHINGER, Carlos Morales. **Algunas reflexiones sobre el mercado de suelo urbano**. Lincoln Institute of land policy. 2007,

18 p. Disponível em: <http://documents.mx/download/link/algunas-reflexiones-sobre-el-mercado-de-suelo-urbano-carlos-morales-2007>. Acesso em: 1 nov. 2016.

VARGAS, Heliana. O fator localização revisado. In: VARGAS, Heliana e ARAÚJO, Cristina. (Org.) **Arquitetura e Mercado Imobiliário**. Barueri, SP: Manole, 2014; p. 35 – 52.

VARGAS. H. C. O fator localização revisado. In: VARGAS, H.; ARAÚJO, C. (Org.), **Arquitetura e mercado imobiliário**. Barueri: Manole, 2014, p. 35-52.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP; Lincoln Institute, 2017.

ZANCHETTI, Sílvio. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão**. 4º Encontro do SIRCHAL, Salvador. 2000. Disponível em: <http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/ZanchetiVPT.htm>. Acesso em: 10 out. 2016.



Impresso em 2019 na GCOM Gráfica e Editora para a Editora do NAEA, utilizando as fontes *Century* corpo 18 e *Calibri* corpos 9, 11, 13, 14 e 16. Miolo em papel AP *Offset* 70g/m², capa em Cartão *Triplex* 250g/m².

O ambiente do Centro Histórico de Belém é o recorte eleito para que possamos observar a passagem do tempo ancorada no traçado urbano, nos telhados ocres, nas fachadas profusamente decoradas por relevos e azulejos. Substrato para políticas públicas de diversas vertentes, este espaço cheio de contradições espelha de modo especial a diversidade da cultura amazônica, em que tradição e modernidade coexistem. Os organizadores desta coletânea se propõem a aglutinar reflexões em que pesquisadores da Arquitetura e Urbanismo e do Turismo lançam mão de repertórios e referências teóricas ancoradas nas ciências sociais, com ênfase na Etnografia e na História, a fim de lançar novos olhares que permitam entender as paisagens do CHB a partir de seus usuários. Reunindo pesquisadores de distintas instituições da Amazônia, esta coletânea visa, por meio de olhares distintos, articular as relações sociais contemporâneas em uma paisagem marcada por intervenções de períodos distintos, de modo a contribuir com resultados científicos que possam dar base a políticas públicas em várias escalas, para a gestão do CHB. Portanto, destina-se ao público em geral, e mais especificamente a estudantes e profissionais da Arquitetura e Urbanismo, das ciências sociais, e aos técnicos e gestores patrimoniais e do urbanismo.



ISBN 978-85-7143-186-7

